U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

O Porto dos Pequenos Nadas.

Invisibilidade, Memória Urbana e Micro-Arquiteturas do Espaço Urbano.

Cassandra Eliana Campos da Costa Teles

M

2026

U.PORTO

Cassandra Teles, O Porto dos Pequenos Nadas.

O Porto dos Pequenos Nadas.
Invisibilidade, Memória Urbana e Micro-Arquiteturas do Espaço Urbano.

Cassandra Eliana Campos da Costa Teles

M.FAUP **2026**

FACULDADE DE ARQUITETURA

O Porto dos **Pequenos Nadas.**

Invisibilidade, Memória Urbana e Micro-Arquiteturas do Espaço Urbano.

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Orientada por: Prof. Doutor Mário João Freitas Mesquita

Mestrado Integrado - 2026

Cassandra Eliana Campos da Costa Teles

Nota prévia

A presente dissertação segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, à exceção das citações e transcrições documentais, nas quais se preserva, sempre que pertinente, a grafia original.

As citações provenientes de edições em língua estrangeira foram traduzidas livremente pela autora, salvo indicação em contrário, procurando assegurar a continuidade e a clareza da leitura.

As imagens apresentadas ao longo da dissertação foram, sempre que necessário, redimensionadas, recortadas e tratadas para efeitos de composição gráfica e legibilidade, sem alteração do seu conteúdo documental.

As fotografias identificadas como sendo da autora correspondem ao levantamento realizado no Porto em 2026.

Agradecimentos

Ao Professor Mário Mesquita, pela orientação, disponibilidade e paciência ao longo deste percurso. Obrigada por ouvir as minhas muitas dúvidas, inquietações e inevitável tagarelice, por me ajudar a organizar ideias tantas vezes dispersas e por me permitir encontrar o meu próprio caminho dentro desta investigação.

Aos meus pais, por tudo. Pelo apoio emocional, financeiro e prático, pela presença constante e por nunca deixarem de acreditar em mim, mesmo quando eu própria duvidei. Este percurso só foi possível porque nunca o fiz sozinha.

À minha irmã, por me aturar desde o primeiro dia e por ter acabado, inevitavelmente, por fazer parte desta dissertação. Pela companhia em tantos quilómetros, caminhadas, fotografias e levantamentos. No fundo, esta dissertação também tem um bocadinho teu.

À minha avó, pela paciência e pelo carinho, mesmo quando me ouvia tantas vezes dizer "tenho de estudar" ou "tenho de trabalhar na dissertação", e por continuar sempre à minha espera.

Aos meus dois avós, que me viram entrar neste percurso, mas não puderam ver-me sair. Levo comigo a memória, o carinho e tudo o que deixaram em mim. Gostava que estivessem aqui para ver este momento, mas sei que também fazem parte dele.

Ao Emanuel, por todo o apoio ao longo destes anos, por me lembrar que era capaz quando eu própria me esquecia, por me devolver a motivação quando faltava e por ter aguentado as fases em que esta dissertação parecia ocupar tudo.

A todos eles, obrigada por terem estado comigo até ao fim e por terem tornado possível chegar aqui.

Abstract

This dissertation investigates a group of micro-architectures that remain, have been transformed, or have disappeared from Porto's public space, seeking to understand how their progressive invisibility contributes to changes in urban memory and everyday experience. Public telephone boxes, washhouses, bandstands, kiosks, drinking fountains, fountains, public sanitary facilities and post boxes supported ordinary and repeated actions.

The research brings together everyday life, memory, lived space and urban invisibility, approaching these structures as small architectures capable of producing spatial situations through the relationship between body, use, location and public space. The empirical component is based on an original field survey carried out in 2026, cross-referenced with historical documentation, photographic archives, cartography, newspapers and other documentary sources.

The analysis shows that invisibility does not necessarily coincide with physical disappearance. A structure may remain materially present while losing legibility through functional obsolescence, contextual transformation or the loss of the everyday relationship that once justified its presence. By making these "small nothings" visible again, the research reveals a discreet layer of Porto's urban history and of the ways in which the city has been used and inhabited.

Keywords: micro-architecture; public space; urban memory; invisibility; everyday life; Porto.

Resumo

Esta dissertação investiga um conjunto de micro-arquiteturas presentes, transformadas ou desaparecidas do espaço público do Porto, procurando compreender de que modo a sua progressiva invisibilidade participa na transformação da memória e da experiência quotidiana da cidade. Cabines telefónicas, lavadouros, coretos, quiosques, fontanários, fontes, sanitários e marcos postais constituíram suportes arquitetónicos de ações comuns e repetidas.

A investigação articula quotidiano, memória, espaço vivido e invisibilidade urbana, entendendo estas estruturas como pequenas arquiteturas capazes de produzir situações espaciais através da relação entre corpo, uso, implantação e espaço público. A componente empírica assenta num levantamento autoral realizado em 2026, cruzado com documentação histórica, arquivos fotográficos, cartografia, imprensa e outras fontes documentais.

A análise demonstra que a invisibilidade não coincide necessariamente com o desaparecimento físico. Uma estrutura pode permanecer materialmente e perder legibilidade através da obsolescência funcional, da transformação do contexto ou da perda da relação quotidiana que justificava a sua presença. Ao tornar visíveis estes "pequenos nadas", a investigação revela uma camada discreta da história urbana do Porto e da forma como a cidade foi usada e habitada.

Palavras-chave: micro-arquitetura; espaço público; memória urbana; invisibilidade; quotidiano; Porto.

Sumário

AGRADECIMENTOS **4**

ABSTRACT **5**

RESUMO **6**

NOTA INTRODUTÓRIA **10**

CAPÍTULO 1: QUOTIDIANO URBANO E MEMÓRIA DA CIDADE DO PORTO **12**

1.1 Enquadramento do conceito de quotidiano urbano e da memória coletiva associada aos espaços públicos 14

1.2 Análise da cidade enquanto espaço vivido, construído através de práticas repetidas e referências de pequena escala. 17

CAPÍTULO 2: INVISIBILIDADE URBANA NO PORTO E PERDA DE REFERÊNCIAS **20**

2.1 Análise do conceito de invisibilidade urbana e da forma como elementos do quotidiano deixam de ser reconhecidos, apesar da sua presença ou memória. 22

2.2 Discussão da invisibilidade como processo que antecede o desaparecimento físico. 25

CAPÍTULO 3: MICRO-ARQUITETURAS ENQUANTO SUPORTES DO QUOTIDIANO PORTUENSE. **28**

3.1 Caracterização das micro-arquiteturas como elementos arquitetónicos associados a usos diários. 30

3.2 Análise da relação entre função, forma e prática social no espaço público. 37

CAPÍTULO 4: O DESAPARECIMENTO E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS. **42**

4.1 Análise do impacto do desaparecimento das micro-arquiteturas na vivência dos espaços públicos e na memória coletiva 44

4.2 Discussão das alterações na relação entre habitantes e cidade 54

CAPÍTULO 5: MICRO-ARQUITETURAS E ESPAÇO PÚBLICO NO PORTO ATUAL. 60

5.1 Levantamento e análise de micro-arquiteturas do Porto associadas ao quotidiano urbano 62

5.1.1 Fontes, chafarizes, bicas e arcas 66

5.1.2 Fontanários e bebedouros 80

5.1.3 Lavadouros públicos 90

5.1.4 Urinóis, sanitários e balneários públicos 110

5.1.5 Quiosques 120

5.1.6 Cabines telefónicas públicas 130

5.1.7 Coretos 138

5.1.8 Marcos e caixas postais 148

5.1.9 Leitura transversal do levantamento 156

5.2 Estudo de exemplos existentes, transformados e desaparecidos: espaço, uso e memória 160

5.2.1 Bonjóia: permanência in situ e transformação do contexto 160

5.2.2 Fonte da Praia do Ouro: permanência da matéria e deslocação da situação arquitetónica 166

5.2.3 Envolvente da Biblioteca Pública Municipal: permanência da estrutura urbana e transformação das micro-arquiteturas 172

5.2.4 Coreto do Marquês: permanência, sobreposição programática e reativação 180

5.2.5 Largo de Mompilher: coexistência e diferentes estados de vitalidade 186

5.2.6 Largo António Calém: perda funcional, permanência residual e desaparecimento 194

5.2.7 Leitura transversal: permanência, transformação e ausência 197

***NOTA REFLEXIVA* 200**

***FONTES DE INFORMAÇÃO* 203**

***LISTA DE IMAGENS:* 210**

Nota introdutória

Há arquiteturas que se impõem à cidade e outras que parecem quase desaparecer dentro dela.

Quando pensamos no Porto, reconhecemos com facilidade os seus edifícios, monumentos, pontes, igrejas, praças ou frentes urbanas. São estruturas capazes de construir uma imagem coletiva da cidade e de permanecer como referências relativamente estáveis ao longo do tempo. No entanto, a experiência quotidiana do espaço urbano é também feita através de elementos muito menores, tantas vezes atravessados, utilizados ou simplesmente encontrados sem que lhes seja atribuída particular atenção.

Uma cabine telefónica numa esquina, um quiosque no centro de um largo, uma fonte procurada diariamente para recolher água, um lavadouro escondido entre casas, um coreto num jardim ou um pequeno sanitário incorporado numa escada podiam ocupar poucos metros quadrados e, ainda assim, organizar ações, percursos e permanências. A sua importância não dependia da monumentalidade, mas da proximidade.

Foi a atenção a estas presenças discretas que esteve na origem desta investigação.

À medida que o olhar se deteve sobre elas, tornou-se igualmente evidente a sua ausência. Algumas estruturas continuam no mesmo lugar, embora já não sejam utilizadas. Outras foram transformadas, deslocadas ou substituídas. De outras resta apenas uma fotografia, uma referência documental ou a memória de quem ainda se lembra de as utilizar. E existem lugares onde nada parece indicar que alguma vez ali tenha existido uma arquitetura.

Esta condição levanta uma questão que atravessa todo o trabalho: em que momento uma arquitetura começa realmente a desaparecer?

A remoção física constitui apenas uma das possibilidades. O desaparecimento pode iniciar-se muito antes, quando uma função deixa de ser necessária, quando os hábitos se alteram, quando uma estrutura permanece, mas já não é reconhecida, quando o território que a explicava se transforma ou quando aquilo que fazia parte do quotidiano deixa progressivamente de ser visto.

A investigação articula enquadramento teórico, pesquisa documental e iconográfica e um levantamento autoral realizado no Porto em 2026. A partir de um corpus organizado em oito famílias de micro-arquiteturas, o confronto entre arquivo e observação direta permite reconhecer

diferentes condições de permanência, transformação, deslocação, perda funcional e desaparecimento, posteriormente aprofundadas através de situações em que matéria, função, implantação e memória seguem temporalidades distintas.

Falar de invisibilidade não significa, por isso, falar apenas daquilo que deixou de existir.

Significa também olhar para aquilo que ainda está.

A expressão "micro-arquitetura" surge neste trabalho como instrumento para aproximar esse olhar. Não procura designar tudo aquilo que é pequeno no espaço urbano, nem transformar mobiliário ou objetos isolados em arquitetura. Interessa reconhecer pequenas construções capazes de estabelecer uma relação concreta entre corpo, uso e lugar: arquiteturas que abrigam, resguardam, recebem, suportam ou tornam possível uma determinada ação no espaço público.

A pequena escala permite, neste sentido, observar a cidade muito de perto.

Permite compreender como necessidades tão elementares como beber água, lavar roupa, utilizar um sanitário, telefonar, comprar um jornal, enviar uma carta ou ouvir música encontraram, em diferentes momentos, uma expressão construída no espaço comum. E permite também perceber aquilo que acontece quando essas necessidades se mantêm, mas mudam de suporte, ou quando desaparece a arquitetura que anteriormente lhes dava presença pública.

Esta investigação não parte da convicção de que tudo aquilo que desapareceu deveria ter permanecido. A transformação faz parte da cidade e muitas das alterações que tornaram estas estruturas obsoletas correspondem a melhorias efetivas das condições de vida. Ter água dentro de casa, saneamento, comunicação móvel ou novas formas de prestação de serviços não constitui uma perda a lamentar.

A questão é outra.

O que acontece à cidade quando determinadas ações deixam de possuir uma arquitetura visível no espaço público?

E o que podemos ainda compreender sobre a forma como o Porto foi vivido através dessas pequenas estruturas que permanecem, se transformaram ou desapareceram?

Talvez seja precisamente por serem pequenas, próximas e quotidianas que estas arquiteturas se tornam tão fáceis de esquecer.

É a partir delas que começa este trabalho.

Capítulo 1: Quotidiano urbano e memória da cidade do Porto



Figura 1- Camille Pissarro, The Boulevard Montmartre at Night, 1897.

1.1 Enquadramento do conceito de quotidiano urbano e da memória coletiva associada aos espaços públicos

A cidade não é apenas uma construção material organizada segundo princípios formais, funcionais ou infraestruturais. Embora a sua morfologia possa ser descrita através de traçados, volumes, tipologias e sistemas viários, a experiência urbana excede essa dimensão física. É no uso reiterado dos espaços, na repetição dos percursos e na permanência em determinados lugares que o espaço construído adquire continuidade enquanto espaço vivido. O quotidiano não constitui, por isso, uma dimensão acessória da cidade, mas uma condição fundamental da sua experiência.

Henri Lefebvre coloca a vida quotidiana no centro da análise social e urbana, entendendo-a como domínio onde as relações sociais se reproduzem e onde o espaço é continuamente produzido através da prática.[1] A cidade não funciona, nesta perspetiva, como suporte neutro: resulta das ações que nela ocorrem e, simultaneamente, condiciona essas mesmas ações. Esta relação manifesta-se também nos ritmos que organizam a vida coletiva. Horários, deslocações, atividades e ciclos de utilização inscrevem diferentes temporalidades no território, fazendo da repetição não um sinal de imobilidade, mas um mecanismo através do qual práticas e lugares se tornam familiares.[2]

Michel de Certeau reforça esta dimensão prática ao reconhecer no ato de caminhar uma forma de produção do espaço. Em L'invention du quotidien, o uso da cidade surge como processo de apropriação e interpretação: tal como a língua é mobilizada e transformada pelos seus falantes, também o espaço planeado é continuamente reinterpretado pelos que o percorrem.[3] Percursos, escolhas e pequenas adaptações introduzem na estrutura urbana uma dimensão que não pode ser totalmente antecipada pelo desenho. A cidade é, deste modo, simultaneamente construída e praticada.

A repetição dessas experiências contribui para a formação de uma imagem reconhecível do território. Kevin Lynch demonstra que a imagem urbana resulta da interação entre o observador e o meio, sendo a legibilidade construída através da identificação continuada de percursos, limites, marcos e outras referências espaciais.[4] A familiaridade não decorre apenas da presença física

[1] LEFEBVRE, Henri, La vie quotidienne dans le monde moderne, Paris: Gallimard, 1968; LEFEBVRE, Henri, La production de l'espace, Paris: Éditions Anthropos, 1974.
[2] LEFEBVRE, Henri, Éléments de rythmanalyse: Introduction à la connaissance des rythmes, Paris: Éditions Syllepse, 1992.
[3] CERTEAU, Michel de, L'Invention du quotidien. 1. Arts de faire, Paris: Union générale d'éditions, 1980.
[4] LYNCH, Kevin, The Image of the City, Cambridge, MA: The MIT Press, 1960.

desses elementos, mas da continuidade da relação estabelecida com eles. Reconhecer a cidade implica, portanto, voltar a encontrá-la.

Esta continuidade aproxima a experiência quotidiana da construção da memória urbana. Aldo Rossi identifica a cidade como lugar de acumulação temporal, no qual determinados factos urbanos permanecem e participam na constituição da memória coletiva. Essa memória não se concentra exclusivamente nos monumentos ou nos acontecimentos excecionais. Também se apoia na estrutura ordinária da cidade e nos lugares cuja repetição os incorpora na experiência comum.

> *"Pode dizer-se que a própria cidade é a memória coletiva dos seus habitantes e que, tal como a memória, está associada a objetos e lugares."*[5]

Maurice Halbwachs permite aprofundar esta relação ao defender que a memória coletiva se organiza através de quadros sociais e espaciais relativamente estáveis.[6] A recordação não se constitui isoladamente: encontra apoio nos lugares onde a vida coletiva decorre. Uma rua atravessada diariamente, uma praça utilizada durante anos ou um percurso repetido entre diferentes pontos da cidade tornam-se referências capazes de articular experiência individual e memória partilhada. A estabilidade desses quadros não significa imobilidade, mas fornece continuidade suficiente para que o território possa ser reconhecido através do tempo.

Esta perspetiva atribui ao ordinário uma importância particular. Lefebvre já havia recusado a ideia de que a vida quotidiana constitui um domínio residual da experiência social, identificando precisamente no banal um campo fundamental de observação das relações que estruturam a sociedade.[7] A repetição contribui para construir familiaridade e reconhecimento, integrando lugares, percursos e referências ordinárias numa experiência continuada da cidade.

No contexto do Porto, esta condição aproxima-se da reflexão desenvolvida por Mário João Mesquita em Porto: Territórios da Invisibilidade, ao dirigir o olhar para realidades que permanecem presentes no quotidiano, mas cuja convivência continuada tende a remetê-las para uma condição de reduzida perceção consciente.[8] Interessa aqui reconhecer que memória e quotidiano se constroem também a partir daquilo que, embora integrado na experiência, raramente é objeto de atenção explícita.

---

[5] ROSSI, Aldo, The Architecture of the City, trad. Diane Ghirardo e Joan Ockman, Cambridge, MA: The MIT Press, 1982, p. 130. Tradução da autora.
[6] HALBWACHS, Maurice, La mémoire collective, 2.ª ed. revista e aumentada, Paris: Presses Universitaires de France, 1967.
[7] LEFEBVRE, Henri, Critique de la vie quotidienne. I: Introduction, Paris: Bernard Grasset, 1947.

[8] MESQUITA, Mário, *Porto: Territórios da Invisibilidade*, Porto: U.Porto Press, 2024.

A memória coletiva não constitui, contudo, um arquivo estático. Se depende de alguma permanência dos seus quadros espaciais, é igualmente reconstruída a partir do presente. O espaço urbano encontra-se em produção contínua e as transformações modificam as condições através das quais o passado é reconhecido e reinterpretado.[9] Permanência e mudança não são, assim, categorias opostas: coexistem na construção da experiência urbana.

Esta tensão adquire particular relevância no espaço público, onde práticas individuais e coletivas se cruzam de forma continuada. Atravessar, esperar, encontrar, permanecer ou utilizar determinados serviços são ações ordinárias através das quais se consolidam relações entre habitantes e território. O espaço público constitui, por isso, um dos principais suportes materiais da memória urbana, não apenas enquanto cenário de acontecimentos excecionais, mas enquanto território repetidamente utilizado.

No Porto, a sobreposição de diferentes tempos, usos e formas urbanas torna especialmente evidente esta condição. Hélder Pacheco lê a cidade a partir da continuidade entre passado e presente e do reconhecimento, na transformação, de referências anteriormente vividas,[10] enquanto Mário João Mesquita traduz essa coexistência através da ideia do Porto como «cidade das cidades»: "o Porto é constituído por várias 'cidades' que se articulam entre si e que convergem na formação da identidade e da imagem".[11] A cidade surge, assim, como uma construção composta por territórios, experiências e tempos que se acumulam e continuam a atuar uns sobre os outros, fazendo da memória urbana menos uma sequência linear do que uma sobreposição em que permanecer não significa ficar intacto e transformar-se não implica perder toda a continuidade.

Compreender o quotidiano urbano implica, assim, reconhecer a cidade como processo temporal e coletivo, continuamente reinscrito pelas práticas de cada geração. A memória constrói-se entre repetição e transformação, necessitando de continuidade sem exigir a conservação intacta do território.

A partir deste enquadramento, importa aproximar a análise das práticas e referências de pequena escala através das quais o quotidiano se inscreve no espaço urbano.

---

[9] LEFEBVRE, Henri, *La production de l'espace*, Paris: Éditions Anthropos, 1974; HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective*, 2.ª ed. revista e aumentada, Paris: Presses Universitaires de France, 1967.
[10] PACHECO, Hélder, *Regressar ao Porto*, Lisboa: Âncora Editora, 2000.
[11] MESQUITA, Mário, *Porto: a Cidade das Cidades*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida / U.Porto Press, 2025, p. 11.

1.2 Análise da cidade enquanto espaço vivido, construído através de práticas repetidas e referências de pequena escala.

A compreensão da cidade enquanto realidade produzida no quotidiano conduz à distinção entre o espaço concebido e o espaço vivido. O território urbano não se esgota no plano que o organiza nem na forma que o estrutura. Entre o desenho e a experiência existe uma distância onde o uso interpreta, adapta e transforma aquilo que foi projetado. A cidade planeada fornece uma ordem; a cidade praticada confere-lhe espessura.

Henri Lefebvre, ao analisar a produção social do espaço, distingue as representações que resultam do planeamento e da organização técnica das práticas através das quais o espaço é efetivamente vivido.[12] Não se trata de duas cidades separadas, mas de duas dimensões que coexistem. O planeamento define possibilidades, limites e funções; o uso reinscreve-as diariamente através de percursos, permanências, desvios e apropriações.

No Porto, esta relação torna-se particularmente evidente numa estrutura urbana formada por sucessivas camadas de crescimento e transformação. A cidade pode ser descrita pelos seus eixos, tecidos e morfologias, mas não é inteiramente compreendida através deles. Existe outra cartografia, menos visível, construída pelos trajetos repetidos entre casa e trabalho, pelas ruas preferidas, pelos lugares onde se espera, pelos atalhos escolhidos e pelos pontos que, sem serem necessariamente excecionais, permitem reconhecer que se chegou a determinado lugar. A cidade é tanto aquilo que está desenhado como aquilo que é percorrido.

Michel de Certeau reconhece no caminhar uma prática de produção do espaço, através da qual a estrutura urbana é continuamente reinterpretada pelos seus utilizadores.[13] O percurso deixa, assim, de ser uma simples ligação entre dois pontos. Ao repetir-se, estabelece referências, hierarquiza lugares e cria relações espaciais que dificilmente se traduzem por completo num plano. Cada habitante constrói, através do movimento, uma cidade parcialmente própria dentro da cidade comum.

Com o tempo, estes percursos tornam-se memória incorporada. O corpo aprende distâncias sem as medir, reconhece mudanças de cota antes de as pensar, antecipa cruzamentos e associa determinados lugares a gestos, pessoas ou acontecimentos. A cidade passa a ser conhecida através

[12] LEFEBVRE, Henri, *La production de l'espace*, Paris: Éditions Anthropos, 1974.
[13] CERTEAU, Michel de, *L'Invention du quotidien. 1. Arts de faire*, Paris: Union générale d'éditions, 1980.

de uma sucessão de experiências acumuladas. Antes de ser compreendida enquanto sistema abstrato, é aprendida pelo corpo.

É precisamente nesta proximidade que a pequena escala adquire importância. A experiência urbana não acontece a partir de uma visão aérea e totalizante, mas ao nível do chão, onde o corpo encontra superfícies, limites, abrigos, passagens, desníveis e pequenos dispositivos que condicionam a forma de atravessar ou permanecer num lugar. A escala humana não corresponde apenas a uma questão dimensional; traduz uma relação entre proporção, distância, movimento e possibilidade de uso.

A cidade revela-se, deste modo, através dos detalhes que acompanham a experiência quotidiana. Uma cobertura pode produzir abrigo, um vão pode definir um interior mínimo, um tanque pode organizar uma posição do corpo, uma plataforma pode transformar o modo de permanecer num espaço. Estruturas de reduzida dimensão podem estabelecer relações próprias com a rua, a praça, o jardim ou o percurso.

Esta relação é também sensorial. A mudança de luz ao atravessar uma cobertura, a sombra projetada sobre o pavimento, a rugosidade de uma superfície, o som produzido num espaço mais fechado ou a alteração súbita de cota participam na leitura do território. A cidade não é apenas vista. É atravessada, tocada, ouvida e antecipada. A continuidade espacial constrói-se através desta soma de perceções muitas vezes discretas, cuja repetição produz familiaridade.

Kevin Lynch demonstra que a legibilidade urbana depende da capacidade de organizar mentalmente o território através de referências reconhecíveis.[14] Embora o seu trabalho identifique elementos urbanos de diferentes escalas, o reconhecimento da cidade não depende apenas dos grandes marcos. Também pequenas referências recorrentes podem assegurar continuidade entre percursos e lugares. Aquilo que se encontra repetidamente no caminho acaba por integrar a imagem mental do território.

> *"Nada é experienciado isoladamente, mas sempre em relação ao que o rodeia, aos acontecimentos anteriores e à memória das experiências passadas."*[15]

A repetição dos percursos consolida estas referências na experiência quotidiana, permitindo que participem no reconhecimento e na continuidade dos lugares.

---

[14] LYNCH, Kevin, *The Image of the City*, Cambridge, MA: The MIT Press, 1960.

[15] LYNCH, Kevin, *The Image of the City*, Cambridge, MA: The MIT Press, 1960, p. 1. Tradução da autora.

Esta condição torna-se particularmente relevante perante a transformação da cidade. Alterações aparentemente pequenas, como a substituição de uma estrutura, a perda de uma função, uma deslocação ou a mudança da relação entre um elemento e o lugar, podem passar despercebidas à escala urbana e tornar-se evidentes quando observadas a partir do percurso e do corpo. A descontinuidade não resulta, portanto, apenas da demolição ou da grande intervenção; também a transformação silenciosa do detalhe modifica a textura do espaço vivido.

O espaço público constitui o domínio privilegiado desta negociação entre cidade concebida e cidade praticada. É nele que a estrutura urbana encontra diretamente o corpo e onde sucessivas práticas transformam desenho em experiência. A atenção à pequena escala permite, por isso, aproximar a leitura arquitetónica da forma como a cidade é efetivamente habitada.

Compreender a cidade enquanto espaço vivido implica reconhecer que a sua continuidade não depende apenas da permanência dos grandes elementos urbanos, construindo-se também através de referências discretas incorporadas na experiência diária. Esta condição conduz a uma questão adicional: de que modo elementos plenamente integrados no quotidiano podem permanecer no espaço urbano sem continuarem a ser conscientemente reconhecidos?

Capítulo 2: Invisibilidade urbana no Porto e perda de referências



Figura 2 - Artur Pastor, Lavadeiras no rio Douro, 1969.

2.1 Análise do conceito de invisibilidade urbana e da forma como elementos do quotidiano deixam de ser reconhecidos, apesar da sua presença ou memória.

A cidade contemporânea apresenta-se como um território saturado de imagens, movimentos, infraestruturas e estímulos. Paradoxalmente, essa abundância não torna tudo visível. Elementos fisicamente presentes, integrados nos percursos e na paisagem quotidiana, podem deixar de ser verdadeiramente reconhecidos. A invisibilidade urbana não corresponde, assim, necessariamente à ausência: pode instalar-se enquanto o objeto permanece no mesmo lugar, até que a sua presença se torne silenciosa.

Este fenómeno relaciona-se com a forma como a perceção organiza a experiência urbana. O olhar seleciona, hierarquiza e descarta, orientado por necessidades, expectativas e hábitos. Aquilo que se repete tende progressivamente a exigir menos atenção; o que inicialmente se destaca pode, através da familiaridade, dissolver-se no fundo da paisagem. Georg Simmel identificou esta adaptação como resposta à intensidade da vida metropolitana, na qual a multiplicação e a rapidez dos estímulos favorecem uma atitude de indiferença relativa perante aquilo que se torna habitual.[16]

> *"A essência da atitude blasé reside numa indiferença perante as distinções entre as coisas."*[17]

Essa indiferença não implica que os elementos deixem literalmente de ser percebidos. Enfraquece, antes, a diferença de significado e de valor que permitiria individualizá-los numa realidade saturada de estímulos. A presença continua disponível aos sentidos, mas perde capacidade de interromper o olhar. A repetição produz, por isso, uma condição ambígua: é fundamental para construir familiaridade e reconhecimento, mas pode simultaneamente retirar da consciência os elementos que sustentam essa familiaridade. Vê-se sem reparar; utiliza-se sem observar; contorna-se sem nomear.

A invisibilidade aprofunda-se quando, para além da atenção, se perde o código capaz de interpretar determinado elemento. Uma estrutura pode continuar perfeitamente visível e tornar-

[16] SIMMEL, Georg, «The Metropolis and Mental Life», trad. Kurt H. Wolff, in FRISBY, David; FEATHERSTONE, Mike (eds.), *Simmel on Culture: Selected Writings*, London: Sage, 1997, pp. 174–185. Texto originalmente publicado em 1903.
[17] SIMMEL, Georg, «The Metropolis and Mental Life», trad. Kurt H. Wolff, in FRISBY, David; FEATHERSTONE, Mike (eds.), *Simmel on Culture: Selected Writings*, London: Sage, 1997, p. 179. Tradução da autora.

se difícil de compreender quando desaparecem as práticas, os sistemas ou os hábitos que lhe davam sentido. A permanência da matéria não assegura, portanto, a permanência do significado. O mesmo pode ocorrer após uma deslocação, alteração de uso ou integração num contexto predominantemente paisagístico ou patrimonial: conserva-se a forma construída, mas transforma-se a rede espacial, funcional e quotidiana que permitia compreendê-la.

A experiência metropolitana reforça esta seleção. Walter Benjamin permite compreender uma perceção urbana condicionada pela velocidade, circulação e sucessão de estímulos.[18] Num território predominantemente atravessado segundo necessidades práticas, estruturas que permanecem fisicamente presentes podem integrar-se num pano de fundo indiferenciado, perdendo progressivamente capacidade de ser interpretadas como referências autónomas.

Esta condição não é apenas individual. A visibilidade da cidade é também culturalmente construída por discursos institucionais, patrimoniais, turísticos e mediáticos que selecionam os edifícios, espaços e acontecimentos considerados representativos. Forma-se, assim, uma hierarquia do olhar: alguns elementos são continuamente nomeados, fotografados, protegidos e explicados, enquanto muitas estruturas ordinárias permanecem pouco reconhecidas, mesmo continuando a participar materialmente no espaço urbano. Processos de renovação ou reprogramação podem acentuar essa distância quando alteram o contexto através do qual essas estruturas eram compreendidas.

No Porto, onde diferentes períodos históricos permanecem materialmente sobrepostos, esta condição torna-se particularmente evidente. Pequenas estruturas associadas ao abastecimento, à higiene, à comunicação, à mobilidade, ao comércio, à proteção ou à sociabilidade continuam incorporadas no tecido urbano em estados muito distintos. Algumas permanecem ativas; outras foram transformadas; outras subsistem enquanto matéria quase desligada da prática que justificava a sua presença. A continuidade física contribui para a espessura da paisagem urbana, mas não garante o seu reconhecimento.

A invisibilidade não constitui, contudo, um estado absoluto. Aquilo que passa despercebido a um habitante pode conservar grande densidade para quem utilizou determinada estrutura, conheceu a sua função ou acompanhou as transformações do lugar. A mesma cidade contém, portanto, diferentes graus de visibilidade, dependentes do conhecimento, da experiência acumulada e da

[18] BENJAMIN, Walter, *The Arcades Project*, trad. Howard Eiland e Kevin McLaughlin, Cambridge, MA/London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1999.

memória. Aquilo que uma geração reconheceu imediatamente pode tornar-se enigmático para a seguinte, mesmo quando a arquitetura permanece.

Esta relatividade aproxima invisibilidade e memória. Maurice Halbwachs sublinha que a memória coletiva se organiza através de quadros espaciais relativamente estáveis, capazes de localizar e sustentar as experiências dos grupos.[19] Quando esses quadros deixam de ser reconhecidos, a ligação entre memória e espaço torna-se mais frágil. O elemento físico pode continuar presente enquanto a memória associada à sua utilização se restringe progressivamente a determinados grupos ou gerações.

O contrário também acontece. Uma estrutura pode desaparecer materialmente e continuar a influenciar a forma como determinado lugar é lembrado através da fotografia, do arquivo, da memória oral ou da permanência de uma designação. Presença física e presença na memória não coincidem necessariamente: há coisas que permanecem e deixam de ser lembradas, enquanto outras desaparecem e continuam a ocupar um lugar persistente na experiência urbana.

A invisibilidade é, por isso, relacional e potencialmente reversível. Um elemento pouco reconhecido pode recuperar visibilidade através de uma nova utilização, de uma intervenção, de uma investigação ou simplesmente de uma alteração do olhar. Tornar visível não significa apenas expor fisicamente, mas restituir capacidade de reconhecimento.

As estruturas de pequena escala associadas ao quotidiano tornam esta condição particularmente legível, pela proximidade ao corpo, pelo carácter utilitário e pela continuidade com que acompanham os percursos. A sua identificação enquanto micro-arquiteturas não depende, contudo, apenas da dimensão, exigindo também autonomia ou legibilidade arquitetónica, relação com uma atividade concreta e capacidade de produzir uma situação espacial reconhecível entre corpo, ação e lugar.

Reconhecer a invisibilidade urbana implica, por isso, deslocar o olhar para aquilo que normalmente permanece fora do seu centro. Não se trata de procurar o escondido, mas de voltar a ver aquilo que permaneceu diante de nós.

[19] HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective*, 2.ª ed. revista e aumentada, Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

2.2 Discussão da invisibilidade como processo que antecede o desaparecimento físico.

A invisibilidade urbana pode ser compreendida não apenas como condição percetiva, mas como parte de um processo mais amplo de transformação. Um elemento não precisa de desaparecer para começar a perder o seu lugar na cidade. Pode continuar materialmente presente enquanto se enfraquecem o uso, o reconhecimento e a relação que anteriormente o ligava ao quotidiano. Entre presença e desaparecimento abre-se, assim, um intervalo no qual a matéria permanece, mas a arquitetura começa a afastar-se da vida que lhe atribuía sentido.

A perda de função constitui uma dimensão decisiva desse processo. Muitas estruturas do espaço público foram concebidas para responder a necessidades precisas de um determinado momento histórico. A arquitetura não existia isoladamente: correspondia a uma ação, a uma prática, a uma rede ou a um serviço. Quando essas práticas se transformam, a relação entre forma e quotidiano pode começar a desfazer-se. A estrutura continua a ocupar espaço, mas deixa de cumprir o papel que justificava a sua implantação. A perda de função pode, deste modo, anteceder tanto a perda de reconhecimento como o desaparecimento material.

Esta passagem raramente é imediata. Entre o uso pleno e a ausência física podem suceder-se diferentes condições de transformação, prolongando no tempo a relação entre a estrutura e o quotidiano. Uma arquitetura pode conservar a matéria e perder o uso; manter a função e mudar de lugar; permanecer no lugar original e adquirir outro programa; ou subsistir apenas através de fragmentos. Matéria, função, implantação e memória podem separar-se e seguir tempos diferentes.

A transformação material do espaço também não apaga automaticamente as relações que nele se sedimentaram. Halbwachs observa precisamente a resistência produzida pela ligação entre os grupos e os lugares que habitam:

> *"As pedras e os materiais não resistirão. Mas os grupos resistirão [...] a força da tradição local vem da coisa."*[20]

[20] HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective*, 2.ª ed. revista e aumentada, Paris: Presses Universitaires de France, 1967, pp. 135–137. Tradução da autora.

Ao longo do tempo, formas, percursos e posições relativas tornam-se suportes de hábitos e referências coletivas. Alterar uma rua, uma passagem ou uma estrutura significa, por isso, interferir também nas relações estabilizadas entre espaço e prática. A transformação física pode ser rápida; a transformação da experiência nem sempre o é.

A evolução dos modos de vida aprofunda esta dissociação. À medida que as práticas sociais se transformam, modificam-se também as exigências colocadas ao espaço público e às estruturas que o suportam. Necessidades anteriormente respondidas através de equipamentos urbanos específicos podem ser absorvidas pelo espaço doméstico, transferidas para outros edifícios ou satisfeitas através de novas redes.

A modernização dos sistemas de abastecimento, higiene, comunicação, mobilidade ou prestação de serviços tornou muitas destas soluções menos necessárias nos termos em que haviam sido concebidas. Mudam os sistemas e mudam também os gestos: comunicar, recolher água, lavar, utilizar instalações sanitárias, comprar ou esperar pode deixar de exigir a mesma arquitetura. A obsolescência funcional pode, assim, anteceder largamente a perda material, fazendo com que uma estrutura sobreviva à necessidade que justificou a sua forma e implantação.

Também as formas de vivência do espaço público se transformam. Alterações nos padrões de sociabilidade, nos ritmos de circulação e na relação entre público e privado podem reduzir a relevância de estruturas anteriormente associadas a práticas correntes. Atividades realizadas coletivamente no exterior transferem-se para interiores domésticos ou comerciais; espaços de permanência podem assumir uma lógica predominantemente de passagem; antigos pontos de encontro podem perder centralidade. A matéria pode permanecer durante algum tempo como vestígio de uma forma anterior de viver a cidade.

Esta transformação não constitui um argumento contra a modernização. A capacidade de responder a novas necessidades faz parte da própria continuidade urbana. Tecnologias evoluem e alteram-se as exigências de conforto, higiene, acessibilidade ou segurança. Preservar indiscriminadamente tudo aquilo que perdeu função significaria ignorar a natureza dinâmica da cidade. A questão reside antes em compreender aquilo que se transforma juntamente com o objeto e reconhecer quando uma substituição aparentemente simples altera relações construídas entre forma, ação e lugar.

A função pode, aliás, permanecer quando a arquitetura que a suportava desaparece. Determinadas ações continuam a existir, mas passam a ser respondidas por outros dispositivos ou espaços. Não desaparece necessariamente a espera, a comunicação, o abastecimento ou determinado serviço;

desaparece uma maneira específica de lhes dar forma. A continuidade funcional pode, assim, ocultar uma transformação profunda da expressão arquitetónica e da relação que essa função estabelece com o corpo e com o espaço público.

Esta substituição não decorre apenas da evolução tecnológica. Critérios de eficiência, manutenção e normalização podem favorecer dispositivos homogéneos e replicáveis em detrimento de soluções mais relacionadas com lugares concretos. A transformação pode, assim, atingir não apenas o objeto, mas a relação específica que mantinha com uma esquina, muro, jardim, cota, percurso ou forma de aproximação.

A degradação física pode acelerar esta trajetória sem a determinar. Falta de manutenção, danos, vandalismo ou utilização residual podem comprometer o funcionamento e aumentar a vulnerabilidade à remoção, sobretudo em estruturas utilitárias afastadas das categorias patrimoniais mais valorizadas. Deterioração material e perda de reconhecimento podem reforçar-se mutuamente, embora uma arquitetura degradada possa continuar reconhecida e outra, materialmente conservada, ter perdido presença no quotidiano.

A perda de reconhecimento pode tornar menos evidente a rutura produzida pela alteração ou remoção de uma estrutura, sem determinar o seu destino: elementos pouco reconhecidos podem permanecer durante décadas, enquanto outros recuperam visibilidade pelo uso, intervenção ou reapropriação coletiva.

O desaparecimento deve, portanto, ser entendido através de diferentes velocidades e formas de permanência. A função pode desaparecer antes da matéria; a matéria pode ser deslocada sem perda total da memória; o lugar pode sobreviver à estrutura; uma reconstrução ou réplica pode recuperar uma imagem sem assegurar continuidade material; um vestígio pode manter legível o que já não existe por inteiro. Demolição, remoção, deslocação, substituição, reconstrução e transformação não são equivalentes nem produzem a mesma relação entre matéria, função, lugar e tempo.

A observação da cidade presente torna-se, por isso, indispensável para reconhecer como diferentes condições de permanência e transformação coexistem. As estruturas associadas a ações quotidianas são particularmente reveladoras porque a proximidade ao corpo e a dependência de usos concretos tornam visível a inscrição dessas mudanças em arquiteturas de pequena escala.

Antes de perguntar por que desaparecem determinadas estruturas, torna-se necessário compreender como se relacionavam com o corpo, que ação acolhiam, como se implantavam e que situação espacial produziam.

Capítulo 3: Micro-arquiteturas enquanto suportes do quotidiano portuense.



Figura 3- Lavadouro de Arca d'Água, Porto, 2026.

3.1 Caracterização das micro-arquiteturas como elementos arquitetónicos associados a usos diários.

As estruturas de pequena escala são aqui consideradas enquanto objetos arquitetónicos com forma, implantação, programa e capacidade de produzir situações espaciais próprias.

O termo micro-arquitetura não é, nesta investigação, adotado de forma vaga ou meramente sugestiva. Não designa simplesmente tudo aquilo que é pequeno, nem pretende transformar qualquer objeto presente na rua em arquitetura. A sua utilização responde à necessidade de nomear um conjunto de estruturas construídas cuja reduzida dimensão convive com uma espessura espacial e programática suficiente para estabelecer uma relação concreta entre corpo, ação e lugar. O que as distingue não é apenas a escala, mas a capacidade de produzir uma situação: acolher, proteger, delimitar, permitir um gesto, criar um interior mínimo, estabelecer uma interface ou organizar uma prática.

> *"Sejam quais forem os significados de espaço e tempo, lugar e ocasião significam mais, pois o espaço à imagem do homem é lugar e o tempo à imagem do homem é ocasião."*[21]

A formulação de Aldo van Eyck torna particularmente evidente que a dimensão arquitetónica não depende da extensão física do objeto, mas da capacidade de transformar espaço abstrato em lugar vivido. Uma estrutura mínima pode produzir essa transformação quando estabelece condições para que determinada ação aconteça, quando orienta a posição do corpo ou quando torna reconhecível uma relação entre uma necessidade e um ponto específico da cidade.

É precisamente por isso que a pequena escala, isoladamente, não constitui critério suficiente. No âmbito desta dissertação, uma micro-arquitetura é reconhecida pela combinação de várias condições. Trata-se de uma estrutura de pequena escala, dotada de autonomia ou legibilidade arquitetónica, implantada no espaço público ou num espaço municipal ou institucional efetivamente acessível à população, e associada a um programa ou atividade específica. Essa atividade deve estabelecer uma relação direta entre corpo, ação e lugar: esperar, abrigar-se, telefonar, beber ou recolher água, lavar, utilizar instalações sanitárias, comprar, enviar correspondência, ouvir ou executar música, entre outras ações concretas.

---

[21] VAN EYCK, Aldo, «Place and Occasion», in LIGTELIJN, Vincent; STRAUVEN, Francis (eds.), *Writings: Collected Articles and Other Writings 1947–1998*, Amsterdam: SUN, 2008, p. 471. Tradução da autora.

A estas condições acrescenta-se a capacidade de produzir uma situação espacial mínima. Essa situação pode assumir formas muito diferentes: um interior individual, um abrigo, uma cobertura, um resguardo, uma plataforma elevada, um tanque, um limiar, uma posição de trabalho, uma abertura de atendimento ou uma interface entre o utilizador e uma rede urbana mais ampla.

Não é necessário que todas as micro-arquiteturas possuam paredes, cobertura ou interior encerrado; é necessário, contudo, que a sua configuração organize espacialmente uma ação de modo suficientemente autónomo para que possa ser lida arquitetonicamente. Finalmente, a estrutura deve inscrever-se de forma reconhecível numa tipologia ou solução histórica reiterada, não constituindo apenas um objeto singular cuja pequena dimensão seja circunstancial.

Esta definição permite distinguir micro-arquitetura de mobiliário urbano. Bancos, papeleiras, candeeiros, postes, sinalética ou armários técnicos podem desempenhar funções indispensáveis no espaço público e relacionar-se diretamente com o corpo, mas essa condição não lhes confere, por si só, a espessura espacial e programática aqui exigida. A diferença não resulta de uma hierarquia de importância. Resulta da natureza da relação produzida. Uma micro-arquitetura não oferece apenas um objeto a utilizar; constrói uma situação na qual o uso se inscreve espacialmente.

Também não devem ser confundidas com edifícios em sentido pleno. Embora algumas possuam cobertura, delimitação, acesso ou interior, não apresentam a escala nem a complexidade programática do edifício tradicional. Ocupam uma condição intermédia: são suficientemente espacializadas para ultrapassar a condição de simples objeto urbano, mas permanecem diretamente dependentes do gesto, do percurso e do espaço envolvente.

A permanência temporal também não constitui condição absoluta. Algumas destas arquiteturas foram concebidas para permanecer durante décadas; outras surgiram em circunstâncias temporárias ou sazonais. Um coreto construído de forma permanente num jardim e uma estrutura musical montada para uma festividade não possuem a mesma relação com o tempo, mas podem partilhar uma lógica arquitetónica semelhante quando a função, a organização espacial e a relação com o público se encontram claramente documentadas. A temporalidade deve, portanto, ser caracterizada, não utilizada isoladamente como critério de exclusão.

Da mesma forma, o acesso público não implica necessariamente disponibilidade permanente durante vinte e quatro horas. Uma estrutura localizada num jardim ou parque municipal sujeito a horário continua a participar do domínio público quando o espaço é efetivamente destinado e acessível à população. O essencial é distinguir esta condição de estruturas situadas em interiores

domésticos, recintos exclusivamente privados ou contextos cuja relação direta com o uso coletivo é inexistente.

A noção de micro-arquitetura ocupa um território disciplinar menos evidente do que o dos grandes edifícios ou operações urbanas. Entre o edifício e o mobiliário persistiu uma camada de pequenas construções ligadas a necessidades ordinárias, frequentemente tratadas como infraestrutura, equipamento ou simples apoio funcional. Reconhecer a sua dimensão arquitetónica não implica diluir os limites da disciplina, mas identificar situações em que forma, implantação, programa, corpo e uso se articulam espacialmente. Uma cobertura que produz abrigo, uma plataforma que relaciona intérprete e público, um tanque que fixa uma posição de trabalho ou uma cabine que cria um interior individual demonstram que a intensidade arquitetónica não é proporcional à dimensão física.

Esta condição aproxima-se das leituras de Henri Lefebvre e Michel de Certeau anteriormente mobilizadas: o espaço não constitui um recipiente neutro, mas é continuamente produzido e apropriado[22] através das práticas que nele ocorrem.[23]

As micro-arquiteturas participam nessa produção ao fornecer condições materiais concretas para esperar, abastecer-se, proteger-se, comunicar, comprar, lavar ou permanecer, integrando-se assim na repetição da vida comum.

O universo das micro-arquiteturas é mais amplo do que o corpus desta investigação. Não constitui condição universal da categoria encontrar-se em desaparecimento, decadência ou obsolescência; trata-se aqui de um critério de seleção. O corpus concentra-se em tipologias públicas de pequena escala do Porto que cumprem a definição arquitetónica estabelecida e cuja presença histórica ou contemporânea permite observar processos de retração, perda funcional, transformação, deslocação, substituição ou desaparecimento.

O núcleo da investigação organiza-se em torno de oito grandes famílias: cabines telefónicas públicas; lavadouros públicos; coretos históricos, incluindo ocorrências não permanentes quando documentalmente individualizadas; quiosques históricos de rua e de espaço público; fontanários e bebedouros históricos; fontes, chafarizes e bicas de uso público, integrando arcas apenas quando possuem uma relação arquitetónica e pública efetiva; urinóis, sanitários e balneários públicos

[22] LEFEBVRE, Henri, *The Production of Space*, trad. Donald Nicholson-Smith, Oxford: Blackwell, 1991, p. 26.
[23] CERTEAU, Michel de, *The Practice of Everyday Life*, trad. Steven Rendall, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1984, p. 97.

historicamente relevantes; e marcos ou caixas postais tradicionais entendidos enquanto interfaces públicas da rede postal.

Apesar das diferenças de forma, materialidade, duração e programa, estas famílias aproximam-se pela relação direta entre arquitetura e ação quotidiana. O quiosque articula interior de serviço e exterior de atendimento, o coreto relaciona intérpretes e público, fontanários e fontes organizam a aproximação à água, o lavadouro associa tanque, posição de trabalho e permanência, a cabine transforma uma rede de comunicação num interior mínimo, o sanitário produz resguardo, e o marco postal materializa uma interface entre utilizador e rede territorial.



Figura 4 – Coreto do Jardim do Marquês de Pombal, Porto, c.1900.

Determinadas estruturas investigadas permanecem, contudo, numa posição de fronteira e não integram o núcleo principal do corpus. Os antigos abrigos de transporte aproximam-se claramente da definição pela pequena escala, cobertura, uso público e relação com a espera, mas a função de esperar protegido não está em vias de extinção: o que se observa é sobretudo a substituição de determinadas gerações arquitetónicas históricas por modelos contemporâneos e normalizados. Não desapareceu a arquitetura da espera, transformou-se, acompanhando uma inevitável mudança formal e tipológica.

As guaritas e pequenos postos de guarda apresentam pequena escala e autonomia arquitetónica, mas a relação da população com estas estruturas não corresponde, em regra, a um uso direto da

própria micro-arquitetura. Ao contrário de um quiosque, cabine telefónica, marco postal ou fontanário, aos quais o utilizador se dirige para realizar uma ação específica, a guarita funciona sobretudo como suporte de vigilância e controlo sobre um espaço, limite ou percurso. Os postos de cobrança e portagens apresentam uma condição semelhante: podem possuir autonomia formal, mas a sua função depende de uma infraestrutura mais ampla e da regulação da passagem. Integram, por isso, o levantamento como casos contextuais e comparativos, mas não como famílias nucleares.

Estes casos limítrofes, quando lidos em conjunto com as famílias nucleares, são particularmente reveladores porque mostram como sistemas urbanos de grande escala podem adquirir presença através de construções mínimas. A rede telefónica tornava-se acessível numa cabine, o sistema de transportes materializava um ponto de espera num abrigo, a vigilância adquiria presença espacial numa guarita, e a circulação e a cobrança eram reguladas num pequeno posto. Uma infraestrutura territorial, extensa e muitas vezes invisível, encontrava assim um ponto de contacto com o corpo através de uma arquitetura reduzida.

Muitas destas construções implantavam-se precisamente em situações de transição: entradas, pontes, paragens, percursos, margens, desníveis ou pontos de controlo. A sua posição não era indiferente. Esperar exige proximidade ao percurso; cobrar pressupõe uma passagem controlada, vigiar exige domínio visual, abastecer-se de água depende de um ponto preciso da rede ou do território, vender pressupõe relação direta com o fluxo e a permanência. A implantação participa, deste modo, da própria definição funcional da estrutura.

No Porto, a diversidade destas situações encontra correspondência numa paisagem constituída por sucessivas camadas de infraestruturas e modos de vida. Algumas micro-arquiteturas surgem em jardins e praças consolidados, outras encontram-se associadas a bairros, ruas periféricas, frentes de água ou antigos percursos de entrada e saída, outras foram absorvidas pelas transformações do território ou sobreviveram apenas através de documentação. A pequena escala não significa ausência de relação territorial. Pelo contrário, muitas destas estruturas só podem ser compreendidas através da posição exata que ocuparam.

É igualmente por isso que não podem ser reduzidas a artefactos isolados. A fonte depende da aproximação e da possibilidade de acesso à água, o lavadouro organiza gestos e posições em torno do tanque, o quiosque estabelece uma frente de atendimento, o coreto constrói uma relação radial ou frontal com quem assiste, a cabine telefónica delimita um interior no meio do espaço público. Forma, programa e implantação encontram-se desde o início profundamente ligadas.

Algumas micro-arquiteturas adquiriram ainda capacidade para produzir pequenas centralidades. A presença de um chafariz podia concentrar abastecimento e encontro, um lavadouro articulava trabalho e convivência, um quiosque estabelecia um ponto de serviço e permanência, um coreto convertia temporariamente uma área de jardim ou praça num espaço de espetáculo e sociabilidade. Não significa que toda micro-arquitetura seja necessariamente um centro de vida comunitária, mas demonstra que uma estrutura de reduzida dimensão pode interferir na intensidade de utilização do espaço envolvente.



Figura 5 – La Fontaine, Miragaia, Porto, 1955.

A documentação reunida revela diferentes condições de permanência, alteração, vestígio e ausência, mostrando a sensibilidade destas estruturas às mudanças de uso e às reconfigurações do espaço público. Essa vulnerabilidade não diminui a sua relevância arquitetónica: permite, pelo contrário, observar transformações que uma leitura centrada apenas nos grandes edifícios dificilmente tornaria legíveis. Através destas pequenas estruturas, a história urbana aproxima-se da escala concreta das práticas quotidianas.

Não se trata, contudo, de romantizar indiscriminadamente aquilo que é pequeno, antigo ou desaparecido. A escala reduzida não constitui garantia de valor, da mesma forma que a antiguidade não transforma automaticamente um objeto em património relevante. O interesse destas estruturas reside na capacidade de revelar relações arquitetónicas precisas entre necessidade,

corpo, programa e lugar. É esse enraizamento no uso que lhes confere pertinência enquanto objeto de estudo.

A noção de micro-arquitetura funciona, assim, como ferramenta operativa para reconhecer uma camada da cidade que escapa às divisões mais rígidas entre edifício, infraestrutura, equipamento e mobiliário. Não elimina as diferenças entre tipologias nem pretende construir uma categoria indiferenciada. Permite, pelo contrário, compreender o que existe de comum entre estruturas formalmente tão distintas sem apagar aquilo que as singulariza.

Pode, portanto, formular-se de modo sintético a definição adotada: micro-arquitetura corresponde, nesta investigação, a uma estrutura arquitetónica de pequena escala, autónoma ou claramente legível enquanto unidade construída, localizada no espaço público ou efetivamente acessível ao público, associada a um programa e a uma ação concreta, capaz de estabelecer uma relação direta entre corpo, uso e lugar e de produzir uma situação espacial mínima: interior, abrigo, cobertura, resguardo, plataforma, tanque, limiar, posição de trabalho ou interface, inscrevendo-se ainda numa tipologia ou solução historicamente reconhecível.

Esta formulação delimita um objeto arquitetónico concreto. Já não se trata de uma sensibilidade genérica ao pequeno nem de uma coleção de curiosidades urbanas. Trata-se de reconhecer estruturas que participaram efetivamente na organização do quotidiano, aproximando a arquitetura da escala do gesto e tornando operativos serviços, práticas e relações coletivas.

As micro-arquiteturas não constituem, assim, um apêndice decorativo da cidade nem um resíduo secundário do espaço público. Formam uma camada material discreta, mas profundamente ligada à maneira como a cidade foi utilizada. A sua pequena escala aproxima-as do corpo, a implantação liga-as ao território, o programa associa-as à ação, e a repetição do uso integra-as na experiência quotidiana. Reconhecê-las no interior do campo arquitetónico não significa ampliar artificialmente a arquitetura, mas restituir-lhe uma parte da sua densidade concreta e ordinária.

Delimitada esta condição, a questão deixa de ser apenas saber o que são estas estruturas. Importa compreender como atuam: de que modo a forma responde ao programa, como a implantação condiciona o uso, como o corpo ocupa ou atravessa o espaço que produzem e como as práticas sociais podem, por sua vez, transformar o significado da própria arquitetura. É nessa relação entre configuração material e vida quotidiana que a sua verdadeira complexidade começa a revelar-se.

3.2 Análise da relação entre função, forma e prática social no espaço público.

No espaço público, esta articulação torna-se concreta através da forma como cada micro-arquitetura orienta aproximações, organiza gestos, estabelece limites, cria abrigo ou exposição, admite permanências e introduz uma determinada maneira de ocupar o espaço.

A relação entre função, forma e prática social não se organiza, contudo, de maneira linear. Não existe primeiro uma necessidade abstrata, depois uma forma que simplesmente a traduz e, por fim, um utilizador que se limita a ocupar passivamente essa resposta. As três dimensões interferem-se continuamente. A função exige determinadas condições materiais, a forma favorece algumas ações, posições e durações, e o uso efetivo reinterpreta, amplia ou transforma aquilo que inicialmente foi previsto. Bernard Tschumi sintetiza esta impossibilidade de separar arquitetura e ação ao afirmar:

> *"Não há arquitetura sem ação, não há arquitetura sem acontecimentos, não há arquitetura sem programa."*[24]

A afirmação desloca a arquitetura de uma leitura exclusivamente objetual para uma relação ativa com aquilo que nela acontece. Nas micro-arquiteturas, esta condição torna-se particularmente legível porque programa e configuração surgem condensados: uma abertura, cobertura, plataforma, tanque, resguardo ou superfície de atendimento pode concentrar grande parte da lógica funcional. Isso não significa, contudo, que a forma resulte automaticamente da função. A mesma necessidade pode produzir respostas distintas consoante o acesso, orientação, grau de abertura, relação com o solo, proteção, número de utilizadores ou condição do lugar. Mais do que determinação, interessa aqui reconhecer processos de adequação entre configuração, operações, posturas e tempos de utilização.

É precisamente esta diversidade que impede reduzir a leitura arquitetónica à identificação do programa. Dois lavadouros podem servir a mesma prática e, ainda assim, produzir experiências espaciais muito diferentes, da mesma forma, estruturas pertencentes a famílias distintas podem aproximar-se através de uma relação semelhante com o corpo, com a cobertura ou com o espaço

[24] TSCHUMI, Bernard, *Architecture and Disjunction*, Cambridge, MA/London: The MIT Press, 1996, p. 121. Tradução da autora.

envolvente. A função constitui uma razão de existência, mas encontra sempre um território, uma técnica, um contexto e uma determinada conceção de uso.

A forma torna material essa negociação. A posição de uma abertura define de onde se aproxima o utilizador, uma cobertura determina o grau de proteção e, muitas vezes, a possibilidade de permanência, um limite pode separar ou apenas sugerir um recinto, uma plataforma altera a cota do corpo relativamente ao espaço circundante e um tanque exige proximidade, alcance e uma posição de trabalho. Cada uma destas decisões participa numa pequena economia espacial do uso. A arquitetura antecipa gestos sem os determinar inteiramente.



Figura 6 - Lavadouro do Ouro e Fonte do Félix, Porto, 1939.



Figura 7 - Lavadouro de Arca d'Água, Porto, 1940.

A leitura de Henri Lefebvre anteriormente mobilizada ajuda a situar esta relação: o espaço não constitui um recipiente neutro, mas é produzido pelas práticas que nele ocorrem.[25] As micro-arquiteturas participam dessa produção ao transformar necessidades concretas em situações espacialmente reconhecíveis, seja através de uma bica, de um tanque, de uma cabine ou de um coreto.

A pequena escala torna esta passagem particularmente legível porque aproxima a arquitetura da medida do corpo. Estas estruturas não são apreendidas apenas à distância. Aproxima-se delas, entra-se, toca-se, contorna-se, espera-se junto delas, inclina-se o corpo, ocupa-se um lado ou

[25] LEFEBVRE, Henri, *The Production of Space*, trad. Donald Nicholson-Smith, Oxford: Blackwell, 1991, p. 26.

procura-se uma abertura. A sua leitura realiza-se frequentemente através de uma experiência de contacto imediato. A altura de um plano, a profundidade de um resguardo, a largura de uma entrada, a proximidade de um tanque ou a posição de uma cobertura interferem diretamente na forma como o corpo se dispõe.

A relação entre programa e configuração torna-se particularmente evidente na forma como cada estrutura posiciona o corpo, regula a aproximação e estabelece diferentes graus de interioridade, exposição ou resguardo. Funções distintas produzem, assim, relações igualmente distintas entre interior e exterior, proximidade e afastamento, permanência e passagem.

A arquitetura não determina mecanicamente esses comportamentos, mas oferece uma matriz material que os orienta e torna repetíveis. O gesto quotidiano ajusta-se à estrutura: aprende-se onde parar, por onde entrar, a que altura colocar as mãos, em que posição esperar ou de que lado se estabelece o contacto.

É também nesta escala do gesto que se torna clara a relação entre movimento e permanência. Muitas destas estruturas introduzem pequenas suspensões no percurso, através de aproximações, esperas, desvios ou permanências de duração variável. A forma organiza, assim, não apenas posições no espaço, mas também ritmos de utilização, podendo interromper, retardar ou desviar o movimento sem o anular.

Esta dimensão temporal aproxima forma e prática social. Aquilo que foi projetado para uma determinada função raramente permanece encerrado nela. Michel de Certeau mostrou como os utilizadores reescrevem continuamente o espaço através das práticas ordinárias, apropriando-se das estruturas para além da ordem inicialmente prevista.[26] No caso das micro-arquiteturas, essa margem de apropriação torna-se particularmente evidente: ao resolverem uma necessidade concreta, estas pequenas estruturas podem criar também condições para esperar, conversar, observar, encontrar alguém ou simplesmente permanecer.

Isso não significa opor função e sociabilidade, como se a segunda surgisse apenas quando o programa falha. Frequentemente acontece precisamente o contrário. Uma função clara, necessária e repetida pode produzir uma situação espacial suficientemente estável para que outras relações se acumulem em torno dela. A necessidade de lavar roupa reúne utilizadores durante um determinado período, a compra num quiosque provoca uma interrupção do percurso, a utilização de uma fonte concentra aproximações a um mesmo ponto, e a música organiza temporariamente

[26] CERTEAU, Michel de, *The Practice of Everyday Life*, trad. Steven Rendall, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1984, p. 97.

a atenção de um conjunto de pessoas. O uso social não surge apesar da função, mas muitas vezes a partir das condições espaciais e temporais que essa função produz.

É nessa passagem que a micro-arquitetura ultrapassa a condição de resposta estritamente utilitária. Ao prestar um serviço, constrói simultaneamente uma relação com o lugar, o corpo e, em certos casos, outros utilizadores. Isso não implica atribuir-lhe automaticamente uma sociabilidade intensa: encontro, conversa, utilização simultânea, espera partilhada ou simples co-presença correspondem a graus distintos de relação. O interesse arquitetónico reside em perceber como a configuração distribui corpos, distâncias, visibilidade e duração.



Figura 8 - Lavadouro da Granja, Porto, 2026. Fotografia da autora.

A implantação participa igualmente na concretização destas práticas. Percursos, cotas, limites e áreas de permanência modificam aproximação, utilização e interação, fazendo com que uma mesma tipologia adquira significados urbanos distintos consoante a envolvente. Arquitetura e contexto atuam, assim, reciprocamente: o lugar condiciona a estrutura e esta introduz função, pausa, referência ou possibilidade de permanência.

A cidade quotidiana forma-se também através desta rede de pequenas mediações. O habitante não estabelece relação apenas com edifícios de grande escala ou com os sistemas gerais que organizam o território, relaciona-se com os pontos concretos onde esses sistemas se tornam acessíveis. A rede de água torna-se corpo e gesto numa bica ou num lavadouro, a telecomunicação adquiria escala

humana dentro de uma cabine, o serviço postal tornava-se acessível através da abertura de um marco, e uma necessidade de higiene encontrava interior e resguardo numa pequena instalação pública. Sistemas extensos e abstratos materializam-se, assim, em interfaces muito pequenas.

As consequências desta interdependência tornam-se particularmente claras quando a relação entre configuração e prática se altera. Uma cabine sem telefone conserva o recinto, mas perde a ação que justificava o seu interior, um lavadouro sem lavagem mantém tanques, cobertura e postos, mas deixa de acolher a sucessão de corpos que lhes dava medida e duração, uma fonte deslocada pode preservar pedra, bica e tanque sem continuar a organizar os percursos anteriormente associados à água e um quiosque adaptado a outra atividade estabelece novas relações entre interior, atendimento e espaço envolvente.

O uso introduz, assim, uma dimensão temporal na arquitetura destas estruturas. Aquilo que parecia estável dependia de relações continuamente renovadas: alguém que entrava, se inclinava, esperava, atendia, lavava, bebia, enviava, tocava ou escutava. A repetição destas ações não apenas ocupava a forma, mas contribuía para a tornar legível como parte do quotidiano.

Capítulo 4: O desaparecimento e as suas consequências.



Figura 9 – Quiosque na Calçada da Vandoma, junto à Sé do Porto, durante as demolições para o alargamento da via, [c. 1939–1940]

4.1 Análise do impacto do desaparecimento das micro-arquiteturas na vivência dos espaços públicos e na memória coletiva

Nas micro-arquiteturas, a perda pode produzir uma alteração espacial pouco evidente à escala da cidade. A retirada de uma estrutura pequena raramente provoca uma rutura morfológica comparável à demolição de um edifício: o pavimento recompõe-se, os fluxos ajustam-se e o lugar pode rapidamente absorver a ausência. Ainda assim, aquilo que desaparece pode ter participado durante décadas na organização de gestos, percursos e utilizações quotidianas. Estas estruturas tornam, por isso, particularmente visíveis os diferentes ritmos da transformação urbana: podem sobreviver ao contexto que lhes atribuía sentido ou, inversamente, desaparecer enquanto grande parte desse contexto permanece.

Também as operações que conduzem à ausência no lugar original devem ser distinguidas. Demolir implica perda material, desmontar admite a preservação de componentes, deslocar conserva uma estrutura, mas altera a relação territorial, reconstruir restitui uma forma após uma interrupção, replicar reproduz uma arquitetura sem continuidade da matéria original, substituir pode manter a função ou a tipologia através de outro objeto. A perda de uso introduz outra condição: a estrutura permanece, mas deixa de ocorrer a ação que justificava a sua configuração.

A documentação histórica permite reconhecer estas diferenças porque restitui aquilo que o território atual já não mostra. Uma fotografia antiga permite observar não apenas o objeto, mas também a implantação, os percursos, os edifícios próximos, os corpos, outros equipamentos e as condições de utilização do espaço. A ausência contemporânea pode, deste modo, revelar-se como transformação de uma situação urbana inteira.

A antiga Praça D. Pedro, atual Praça da Liberdade, constitui um exemplo expressivo. Entre as pequenas estruturas que sucessivamente ocuparam este território encontrava-se o Quiosque do Sebastião, construção municipal de ferro explorada por Sebastião Vieira de Magalhães, conhecido como o Correligionário. No interior vendiam-se jornais, tabacos, lotarias, postais ilustrados e outros pequenos artigos, o comerciante ocupava o recinto, enquanto os clientes permaneciam no exterior e se aproximavam das aberturas de atendimento. Num volume reduzido condensavam-se comércio, informação e contacto direto com os fluxos da praça.

A autonomia formal do quiosque coexistia com uma forte dependência do lugar. O espaço exterior funcionava como extensão do pequeno interior: era na praça que o cliente esperava, circulava e recebia o produto. A influência urbana da estrutura ultrapassava, portanto, a área construída.



Figura 10 – Quiosque do Sebastião, Praça da Liberdade, Porto, 1912.

A documentação periódica contemporânea permite situar a sua retirada no início de março de 1931. Na edição de 14 de março, o semanário *O Pirolito* referia que o quiosque tinha 'emigrado' havia quinze dias.[27] Sem documentação administrativa adicional, esta referência não permite fixar uma data municipal absoluta, mas demonstra uma permanência posterior a 1927.

A escolha do verbo "emigrar" é igualmente significativa. Não prova uma reação coletiva generalizada, mas revela que a pequena construção possuía identidade urbana suficiente para ser personificada na imprensa. A escala física permanecia reduzida, a familiaridade construída em torno dela já não o era.

A abertura da Rua de Mouzinho da Silveira implicou expropriações, demolições e profundas alterações da topografia e das ruas preexistentes, absorvendo a antiga Rua das Congostas. Entre as estruturas desaparecidas encontrava-se uma fonte destruída durante a abertura do novo eixo, em 1882–1883.[28] A perda ultrapassou o elemento hidráulico: desapareceram também cruzamentos,

[27] *O Pirolito*, n.º 8, Porto, 14 mar. 1931, Hemeroteca Digital de Lisboa.
[28] MARTINS, Carla Maria Braz; ABRANCHES, Paula Barreira, «Memória (i)material da Praça do Infante, Porto», *CEM – Cultura, Espaço & Memória*, n.º 2, 2011, p. 98.

fachadas, percursos de aproximação e o sistema urbano que lhe atribuía sentido, tornando impossível restituir plenamente a condição original através da simples reposição do objeto.

A Fonte de Mouzinho da Silveira apresenta, pelo contrário, uma trajetória de interrupção e regresso. Concebida no âmbito da abertura da nova rua, utilizava o grande arco construído para sustentar a antiga Rua dos Pelames e integrava duas bicas e um tanque largo. Na década de 1920, o vão foi ocupado por dois estabelecimentos comerciais, as partes da fonte foram numeradas e preservadas nos serviços municipais, enquanto a Fonte do Souto foi instalada nas proximidades para assegurar o abastecimento. Em 21 de dezembro de 1965 foi aprovado o projeto de Bernardino Basto Fabião para a sua reconstrução.[29]

A reconstrução restituiu a forma depois de uma interrupção material e programática, mas não restabeleceu integralmente as antigas práticas de abastecimento.



Figura 11 - Reconstrução da Fonte de Mouzinho da Silveira, Porto, 1966.

A Fonte das Oliveiras acrescenta a deslocação. Construída na Rua das Oliveiras em 1718 e remodelada em 1823, foi desmontada e removida em 1866. A ficha patrimonial associa a decisão

[29] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte de Mouzinho da Silveira: uma ponte, uma fonte e uma loja», *Porto Water City*, 14 out. 2025.

aos problemas provocados pela concentração de pessoas que aguardavam na via para encher os cântaros. Em 1879, foi reconstruída no Largo Alberto Pimentel, onde permanece.[30]

Aquilo que entrava em conflito com a rua não era apenas a estrutura, mas o seu uso. O abastecimento produzia espera, aproximava corpos e introduzia duração num lugar de circulação. A fonte tornava-se obstáculo precisamente porque funcionava. A deslocação preservou grande parte da arquitetura, mas interrompeu a geografia quotidiana construída no ponto original.

Outra situação ocorre quando a continuidade depende da reprodução da forma. O quiosque atualmente implantado na Praça Carlos Alberto corresponde a uma réplica de um exemplar histórico anteriormente localizado noutros pontos da cidade.[31] A sua presença mantém uma continuidade tipológica e visual, mas não uma continuidade material nem territorial. O caso demonstra, assim, que a reprodução de uma forma pode prolongar a sua legibilidade urbana sem equivaler à permanência do objeto original.



Figura 12 – Quiosque na Praça de Carlos Alberto, Porto, início do século XX.

Estes casos demonstram que conservar forma não equivale a conservar integralmente a relação urbana que a justificava. Estruturas, fragmentos ou configurações preservadas mantêm capacidade

[30] OLIVEIRA, Catarina, «Fonte das Oliveiras e edifício anexo», *Pesquisa de Património Imóvel*, DGPC, 2018.
[31] OLIVEIRA, Catarina, «Quiosque no Largo da Ramadinha (primitivamente na Praça dos Poveiros)», *Pesquisa de Património Imóvel*, DGPC, 2018.

documental e espacial, mas deslocação, reconstrução e réplica reconfiguram inevitavelmente a relação entre objeto, ação e lugar.

Os sistemas de abastecimento de água permitem observar estas transformações numa escala territorial. Fontes, chafarizes, bicas e lavadouros materializavam pontos concretos onde uma infraestrutura extensa encontrava o corpo e organizava deslocação, espera, transporte ou lavagem.

A Fonte do Rio da Bica, na Foz, torna esta condição particularmente legível. A documentação histórica mostra uma estrutura com duas bicas e tanque, cujas vertentes alimentavam diretamente os lavadouros. J. Bahia Júnior regista o conjunto em 1909, revelando uma articulação entre abastecimento, lavagem e permanência num mesmo ponto.[32] A fonte integrava um pequeno sistema espacial em que a água passava de uma função para outra e sucessivos corpos se organizavam em torno dela.

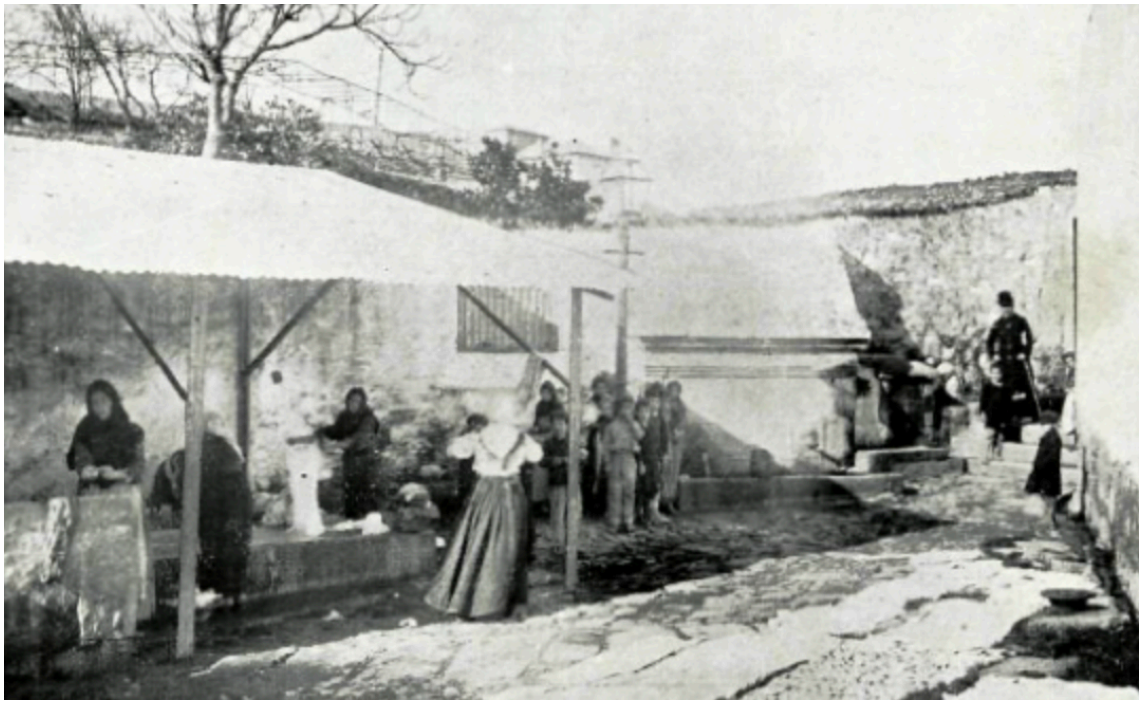


Figura 13- Fonte do Rio da Bica e lavadouros, Foz do Douro, Porto, 1909.

A generalização do abastecimento domiciliário reduziu progressivamente a necessidade de deslocação até estes pontos públicos. A água e a lavagem permaneceram necessidades quotidianas, mas passaram em grande medida para o interior doméstico, alterando a relação entre função e espaço público.

[32] BAHIA JÚNIOR, José da Silva Ferreira, *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potavel. II: Mananciaes do Campo Grande, Bispo e Freiras, Cavaca, Camões, Virtudes, Fontainhas, Praça do Marquez de Pombal e Burgal; fontes suas derivadas e fontes de nascente privativa*, Porto: Typographia Encyclopedia Portugueza, 1909, p. 95.

Nas Fontainhas, fotografias históricas documentam intensa utilização em torno da fonte e dos níveis associados à lavagem. Encosta, desníveis, muro e tanques faziam do sistema hidráulico parte da organização espacial do lugar. A permanência atual da arquitetura não restitui, contudo, essa experiência: desapareceram a procura quotidiana de água, as esperas, os recipientes e os trajetos domésticos que anteriormente convergiam para aquele ponto.



Figura 14 – Fonte das Fontainhas, Porto, c. 1910.

Nas cabines telefónicas, a transformação decorre de uma tecnologia que deixou de depender de um ponto arquitetónico fixo. A cabine convertia a rede de telecomunicações num interior mínimo acessível a partir da rua, fazendo do telefonema uma sequência espacial concreta: procurar o ponto, entrar, utilizar o aparelho e regressar ao percurso.

Diferentes gerações de instalações telefónicas coexistiram, foram substituídas e desapareceram em momentos distintos no Porto. A transformação decisiva ocorreu quando a comunicação passou a acompanhar o corpo através do telefone móvel: não desapareceu a ação de comunicar, mas a necessidade do recinto, da pausa urbana e da deslocação até um ponto fixo da rede.

A perda da cabine corresponde, por isso, a mais do que uma substituição tecnológica. Desaparece também um ponto reconhecível de acesso à rede, com posição e interior próprios, que introduzia uma pausa no percurso urbano. A comunicação deixa de exigir aproximação a uma arquitetura específica e passa a realizar-se independentemente de um lugar determinado, alterando a relação entre corpo, comunicação e cidade.



Figura 15 – Cabine telefónica no Largo da Cividade, durante as demolições para a abertura da Avenida D. Afonso Henriques, Porto, 1949.

Nos dispositivos postais ocorre uma mudança semelhante, embora menos absoluta. A caixa ou marco constituía uma interface entre o gesto de depositar correspondência e uma rede territorial muito mais ampla. A digitalização reduziu a frequência dessa deslocação sem eliminar totalmente a função, tornando menos intensa a presença quotidiana dessa infraestrutura no espaço público.



Figura 16 – Marco postal junto aos Clérigos, Porto, c.1950

As instalações sanitárias apresentam outra condição, porque respondem a uma necessidade corporal permanente cuja presença no espaço público exige simultaneamente acessibilidade e resguardo. Em 1890, "A República" observava que mesmo os urinóis então considerados modernos, dotados de cobertura e proteção metálica, *"estão sempre mudando de sitio [...] porque ninguém os quer no pé da porta"*.[33]

A frase revela uma tensão arquitetónica concreta. O urinol precisava de ser suficientemente acessível para ser encontrado e suficientemente resguardado para permitir uma utilização íntima, mas simultaneamente afastado para reduzir a rejeição por parte dos edifícios próximos.

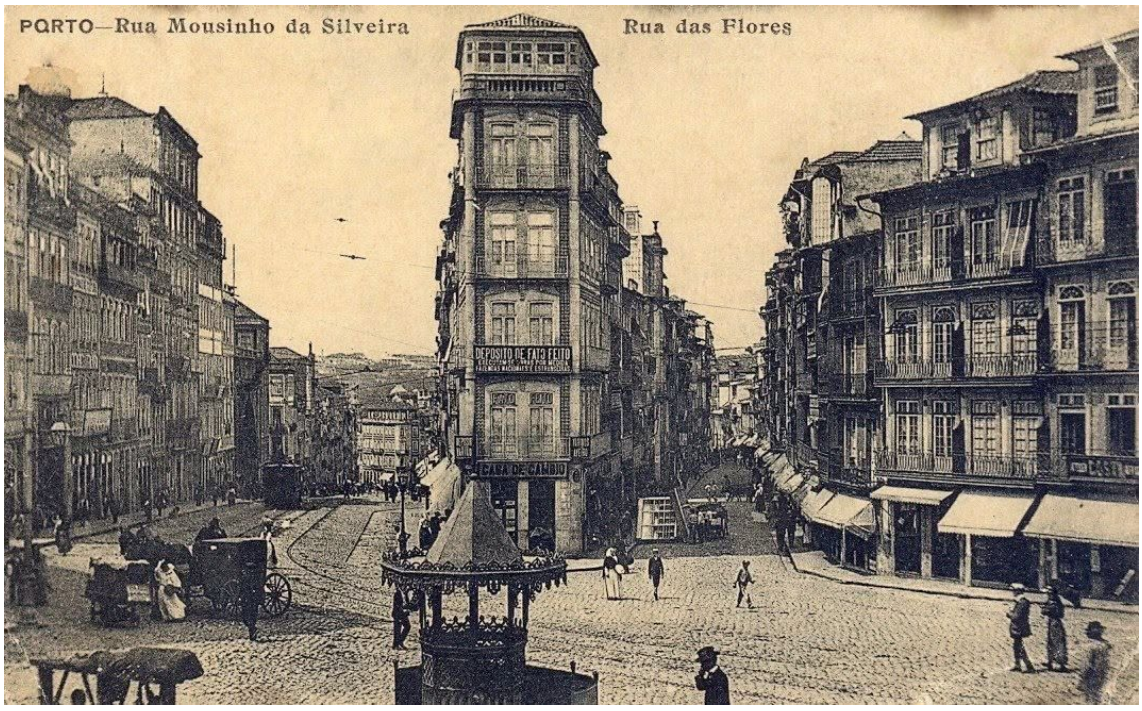


Figura 17 - Urinol público no Largo de S. Bento, Porto, c. 1900.

A implantação resultava de uma negociação entre acessibilidade e recusa, presença e ocultação, corpo e cidade. A fotografia histórica permite ainda observar estas estruturas junto de fluxos, jardins, veículos e outras micro-arquiteturas. Essa proximidade não demonstra relação funcional, mas evidencia a densidade de respostas especializadas que podiam coexistir num mesmo espaço público.

A retirada progressiva destes equipamentos não eliminou a necessidade sanitária, mas alterou a forma de lhe responder. Parte da utilização quotidiana passou para interiores comerciais ou institucionais, onde o acesso pode depender de horário, consumo, autorização ou outras

[33] «Horrivel Porto: Os urinoes e as latrinas», *A República*, Porto, 5 ago. 1890.

condições. A transformação não reside apenas na forma do equipamento, mas no grau de autonomia que o espaço público oferece para responder a uma necessidade corporal permanente.

Nos antigos postos de cobrança da Ponte Luís I, a arquitetura dependia diretamente de uma ação entretanto extinta. A portagem entrou em vigor em 1886, deixou de abranger peões em 1913 e terminou definitivamente em 1944, a documentação regista pequenas estruturas de cobrança nos acessos e a demolição de um dos postos nesse ano.[34] A necessidade de interromper o movimento para pagar ou ser controlado explica a sua forma e implantação. Com o fim da portagem desapareceu a ação que lhes dava sentido, enquanto a ponte permaneceu, razão pela qual estes postos se situam na fronteira do corpus e evidenciam de forma clara a relação entre ação e forma construída.

Os coretos constituem um contraponto. Podem permanecer longos períodos sem música e continuar aptos a recebê-la, porque a plataforma elevada, a cobertura e a relação com o público não dependem de uma tecnologia extinta. A ausência temporária de uso não equivale, por isso, a desaparecimento funcional como numa cabine sem telefone ou num posto sem portagem: a permanência material conserva a possibilidade de reativação. Também nos sistemas de água coexistem diferentes graus de permanência.

Na Praça da Ribeira, as imagens históricas mostram a articulação entre abastecimento, animais de tração, transporte, comércio e utilização do largo. A função da fonte relacionava-se diretamente com corpos humanos e animais e com condições de mobilidade que, entretanto, se transformaram.



Figura 18 - Fonte e utilização quotidiana da Praça da Ribeira, Porto, c.1900

[34] SERENO, Isabel; LEÃO, Miguel; COSTA, Patrícia, «Ponte de D. Luís», *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, 2005; INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, «Ponte Luiz I», 2025.

As consequências do desaparecimento não se limitam, contudo, à transformação do uso e do espaço, estendendo-se também às formas através das quais estas estruturas permanecem reconhecíveis na memória coletiva.

Na memória coletiva, determinadas estruturas podem continuar reconhecíveis através de fotografias, nomes, réplicas ou fragmentos, mesmo quando a situação urbana que lhes dava sentido já se transformou ou deixou de existir.

O arquivo torna-se, neste sentido, uma forma de reencontro com situações que a cidade já não oferece diretamente. As fotografias históricas não restituem apenas quiosques, urinóis, fontes ou lavadouros, mas também pessoas, esperas, animais, veículos, pavimentos, distâncias e modos de aproximação. A iconografia ultrapassa assim uma função meramente ilustrativa e permite observar relações que desapareceram com as estruturas ou com os seus antigos usos.

O impacto da ausência não se mede, portanto, apenas pela dimensão do objeto retirado. Mede-se também pelo percurso que já não converge para aquele ponto, pelo tempo de espera que desapareceu, pelo gesto transferido para outro lugar, pela atividade que se tornou privada ou portátil e pela referência que deixou de participar na repetição quotidiana. Uma pequena arquitetura pode desaparecer quase sem alterar a planta da cidade e, ainda assim, modificar a forma como determinado ponto era utilizado.

É precisamente porque estas alterações podem deixar marcas físicas reduzidas que o confronto entre território, memória e documentação se torna necessário para reconhecer aquilo que mudou.

A transformação destas pequenas estruturas torna-se, assim, relevante sobretudo pelos efeitos que produz sobre as práticas que lhes estavam associadas. Quando um ponto de utilização desaparece, perde função ou muda de lugar, alteram-se também percursos, tempos de permanência e formas de relação com o espaço público.

A questão deixa então de ser apenas o que desapareceu e passa a ser outra: de que modo a cidade continua a ser vivida depois dessa ausência?

4.2 Discussão das alterações na relação entre habitantes e cidade

As micro-arquiteturas ocupavam precisamente uma posição intermédia entre sistemas urbanos de grande escala e ações muito concretas do corpo. A rede de água tornava-se acessível na fonte; o serviço telefónico condensava-se na cabine; a lavagem coletiva encontrava lugar no lavadouro; a música ganhava um palco no coreto; o comércio e a informação chegavam à rua através do quiosque. A infraestrutura, geralmente extensa e abstrata, adquiria assim um ponto de contacto reconhecível. Aproximar-se, esperar, entrar, encher, lavar, comprar, telefonar ou assistir eram ações que davam uma localização física a necessidades quotidianas.

Os testemunhos reunidos na investigação tornam particularmente evidente a dimensão relacional desses lugares. No caso dos lavadouros, uma das memórias recolhidas descreve-os como o lugar onde *"se descobria tudo"*, um *"ponto de encontro"*, chegando a defini-los como *"o telemóvel de agora"*.[35]

A própria descrição das práticas reforça esta sobreposição. Lavava-se *"na pedra"*, a roupa branca era corada nas ervas, outros tecidos eram colocados nos amieiros e, enquanto o trabalho decorria, conversava-se, esperava-se e observava-se. A recordação de que havia quem fosse *"dar à língua"* e *"lavar roupa suja"* e de que chegavam a formar-se filas mostra que a duração da tarefa fazia parte da espacialidade do lavadouro. A arquitetura não acolhia apenas o gesto imediato da lavagem: integrava os tempos de chegada, espera, trabalho e permanência que se formavam em seu redor.

A dimensão feminina deste espaço deve, contudo, ser lida com precisão. Não se pretende reduzir a presença das mulheres na cidade ao lavadouro, mas reconhecer que esta tipologia tornou espacialmente visível uma atividade doméstica e laboral historicamente desempenhada sobretudo por mulheres. O trabalho que, com a progressiva generalização da lavagem doméstica mecanizada, passaria para o interior da habitação ocupava então um lugar coletivo e publicamente reconhecível. A transformação técnica não eliminou apenas a deslocação necessária para lavar roupa, interiorizou uma prática que antes colocava regularmente grupos de mulheres no espaço comum.

O desaparecimento ou esvaziamento do lavadouro corresponde, por isso, a uma mudança simultaneamente funcional e espacial. Ganham-se condições de conforto, higiene e autonomia doméstica que não devem ser romantizadas nem postas em causa. O que interessa reconhecer é

[35] Testemunhos orais reunidos no material de investigação da autora.

que a mesma transformação transfere para a esfera privada uma ação que anteriormente produzia presença no território. A necessidade desaparece do espaço público e, com ela, desaparece também a situação espacial que se formava em seu redor.

Os quiosques revelam um modo diferente de relação. Nos testemunhos reunidos são associados ao café, à leitura dos jornais, à conversa e ao *"paleio"*, surgindo como *"ponto de encontro"* e, nesse conjunto particular de memórias, como espaço *"mais centro masculino"*.[36] Esta última caracterização não deve ser generalizada a todos os quiosques nem a todos os momentos da sua história, mas mostra, contudo, que diferentes pequenas arquiteturas podiam ser apropriadas por grupos e práticas distintas.

Ao contrário do tempo prolongado do lavadouro, a sociabilidade do quiosque desenvolvia-se no limiar entre circulação e permanência. Comprar o jornal ou uma bebida podia demorar apenas alguns minutos, mas a presença de um operador no interior, o atendimento voltado diretamente para a rua e a implantação em praças, jardins ou pontos de passagem criavam condições para parar sem abandonar o espaço público. O quiosque constituía uma arquitetura mínima de interface: alguém permanecia dentro, outros aproximavam-se pelo exterior e, nesse contacto, o serviço podia prolongar-se em conversa, observação ou encontro.

A transformação do quiosque não significa, naturalmente, o desaparecimento do café, da imprensa, do comércio ou da conversa. Essas atividades encontram hoje outras arquiteturas e outros meios de acesso. O que se modifica é a forma como eram condensadas num pequeno volume autónomo diretamente colocado no espaço público. Quando o quiosque desaparece, o serviço pode continuar num estabelecimento, num centro comercial, numa aplicação ou noutro suporte; deixa, porém, de produzir exatamente a mesma situação entre interior mínimo, rua e permanência exterior.

Os fontanários introduzem ainda outra condição. Nos relatos, o seu uso é recordado de forma mais pragmática: ia-se *"buscar água"*, com *"o cântaro à cabeça ou baldes na mão"*, por vezes *"três ou quatro vezes por dia"*, e os encontros eram descritos como mais casuais do que nos lavadouros.[37] A diferença é significativa. Nem todas as micro-arquiteturas geravam a mesma intensidade de sociabilidade e não existe razão para lhes atribuir indiscriminadamente uma função comunitária. Em muitos casos, a importância do fontanário residia precisamente na repetição de uma necessidade.

[36] Testemunhos orais reunidos no material de investigação da autora.
[37] Testemunhos orais reunidos no material de investigação da autora.

Ir buscar água várias vezes ao dia inscrevia o abastecimento no corpo e no território. O percurso tinha distância, inclinação e peso; havia um ponto de chegada reconhecível e um regresso condicionado pelo recipiente cheio. Mesmo quando a permanência junto à fonte era breve, a repetição produzia familiaridade. O fontanário articulava habitação, percurso e recurso, tornando a infraestrutura hidráulica parte visível do ritmo diário.

A chegada da água ao interior das habitações alterou radicalmente essa relação. O abastecimento deixou de exigir uma deslocação quotidiana e o sistema tornou-se progressivamente invisível para o utilizador. A água continua dependente de uma vasta infraestrutura urbana, mas o encontro com essa infraestrutura passa a acontecer sobretudo dentro de casa. O ganho técnico e sanitário é evidente; espacialmente, porém, desaparece um percurso necessário e o ponto público em que diferentes trajetórias podiam coincidir.

As fontes e chafarizes permitem perceber outra possibilidade: a matéria permanece enquanto a relação com ela se transforma. No conjunto de testemunhos, algumas destas estruturas são hoje reconhecidas como *"mais decorativas"*.[38] A formulação é reveladora, mas deve ser entendida como perceção e não como condição universal. Muitas peças que participaram historicamente no abastecimento continuam a marcar praças, largos e ruas através da sua presença material, embora já não sejam procuradas diariamente pela necessidade de água. O gesto de uso pode enfraquecer e a leitura estética, paisagística ou patrimonial ganhar protagonismo.

Essa transformação não significa que a arquitetura tenha deixado de atuar sobre o lugar. A fonte pode continuar a orientar, identificar ou qualificar um espaço e, em determinados casos, a função hidráulica pode mesmo ser parcialmente recuperada ou reativada. O importante é distinguir permanência formal de continuidade de uso. Ver uma fonte não é o mesmo que depender dela; conservar o objeto não restitui automaticamente a relação quotidiana que historicamente se estabelecia em seu redor.

Nos coretos, a situação é distinta porque a função nunca exigiu utilização contínua. Os testemunhos recordam-nos como lugares "onde as músicas tocavam, nos dias de festas", destinados às bandas, em torno dos quais *"as pessoas ficavam [...] a assistir"*. Uma formulação particularmente clara sintetiza essa condição: *"não havia palcos, mas os coretos"*.[39] A arquitetura criava um centro temporário. Ao elevar os músicos, cobri-los e mantê-los visual e sonoramente relacionados com o

[38] Testemunhos orais reunidos no material de investigação da autora.
[39] Testemunhos orais reunidos no material de investigação da autora.

exterior, o pequeno palco permitia transformar um jardim ou praça num espaço de assistência sem construir uma sala fechada.

Em 2026, esta capacidade voltou a tornar-se particularmente visível através do ciclo municipal STOP no Coreto, que programou nove concertos em estruturas históricas de Arca d'Água, Marquês, Jardins do Palácio de Cristal, Cordoaria, Passeio Alegre, São Lázaro e São Roque.[40] A iniciativa demonstra que a permanência material destes equipamentos não corresponde necessariamente a uma conservação sem uso: a mesma forma continua apta a receber música e a produzir reunião coletiva. Isto não permite afirmar que o coreto conserve hoje a mesma centralidade cultural que teve noutros períodos; permite, porém, recusar a sua leitura automática como simples vestígio decorativo.

Os testemunhos acrescentam ainda uma permanência de outra natureza ao recordarem que "as noivas iam tirar fotos nos coretos". O uso é distinto do programa musical, mas mostra como a estrutura podia continuar a ser reconhecida enquanto lugar especial mesmo fora do acontecimento coletivo. O coreto podia ser palco, abrigo, ponto de encontro, fundo de uma fotografia ou simples referência no jardim. A permanência de uma micro-arquitetura não corresponde, portanto, à conservação rígida de um único uso; pode resultar da capacidade de continuar a receber ações que mantêm uma relação direta entre estrutura e espaço público.

As arquiteturas ligadas à comunicação permitem observar uma transformação quase inversa. Durante grande parte do século XX, telefonar a partir do espaço público exigia chegar a um ponto específico da cidade. A cabine produzia um interior mínimo destinado a uma ação individual: aproximar-se, abrir a porta, entrar, realizar a chamada e sair. O serviço dependia de uma localização e o ato de comunicar adquiria, por isso, uma dimensão territorial. A mobilidade da comunicação suprimiu essa passagem obrigatória pela cabine, alterando a relação entre o corpo, o percurso urbano e o ponto fixo da rede. Nos dispositivos postais, a transformação foi menos absoluta: o ponto fixo permanece funcional, mas deixou de convocar com a mesma frequência a deslocação do habitante.

As instalações sanitárias públicas revelam, por sua vez, uma relação particularmente direta entre arquitetura e corpo. Urinóis, sanitários e balneários respondiam a necessidades que não desapareceram com a transformação da cidade; o que mudou foram as condições de privacidade, higiene, gestão e aceitabilidade através das quais essas necessidades passaram a ser resolvidas. A sua história mostra que a relação entre habitantes e espaço público também se constrói através

[40] ÁGORA – CULTURA E DESPORTO DO PORTO, «Bandas do STOP atuam nos coretos da cidade até setembro», 15 jul. 2026.

daquilo que a cidade decide tornar disponível, proteger, ocultar ou transferir para outros interiores.

Em alguns lugares, fotografias históricas mostram diferentes micro-arquiteturas próximas entre si, quiosques e urinóis, fontanários e outros pequenos equipamentos, mas essa proximidade não deve ser confundida com dependência funcional. O que ela demonstra é outra coisa: o espaço público podia acumular respostas materiais distintas a diferentes necessidades quotidianas. Comércio, higiene, abastecimento, comunicação ou música não formavam necessariamente um sistema comum, mas podiam coexistir na mesma praça, jardim ou percurso, aumentando a densidade de usos suportados por aquele lugar.

Esta densidade ajuda a compreender uma transformação mais ampla. Ao longo do tempo, várias necessidades anteriormente materializadas em pequenos pontos públicos foram transferidas para interiores privados, incorporadas em edifícios maiores, substituídas por dispositivos portáteis ou absorvidas por sistemas cuja presença física se tornou menos evidente. A água chega a casa; a lavagem realiza-se no interior doméstico; o telefone acompanha o corpo; a informação circula digitalmente. A infraestrutura não desaparece, muitas vezes torna-se tecnicamente mais extensa e complexa, mas o seu contacto com o utilizador deixa de produzir determinadas pequenas arquiteturas no espaço público.

A mudança não deve ser lida como oposição entre uma cidade antiga, supostamente mais comunitária, e uma cidade contemporânea empobrecida pelo progresso. Muitas das transformações analisadas correspondem a melhorias fundamentais nas condições sanitárias, no conforto, na autonomia e no acesso aos serviços. O interesse destas perdas reside precisamente em evitar essa simplificação. Uma inovação pode resolver de forma mais eficaz uma necessidade e, simultaneamente, eliminar a situação espacial que anteriormente a acompanhava. Reconhecer essa consequência não implica desejar o regresso da necessidade original.

O que se altera é a forma como determinadas ações se inscrevem na cidade. O lavadouro prolongava o trabalho doméstico para um espaço coletivo; o fontanário convertia o abastecimento num percurso; o quiosque condensava comércio, informação e pausa na rua; a cabine reservava um pequeno interior à comunicação; o coreto transformava episodicamente um jardim em lugar de assistência. Não existe uma única forma de sociabilidade comum a todas estas estruturas. Existe, antes, uma correspondência repetida entre ação e lugar.

Estas transformações não produzem, contudo, um efeito uniforme na relação entre habitantes e cidade, porque também eram distintas as formas através das quais cada micro-arquitetura participava no quotidiano.

A memória permite reconhecer parte dessas mudanças. Os testemunhos conservam ações que já não podem ser deduzidas apenas através da observação atual: mulheres reunidas em torno da lavagem, recipientes transportados até à água, leitores junto do quiosque, espectadores distribuídos em redor de um coreto. A fotografia histórica restitui corpos às estruturas que hoje podem surgir vazias e revela áreas de utilização que não pertenciam materialmente à arquitetura, mas eram produzidas por ela. A memória torna visível a extensão que o objeto adquiria através do uso.

Contudo, a memória e o arquivo não bastam para compreender a condição presente. Saber como estas estruturas foram utilizadas permite reconhecer aquilo que se transformou, mas não determina automaticamente o que cada exemplar significa hoje. Algumas permanecem ativas, outras perderam o programa, outras foram adaptadas, deslocadas ou reconstruídas, algumas sobrevivem apenas enquanto fragmento ou registo documental. É necessário, por isso, regressar à cidade e confrontar essas memórias com aquilo que permanece materialmente no território.

Capítulo 5: Micro-arquiteturas e espaço público no Porto atual.











Figura 19 - Conjunto de micro-arquiteturas registadas no levantamento de 2026.

5.1 Levantamento e análise de micro-arquiteturas do Porto associadas ao quotidiano urbano

A compreensão do desaparecimento enquanto alteração de relações conduz novamente à matéria da cidade. Se a ausência permite reconhecer aquilo que deixou de acontecer, a presença exige observar o que permanece, onde permanece e em que condições chega ao presente. O levantamento realizado parte desta relação entre arquivo e território, procurando produzir conhecimento arquitetónico através da observação direta da implantação, configuração, acesso, estado, uso e relação das estruturas com o espaço envolvente.

O trabalho de campo acrescentou informações que o arquivo, por si só, não poderia fornecer. Fotografias históricas e processos administrativos permitem documentar existência, forma, utilização, construção, intervenção, deslocação ou remoção, mas não revelam integralmente a condição encontrada em 2026: alterações dos percursos e limites, relações atuais com pavimento e vegetação, encerramentos de acessos, presença ou ausência de água, perdas de equipamento, apropriações ou novas estruturas próximas. O levantamento não substitui o arquivo, mas confronta-o com o presente.

A fotografia assumiu, por isso, uma função metodológica central. O registo alternou diferentes distâncias e posições, permitindo observar cada micro-arquitetura simultaneamente como objeto e situação urbana. Vistas mais afastadas registam implantação e relação com a envolvente; aproximações intermédias tornam legíveis acessos, coberturas, tanques, plataformas, vãos, resguardos e interfaces de utilização; o detalhe documenta materiais aparentes, inscrições, comandos, reparações, perdas e sinais de uso. Fotografar constituiu, neste sentido, uma forma de observar arquitetura.

O levantamento não corresponde a um registo métrico sistemático de cada estrutura, nem foram produzidas plantas, cortes ou alçados individuais para a totalidade dos casos. A implantação é lida através da observação no lugar, do arquivo fotográfico, dos percursos e do confronto com documentação histórica. A análise incide sobre condições efetivamente observáveis, como interior, cobertura, relação com o solo, acesso, limites, tanques, plataformas, interfaces, orientação, grau de resguardo e relação com o corpo. Trata-se, assim, de observação arquitetónica e não de restituição técnica: aquilo que a observação ou a documentação não permitem verificar não é reconstruído por analogia.

O âmbito territorial corresponde ao concelho do Porto, evitando uma concentração exclusiva no centro histórico ou nos espaços de maior reconhecimento monumental. O levantamento abrangeu ruas, largos e praças, jardins e parques municipais, frentes ribeirinha e marítima, zonas residenciais, antigos territórios periféricos incorporados no crescimento urbano, áreas de atravessamento, entrada e limite da cidade e recintos municipais ou institucionais efetivamente acessíveis à população. Foram assim encontradas estruturas em contextos muito distintos, desde lugares de forte circulação a percursos locais, encostas, escadarias, muros, antigos vales e áreas relacionadas com linhas de água.

A definição operativa de espaço público não exige ausência de limites físicos nem acesso permanente. Jardins e parques municipais sujeitos a portões e horários integram o território da investigação quando são efetivamente disponibilizados à população. Excluem-se interiores domésticos, espaços exclusivamente privados, recintos comerciais sem carácter público e estruturas cuja relação com a população se limite a utilização técnica ou especializada.

O levantamento distingue igualmente localização atual e implantação histórica, tratando permanência material e permanência territorial como dimensões diferentes. Uma estrutura deslocada pode conservar matéria e forma sem conservar a relação espacial para a qual foi originalmente concebida.

Esta distinção estende-se ao estado das próprias estruturas. Uma micro-arquitetura pode permanecer materialmente e perder a função original, conservar utilização residual ou intermitente, ser adaptada, deslocada, reconstruída ou replicada, sobreviver apenas através de fragmentos, ou desaparecer, subsistindo apenas a localização documentada. Nas estruturas concebidas como temporárias, a desmontagem é entendida como parte do próprio ciclo programático e não, por si só, como perda ou obsolescência.

O universo inicial do levantamento foi deliberadamente mais amplo do que o corpus final, permitindo testar no território os critérios anteriormente definidos. A pequena dimensão não constituiu, por si só, condição suficiente: foram retidas estruturas com legibilidade arquitetónica, programa concreto, relação direta entre corpo, ação e espaço público e pertinência para observar processos de permanência, transformação ou desaparecimento.

Algumas estruturas permaneceram como casos de fronteira. Guaritas e postos de cobrança aproximam-se da definição pela pequena escala e autonomia, mas destinam o interior sobretudo ao operador; construções exclusivamente técnicas das redes de água ou saneamento não estabelecem a relação de uso coletivo exigida pelo corpus; e os abrigos de transporte mantêm a

função de espera, embora determinadas gerações arquitetónicas tenham sido substituídas por soluções contemporâneas mais normalizadas. Estes casos permitem testar os limites da definição sem constituírem famílias nucleares.

O corpus consolidou-se em oito famílias: cabines telefónicas públicas; lavadouros públicos; coretos históricos, incluindo estruturas não permanentes quando documentalmente individualizadas; quiosques históricos de rua ou de outros espaços públicos; fontanários e bebedouros históricos; fontes, chafarizes e bicas de utilização pública, integrando arcas apenas quando existe uma relação arquitetónica pública efetiva; urinóis, sanitários e balneários públicos historicamente relevantes; e marcos ou caixas postais tradicionais enquanto interfaces públicas da rede postal. Estruturas muito recentes surgem apenas como referências comparativas quando ajudam a reconhecer continuidade funcional, transformação tipológica, normalização, automatização ou substituição; réplicas e reconstruções são sempre distinguidas dos exemplares originais.

As oito famílias correspondem a diferentes formas de tornar uma atividade espacialmente acessível. Algumas encerram o corpo, enquanto outras apenas o protegem, posicionam ou aproximam de uma interface; algumas implicam permanências prolongadas e outras ações breves ou intermitentes; algumas dependem de redes territoriais extensas e outras de acontecimentos, serviços ou recursos localizados. Esta diversidade permite comparar arquiteturas muito distintas sem pressupor que partilham a mesma trajetória histórica ou condição atual.

A organização por famílias funciona como instrumento de comparação e não como compartimentação absoluta. A proximidade espacial entre estruturas de programas distintos não demonstra, por si só, articulação funcional: proximidade, coexistência e relação funcional comprovada são condições diferentes.

Na apresentação do levantamento, fotografia e documentação articulam-se através de séries, sequências, matrizes e confrontos temporais. A dimensão visual permite reduzir a descrição daquilo que as imagens demonstram diretamente, concentrando o texto nas diferenças arquitetónicas, nas transformações relevantes e nas relações reveladas pelo confronto entre presente e arquivo.



Figura 20 – Fonte da Vila Parda, Rua do Bonjardim, Porto, 2026

5.1.1 Fontes, chafarizes, bicas e arcas

Arquivo visual. Como complemento à seleção analisada, encontra-se disponível o **arquivo visual** completo desta família, que reúne as imagens históricas localizadas e o levantamento fotográfico autoral de 2026.

Entre as famílias reunidas no levantamento, as fontes, chafarizes, bicas e arcas apresentam grande diversidade de forma, implantação e relação com a cidade. A estrutura visível constituía frequentemente apenas o terminal de sistemas mais extensos, formados por minas, nascentes, aquedutos, caleiras e arcas, enquanto muros, escadas, tanques, plataformas, coberturas e diferenças de cota podiam ampliar o ponto de água numa situação arquitetónica mais complexa. A sua permanência deve, por isso, ser lida através da relação entre matéria, implantação, rede e uso, dimensões que nem sempre sobrevivem simultaneamente.

As Fontainhas permitem reconhecer a primeira destas condições. A fonte permanece ligada ao território histórico da Alameda e participa diretamente da construção do limite da encosta. O espaldar associa-se ao muro, enquanto abaixo se desenvolvia o antigo sistema de lavagem, fazendo com que abastecimento, contenção topográfica e diferença de cota pertencessem à mesma leitura territorial.[41] A documentação histórica revela uma intensidade de utilização que o presente já não reproduz, mas a implantação continua a tornar legível a relação entre água, muro, percurso superior e escarpa.



Figura 21 - Fonte das Fontainhas, Alameda das Fontainhas, Porto, 2026

[41] BAHIA JÚNIOR, José da Silva Ferreira, *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potavel*, Porto: Typographia Encyclopedia Portugueza, 1909; ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte das Fontainhas», *Porto Water City*.

A Fonte da Igreja de Campanhã desenvolve essa relação de forma ainda mais espacial. Referida nas Memórias Paroquiais de 1758, encontra-se abaixo da cota corrente do território e era alcançada através de uma abertura no muro seguida por uma escadaria. Bahia Júnior descrevia uma única bica e, imediatamente acima, a entrada da própria nascente, cuja mina prosseguia sob os campos.[42] Em 2026 permaneciam legíveis a mudança de cota, o recinto inferior, a bica e o acesso à mina. A aproximação exige, portanto, uma pequena entrada no terreno: o utilizador abandona a cota da rua antes de alcançar a água.

Também em Campanhã, a Fonte do Campo, atualmente conhecida como Fonte de Azevedo de Campanhã, permanece no local. Datada de 1871 e alimentada por nascente própria, encontra-se adossada a um muro entre dois portões, um dos quais dá acesso à pequena Capela ou Alminhas do Senhor dos Aflitos.[43] Bica, tanque, muro, passagem e elemento devocional continuam, assim, espacialmente associados.



Figura 22 - Fonte da Igreja de Campanhã, Porto, 2026.



Figura 23 - Fonte de Azevedo de Campanhã, Porto, 2026.

[42] CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério, *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*, Braga: José Viriato Capela, 2009, p. 66; BAHIA JÚNIOR, José da Silva Ferreira, *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potavel*, Porto: Typographia Encyclopedia Portugueza, 1909; ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte da Igreja de Campanhã», *Porto Water City*.

[43] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte de Azevedo de Campanhã», *Porto Water City.*

Em Miragaia, a Fonte da Colher demonstra como a permanência material pode coexistir com a perda de presença urbana. Documentada desde finais do século XV e reconstruída em 1629, foi afetada pelas transformações da frente ribeirinha e recomposta na posição atual em 1871.[44] Hoje permanece encaixada na frente edificada, numa relação muito distinta da antiga exposição à margem. A invisibilidade resulta aqui menos da perda da peça do que da transformação do espaço que a envolve.

Nas Virtudes, chafariz, encosta e percurso urbano continuam inseparáveis. Construído em 1619 e abastecido pelo Manancial das Virtudes, o chafariz ocupa uma cota intermédia entre a cidade alta e Miragaia.[45] Próximo permanece o vestígio do antigo lavadouro, hoje profundamente transformado. No mesmo território, uma estrutura conserva forte legibilidade arquitetónica enquanto a outra sobrevive sobretudo através da implantação.



Figura 24 - Fonte da Colher, Miragaia, Porto, 2026.

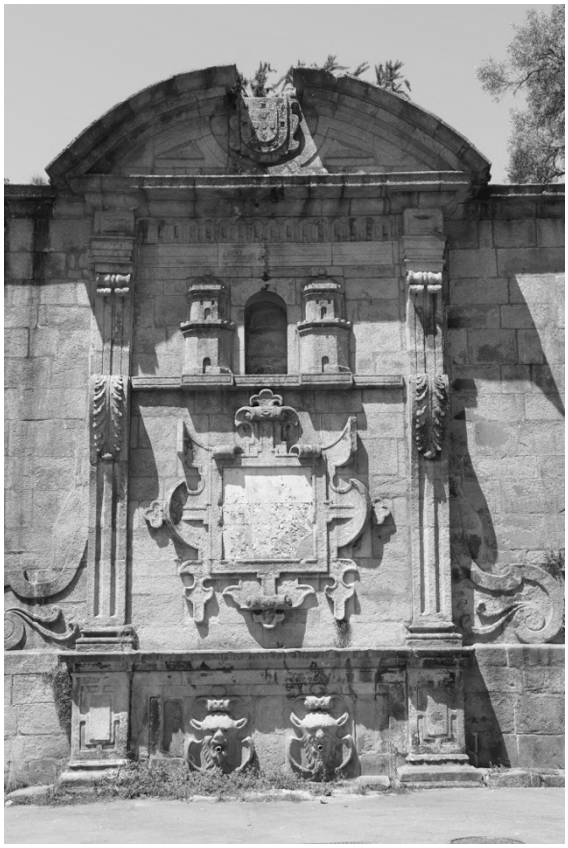


Figura 25 - Fonte das Virtudes, Porto, 2026.

O Parque das Águas reúne estruturas deslocadas de geografias, sistemas e programas distintos. A Fonte do Campo Alegre conserva parte significativa da construção pétrea associada ao antigo

[44] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Chafariz da Colher», *Pesquisa de Património Imóvel / Ulysses*; BELEZA, Vitorino; FERNANDES, Sofia, «Parte VII», *O Porto e a água*, set. 2017; BAHIA JÚNIOR, José da Silva Ferreira, *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potavel*, Porto: Typographia Encyclopedia Portugueza, 1909.
[45] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte das Virtudes»; «Lavadouro das Virtudes», *Porto Water City*.

sistema de captação, enquanto o Chafariz do Convento de São Bento de Avé Maria foi recontextualizado depois do desaparecimento do conjunto conventual ao qual pertencia.

Na Fonte da Rua Garrett sobrevivem espaldar e tanque, mas perdeu-se o profundo alpendre que criava um pequeno espaço coberto de abastecimento. Na Bica de Cedofeita, a redução é maior: subsiste apenas parte de uma situação igualmente integrada num grande vão coberto, cujo tanque chegou a ser reduzido para ampliar a área de espera. Em ambos os casos, preservar a peça não preservou a espacialidade de uso.

Na Fonte do Ribeirinho, ou dos Ablativos, construída em 1790, a perda funcional antecedeu a deslocação, encontrando-se já seca em 1909. O Chafariz da Feira dos Carneiros, de 1891, perdeu por sua vez as relações com o Largo de Camões, o Horto Municipal, a mina própria e a feira que lhe deu nome. Num caso desapareceu primeiro a função; no outro, sobretudo o território de referência.[46]



Figura 26 - Bica da Fonte de Cedofeita, Parque das Águas, Porto, 2026.



Figura 27 - Fonte do Ribeirinho ou dos Ablativos, Parque das Águas, Porto, 2026.

[46] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte do Campo Alegre», «Chafariz do Convento de São Bento de Avé Maria», «Fonte da Rua Garrett», «Bica de Cedofeita», «Fonte do Ribeirinho ou dos Ablativos» e «Fonte da Feira dos Carneiros», *Porto Water City*; BELEZA, Vitorino; FERNANDES, Sofia, *O Porto e a água*, 2017.

Fora do parque, o Chafariz do Laranjal apresenta outra trajetória. Configurado no antigo Largo do Laranjal em 1854, provavelmente com elementos do anterior Chafariz de São Domingos, foi retirado durante as transformações associadas à abertura da Avenida dos Aliados e regressou à atual Praça da Trindade em 1972.[47] A proximidade entre implantação antiga e atual não corresponde, portanto, a permanência contínua. Em 2026 voltou a funcionar através de um circuito contemporâneo de recirculação.

Na envolvente da Sé, duas deslocações de curta distância alteraram relações urbanas históricas. A Fonte de São Sebastião, ou Fonte da Rua Escura, pertence ao século XVII e foi recomposta no atual Largo do Dr. Pedro Vitorino após as remodelações da envolvente da Sé.[48] O Chafariz de São Miguel o Anjo, do século XVIII e atribuído com prudência a Nicolau Nasoni, foi igualmente separado da posição que ocupava no antigo Largo da Sé, junto do setor do desaparecido Arco da Vandoma.[49] Em ambos os casos, a matéria permaneceu próxima do território de origem, mas perdeu a implantação que organizava a aproximação e o uso.

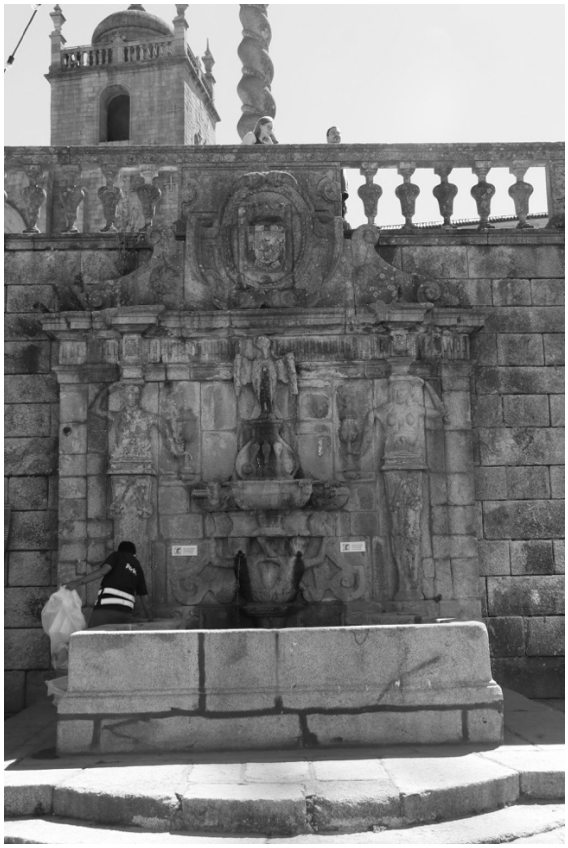


Figura 28 - Fonte de São Sebastião ou Fonte da Rua Escura, Largo do Dr. Pedro Vitorino, Porto, 2026.

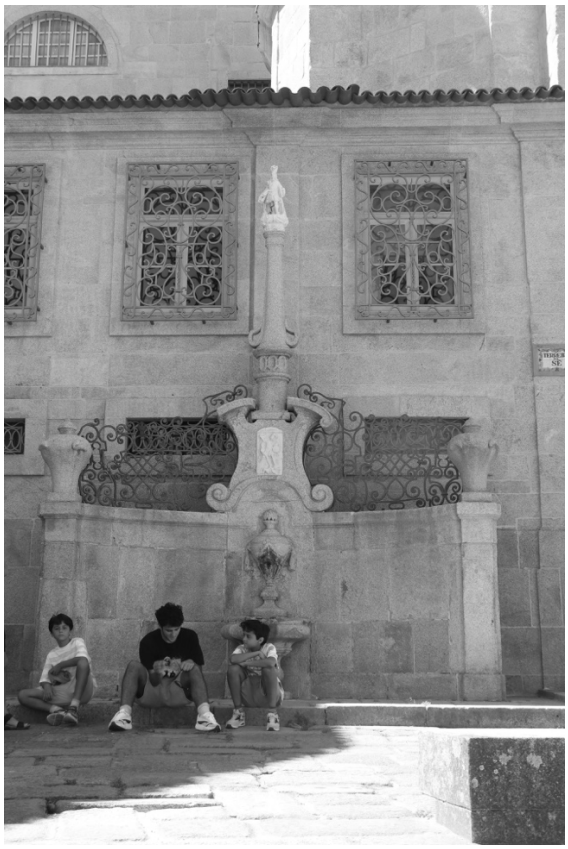


Figura 29 - Chafariz do Anjo São Miguel, Calçada de D. Pedro Pitões, Porto, 2026.

[47] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Chafariz do Laranjal», *Porto Water City*.
[48] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Fonte de São Sebastião», *Pesquisa de Património Imóvel / Ulysses*; ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte de São Sebastião», *Porto Water City*.
[49] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Pequeno fontanário existente no Largo da Sé do Porto (actualmente na Calçada de D. Pedro Pitões) / Chafariz do Anjo São Miguel», *Pesquisa de Património Imóvel / Ulysses*.

O Largo da Maternidade apresenta uma sucessão diferente. Entre 1826 e 1828 foi construído no antigo Campo Pequeno um primeiro chafariz, posteriormente transferido e correspondente à atual fonte do Largo Actor Dias. Em 1894 foi substituído no largo pela estrutura que ainda hoje ocupa a posição central.[50] No primeiro lugar manteve-se o ponto de água através de outra arquitetura; no Actor Dias sobreviveu a peça anterior, separada do espaço para o qual havia sido concebida. A passagem de uma implantação lateral para outra central alterou também a forma como o equipamento participa da organização do largo.



Figura 30 - Chafariz do Campo Pequeno, Largo da Maternidade, Porto, 2026.



Figura 31- Fonte do Largo Actor Dias, Porto, 2026.

A mudança de programa é particularmente clara em São Lázaro. A fonte existente no jardim provém do extinto Convento de São Domingos e terá funcionado, muito provavelmente, como lavatório associado à sacristia. Transferida para São Lázaro em 1838, passou de uma utilização ligada ao recinto conventual a elemento de um jardim público.[51]

O Chafariz do Passeio Alegre obriga a maior prudência. A documentação reunida associa a peça atual a uma estrutura transferida e reconstruída no jardim, mas apresenta versões divergentes quanto à proveniência, relacionando-a quer com o extinto Convento de São Francisco, quer com

[50] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte Largo Actor Dias»; «Chafariz do Campo Pequeno», *Porto Water City.*
[51] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Chafariz do Jardim de São Lázaro», *Pesquisa de Património Imóvel / Ulysses.*

a Quinta da Prelada.[52] A incerteza impede fixar uma trajetória única sem prova adicional, mas não elimina o interesse arquitetónico do caso: em qualquer das hipóteses, a atual implantação resulta de recontextualização e não de uma permanência originária naquele jardim.



Figura 32 - Chafariz do Jardim de São Lázaro, Porto, 2026.



Figura 33 - Chafariz do Passeio Alegre, Porto, 2026.

Algumas fontes dependem fisicamente de construções maiores sem perder autonomia de uso. No Prado do Repouso, bica, taça e revestimento formam uma frente utilizável a partir do espaço público no muro exterior do cemitério.[53] Na Fonte da Cadeia, construída no contexto da nova Cadeia e Tribunal da Relação no final do século XVIII, essa integração é ainda mais direta: a fonte substituiu o antigo Chafariz do Olival e permanece incorporada na fachada do edifício, articulando historicamente abastecimento público e programa prisional.[54] Em ambos os casos, uma pequena parcela de um limite construído maior adquire programa e relação corporal próprios.

[52] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Chafariz do Passeio Alegre», Pesquisa de Património Imóvel / Ulysses. A própria ficha oficial assinala as contradições relativas à proveniência da estrutura e confronta a tradicional atribuição à Quinta da Prelada com a hipótese de origem no Convento de São Francisco.

[53] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte do Prado Repouso», *Porto Water City*.

[54] TEIXEIRA, Diogo Emanuel Pacheco, «Equipamentos de fornecimento de água no bairro da Rua das Flores na Época Moderna. Primeiros contributos para uma cartografia», in ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; RESENDE, Nuno (coords.), História da Arquitetura. Perspetivas Temáticas (III): A Rua na Estrutura Urbana, Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória / Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2024, pp. 309–326, p. 320.



Figura 34 - Fonte do Prado do Repouso, Porto, 2026.

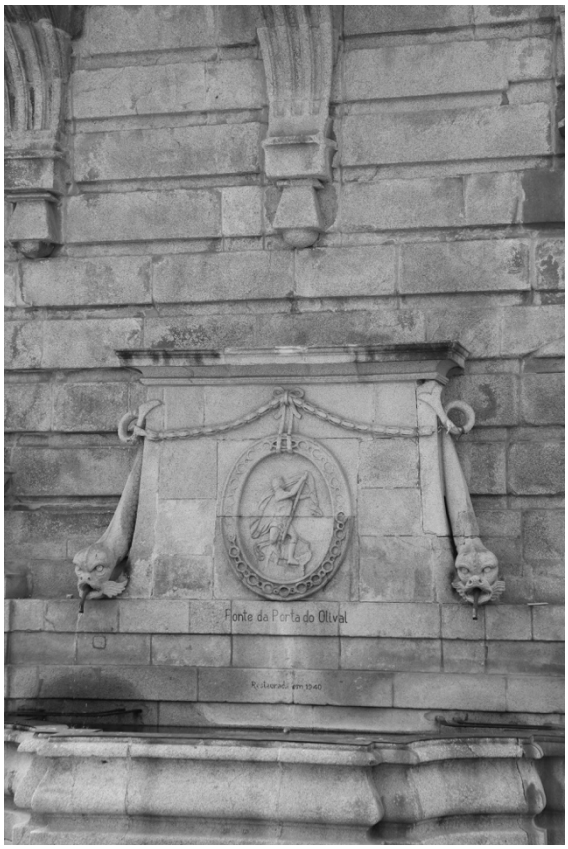


Figura 35 - Fonte da Cadeia ou Fonte da Porta do Olival, Largo Amor de Perdição, Porto, 2026.

Na Praça da Ribeira, o antigo chafariz central foi desmontado durante a remodelação almadina num contexto de intenso tráfego de carros de bois, pessoas e mercadorias associado às descargas no cais, sendo substituído pela fonte integrada na frente edificada que permanece no local.[55] A arquitetura subsiste, mas desapareceu o quotidiano portuário e logístico que durante décadas articulou cais, mercados, armazéns e transporte de mercadorias.

Também no Mercado Ferreira Borges a água integrava diretamente o quotidiano comercial. A fonte encontrava-se sob a escadaria frontal, com duas figuras femininas em ferro fundido vertendo água para um grande tanque, e coexistia naquele setor com instalações sanitárias públicas. Desmontada em 1932 durante a adaptação do mercado a instalação elétrica municipal, sobreviveu através do grupo escultórico posteriormente recomposto nos Jardins do Palácio de Cristal como Fonte das Senhoras ou das Ninfas.[56] Permaneceram as figuras; perderam-se o alpendre, o tanque, o abastecimento e a relação funcional com o mercado.

[55] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte da Praça da Ribeira»; «Fonte da Praça da Ribeira, do medievo ao contemporâneo», *Porto Water City*, 14 out. 2025.
[56] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte do Mercado Ferreira Borges», *Porto Water City*; SILVA, Gabriel, «Fonte do Mercado Ferreira Borges», *Porto Antigo*, 19 jul. 2012.

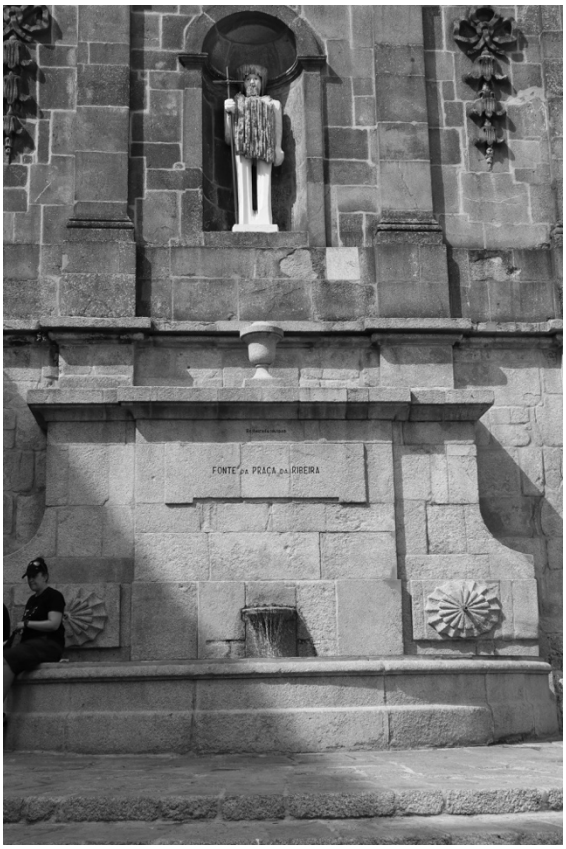


Figura 36- Fonte da Praça da Ribeira, Porto, 2026.



Figura 37- Fonte do Mercado Ferreira Borges, atual Fonte das Senhoras ou das Ninfas, Jardins do Palácio de Cristal, Porto, [s.d.].

Em Noêda, a documentação permite relacionar nascente, condução, fonte e lavadouro numa sequência funcional comprovada.[57] Fonte e lavadouro permanecem tipologicamente distintos, mas utilizavam o mesmo recurso.

No Lavadouro dos Moinhos, em Massarelos, a associação é posterior. A fonte de duas bicas hoje incorporada no muro de cabeceira foi transferida para o local, formando atualmente uma composição unitária com o lavadouro. A integração espacial que hoje se observa resulta, portanto, de uma recomposição posterior. [58]

Na Azenha do Vilar ocorre novamente uma articulação histórica comprovada. A Fonte do Caco, datada de 1899 e alimentada por nascente própria, abastecia através das águas excedentes os dois tanques de lavagem, integrados com a cobertura abobadada, a escadaria e a implantação rebaixada num mesmo recinto.[59] Em 2026 permanecia água no conjunto, embora a lavagem coletiva já não constituísse a utilização dominante.

[57] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte da Noeda»; «Lavadouro de Noeda», *Porto Water City*.
[58] BELEZA, Vitorino; FERNANDES, Sofia, «Parte XVII — Massarelos», *O Porto e a água*, 26 dez. 2019; ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Lavadouro dos Moinhos», *Porto Water City*.
[59] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte do Caco»; «Fonte Azenha de Vilar», *Porto Water City*.



Figura 38 - Fonte de Noêda, Porto, 2026.



Figura 39 - Fonte do Caco, Azenha do Vilar, Porto, 2026.

Na Cantareira, a articulação entre água e trabalho assumia outra configuração. A fonte, concluída em 1851 e alimentada por nascente própria, possuía três bicas e três tanques integrados na própria composição, as águas excedentes prosseguiam ainda para tanques junto ao cais, utilizados pelos pescadores na lavagem das redes. Estes foram posteriormente deslocados cerca de cinquenta metros para jusante, fragmentando a antiga sequência entre fonte, estrada, área de lavagem e Douro.[60] A fonte permanece, mas o sistema quotidiano que se prolongava até à margem deixou de ser imediatamente legível.

Bonjóia reúne fonte, lavadouros e antigos tanques, coluna comemorativa, Capela ou Memória da Fonte da Senhora e vestígios do aqueduto num território historicamente marcado pela água.[61] A documentação não permite integrar todos estes elementos numa única cadeia hidráulica, mas a sua coexistência revela a acumulação de estruturas de abastecimento, lavagem e memória em diferentes momentos.

[60] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte da Cantareira», *Porto Water City*; BELEZA, Vitorino; FERNANDES, Sofia, «Parte XIII», *O Porto e a água*, 5 nov. 2018.
[61] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte de Bonjóia»; «Aqueduto da Bonjóia»; «O milagre por detrás da Fonte da Senhora de Campanhã», *Porto Water City*, 14 out. 2025.

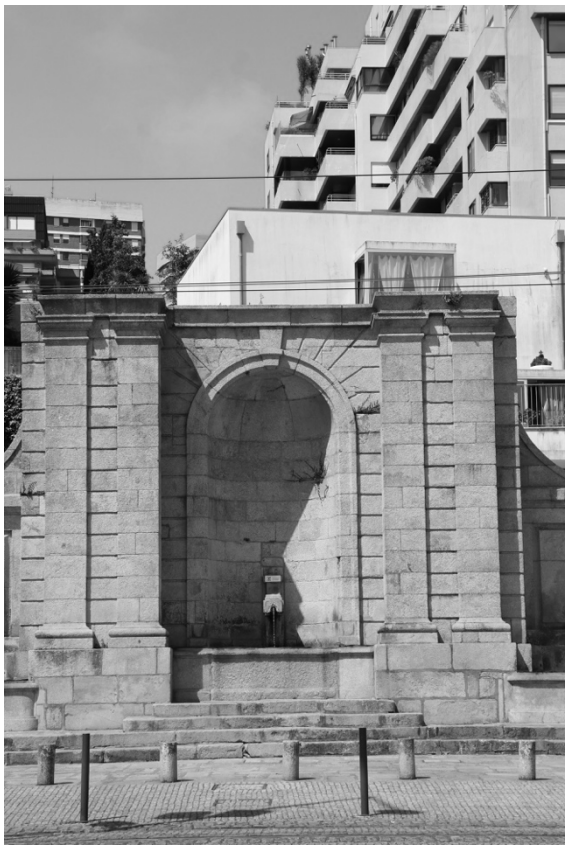


Figura 40 - Fonte da Cantareira, Porto, 2026.



Figura 41 - Fonte de Bonjóia, Porto, 2026.

Nem todas as trajetórias terminam, contudo, numa permanência dentro do Porto. A Fonte do Bom Sucesso, construída em 1748 junto da antiga capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso, pertencia a propriedade privada, mas disponibilizava água para utilização pública. A transformação daquele território conduziu à sua retirada e, posteriormente, à transferência para uma propriedade em Martim, Barcelos, em 1982.[62] A saída do concelho representa uma forma extrema de separação entre arquitetura e geografia: a matéria pode sobreviver enquanto desaparece completamente do território urbano que explicava a sua função e identificação.

A redução pode chegar ainda ao fragmento isolado. As duas bicas preservadas da antiga Fonte da Natividade conservam matéria histórica[63], mas já não permitem reconstituir autonomamente o tanque, as escadas, a posição do utilizador ou a relação com a rede que caracterizavam a fonte original. Neste limite permanece a peça, mas já não a situação arquitetónica integral.

[62] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Casa e Capela do Bom Sucesso», *Pesquisa de Património Imóvel / Ulysses*; BELEZA, Vitorino; FERNANDES, Sofia, «Parte XVII — Massarelos», *O Porto e a água*, 26 dez. 2019.
[63] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Bica da Fonte da Natividade I»; «Bica da Fonte da Natividade II», *Porto Water City*.

Também estruturas de maior presença ornamental, como a Fonte dos Leões, recordam que a função hidráulica podia coexistir com uma intenção representativa. O tanque e a composição metálica continuam a produzir uma imagem urbana reconhecível, mesmo depois de a lógica técnica de abastecimento ter deixado de fazer parte da experiência quotidiana. Ornamento e infraestrutura não constituem, nestes casos, dimensões opostas: a água necessária à cidade podia ser simultaneamente transformada em imagem.[64]



Figura 42 – Fonte do Bom Sucesso, Porto, 1940.



Figura 43 - Fonte dos Leões, Praça de Gomes Teixeira, Porto, 2026.

A Fonte da Praia do Ouro, historicamente conhecida também como Fonte do Félix, integra igualmente este universo de transformação. A reconstrução numa cota diferente da implantação histórica e a perda dos antigos lavadouros tornam o caso particularmente expressivo da separação entre permanência material e continuidade espacial.[65]

Estes casos mostram que as categorias "existente", "deslocada" ou "desaparecida" são insuficientes quando utilizadas isoladamente. O levantamento distingue, por isso, matéria, implantação, rede e função: um espaldar pode sobreviver sem a nascente que o alimentava, uma reconstrução não

[64] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte dos Leões», *Porto Water City.*

[65] BAHIA JÚNIOR, José da Silva Ferreira, Contribuição para a hygiene do Porto, 1909, p. 90, Repositório Aberto da Universidade do Porto; ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte da Praia do Ouro», Porto Water City; «O Porto e a água: Parte XVII», O Porto e a água, 2019. Bahia Júnior documenta a configuração histórica; a bibliografia pública posterior regista a reconstrução da Fonte da Praia do Ouro/Félix com perda dos antigos tanques-lavadouros.

implica continuidade material, a proximidade não demonstra por si só uma relação hidráulica e a perda do uso quotidiano não elimina necessariamente a relevância arquitetónica.

A extensão histórica desta rede permite dimensionar essa transformação. Em 1789, Agostinho Rebelo da Costa afirmava que o número de fontes públicas do Porto ultrapassava a centena, enumerando ainda nove chafarizes públicos e outras estruturas de utilização igualmente acessível.[66] Uma comparação numérica direta com o presente seria, contudo, enganadora: a designação municipal contemporânea de "fontes" inclui igualmente estruturas ornamentais e equipamentos posteriores que não correspondem à antiga rede de abastecimento.

A retração torna-se mais clara através da própria transformação do sistema. Com a generalização do abastecimento domiciliário, muitos pontos públicos perderam progressivamente a necessidade quotidiana que justificava a sua distribuição. Alguns foram desativados, outros removidos, reconstruídos ou integrados em parques e jardins; quinze fontes, chafarizes e arcas retirados de diferentes lugares da cidade encontram-se hoje reconstruídos no Parque das Águas.[67] A permanência de numerosos exemplares não contradiz, portanto, a retração da família. O que diminuiu radicalmente foi a presença destas arquiteturas enquanto pontos necessários de acesso quotidiano à água no território urbano.

A unidade da família reside, assim, menos numa forma comum do que na relação entre água, corpo e lugar e nas diferentes maneiras como essa relação chegou, ou deixou de chegar, ao presente.

[66] COSTA, Agostinho Rebelo da, *Descrição topográfica e histórica da Cidade do Porto*, Porto: Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789, p. 31.
[67] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Parque das Águas», *Porto Water City*.



Figura 44 - Fontanário do Largo do Terreirinho, Porto, 2026.

5.1.2 Fontanários e bebedouros

Arquivo visual. Como complemento à seleção analisada, encontra-se disponível o **arquivo visual** completo desta família, que reúne as imagens históricas localizadas e o levantamento fotográfico autoral de 2026.

Os fontanários e bebedouros apresentam uma lógica distinta da singularidade observada em muitas fontes e chafarizes. No levantamento foram reunidas aproximadamente sessenta e oito ocorrências, tornando pouco produtiva uma descrição individual de cada exemplar. A repetição permite, contudo, reconhecer variações recorrentes de configuração, escala, ornamentação, implantação e uso.

A leitura morfológica parte de uma distinção elementar entre estruturas organizadas em torno de um único ponto de utilização e estruturas bilaterais, com duas bicas ou bacias opostas. Dentro de cada grupo, a forma varia desde modelos extremamente simples e esbeltos até composições mais robustas, ornamentadas ou associadas à iluminação. Esta organização funciona apenas como instrumento de leitura do levantamento, não como classificação universal ou rígida.

Entre os fontanários de uma única bica, uma das configurações mais repetidas apresenta corpo vertical estreito, pequena bacia lateral e reduzida elaboração formal. O exemplar no final da Travessa do Campo Rou torna esta condição particularmente legível. A bacia projeta-se para um dos lados e estabelece uma frente de utilização precisa, enquanto a reduzida dimensão do corpo mantém uma relação próxima com o utilizador. Variações deste princípio surgem, entre muitos



Figura 45 - Fontanário no final da Travessa do Campo Rou, Porto, 2026.



Figura 46 – Fontanário na Travessa Augusto Lessa, Porto, 2026.

outros casos, na Rua da Formiga, Travessa Augusto Lessa, Rua da Igreja de Campanhã e Rua de Gondarém.

Outros exemplares de uma bica mantêm o mesmo princípio funcional, mas aumentam a espessura e presença do corpo. O fontanário existente no atual Jardim de São Sebastião e o das Escadas dos Guindais apresentam composições mais robustas, em que o fuste e o remate adquirem maior massa sem transformar significativamente a forma de aproximação. A distinção relativamente aos modelos esbeltos não reside, portanto, numa mudança do programa, mas no modo como o mesmo gesto de abastecimento recebe uma presença física mais marcada.



Figura 47 - Fontanário do Jardim de São Sebastião, Porto, 2026.



Figura 48 - Fontanário das Escadas dos Guindais, Porto, 2026.

A ornamentação introduz outra gradação dentro dos exemplares de uma bica. No Largo de Mompilher e no Largo Alberto Pimentel, bases molduradas, corpos trabalhados, caneluras, relevos e remates decorativos conferem ao equipamento uma presença mais elaborada do que aquela estritamente necessária ao abastecimento. A repetição e normalização do fontanário não excluem, assim, intenção representativa: um serviço quotidiano pode adquirir a condição de pequeno marco através da forma e do detalhe.



Figura 49 - Fontanário do Largo de Mompilher, Porto, 2026.



Figura 50- Fontanário do Largo Alberto Pimentel, Porto, 2026.

Noutros casos, o desenvolvimento vertical responde à acumulação de outra função. Alguns fontanários de uma bica prolongam o fuste até um ponto de iluminação, reunindo abastecimento e luz numa única estrutura. O exemplar do largo na Rua Poente da Colónia Dr. Manuel Laranjeira demonstra esta condição, integrando a luminária no prolongamento vertical do próprio equipamento.



Figura 51- Fontanário da Rua Poente da Colónia Dr. Manuel Laranjeira, Porto, 2026.

A passagem para duas bicas modifica diretamente a relação corporal com o equipamento. Nos exemplares mais simples, como os do Cais da Ribeira ou Rua da Corticeira, duas bacias dispostas em lados opostos transformam o corpo vertical num eixo entre duas posições possíveis de utilização. A diferença relativamente ao fontanário de uma única bica não é apenas quantitativa: diminui a existência de uma frente dominante e admite aproximação a partir de direções opostas.



Figura 52 - Fontanário do Cais da Ribeira, Porto, 2026.



Figura 53 - Fontanário da Rua da Corticeira, Porto, 2026.

Também entre os fontanários bilaterais existem diferentes graus de elaboração. O exemplar da Travessa da Via Sacra mantém uma composição relativamente contida, mas o tratamento do corpo, das bacias e do remate ultrapassa a simplicidade dos modelos anteriores, funcionando como situação intermédia entre o equipamento estritamente utilitário e as composições mais ornamentadas.

No fontanário de Ramalde, a composição bilateral assume um tratamento muito mais ornamental. As duas bacias opostas articulam-se com uma base fortemente moldurada, corpo trabalhado, elementos decorativos e remate superior acentuado. Uma configuração igualmente ornamentada aparece no fontanário junto ao Lavadouro de Ramalde, demonstrando que a bilateralidade podia coexistir com uma intenção representativa muito mais marcada.



Figura 54 - Fontanário entre a Travessa das Cruzes e a Rua das Cruzes, Ramalde, Porto, 2026.



Figura 55 - Fontanário junto ao Lavadouro de Ramalde, Porto, 2026.

A iluminação surge também associada a exemplares de duas bicas. No cruzamento da Rua de Montebelo com a Rua do Sacramento, o corpo bilateral prolonga-se num fuste de grande altura culminado por um ponto de luz. O equipamento trabalha, assim, simultaneamente em duas escalas: junto ao solo organiza o acesso à água; acima do corpo participa na iluminação e presença visual do cruzamento.

Um exemplar situado entre a Praça de Liége e a Rua do Teatro, na Foz do Douro, apresenta igualmente duas bacias e um desenvolvimento vertical muito acentuado, mas sem luminária atualmente observável. A semelhança formal com estruturas associadas à iluminação sugere uma questão que a observação contemporânea, por si só, não permite resolver. Sem documentação que demonstre a existência anterior de um ponto de luz, o levantamento regista apenas a configuração atual e evita reconstruir uma função desaparecida por analogia.

A forma metálica não constitui, contudo, a totalidade da micro-arquitetura. Vários fontanários assentam sobre elementos pétreos que modificam a sua relação com o pavimento. Em alguns casos trata-se apenas de um pequeno plinto, noutros, como em Ramalde, a plataforma amplia consideravelmente a área ocupada pela peça, destaca-a do espaço envolvente e condiciona a

aproximação. Estes elementos integram, por isso, a implantação arquitetónica e não devem ser entendidos apenas como suporte técnico do corpo metálico.



Figura 56 - Fontanário no cruzamento da Rua de Montebelo com a Rua do Sacramento, Porto, 2026.



Figura 57 - Fontanário entre a Praça de Liége e a Rua do Teatro, Foz do Douro, Porto, 2026

Uma configuração particular corresponde aos fontanários e bebedouros associados à Sociedade Protectora dos Animais. Recipientes e pontos de água aparecem a diferentes alturas, respondendo a corpos de escalas distintas e permitindo utilização humana e animal; alguns conjugam ainda iluminação, ornamentação e inscrições de carácter cívico.[68] O exemplar preservado no Parque das Águas reúne estas características, enquanto a comparação com antigas implantações urbanas restitui uma cidade em que pessoas e animais ligados à circulação e ao trabalho partilhavam mais intensamente os mesmos equipamentos e espaços.

A particularidade desta solução reside também na sobreposição de destinatários num único dispositivo. Ao articular diferentes alturas e pontos de utilização, o equipamento transforma uma necessidade elementar numa pequena situação de coexistência no espaço público. A sua configuração torna visível uma relação quotidiana entre cidade, corpo e animal que hoje tende a surgir de forma mais especializada e separada.

[68] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Bebedouro Sociedade Protetora dos Animais», *Porto Water City*.



Figura 58 - Fontanário da Sociedade Protectora dos Animais na Praça Carlos Alberto, Porto, 1908.



Figura 59 - Fontanário da Sociedade Protectora dos Animais, Parque da Pasteleira, Porto, 2026.

A segunda configuração particular corresponde aos pequenos bebedouros destinados sobretudo ao consumo direto. No Jardim de São Lázaro ou no Palácio de Cristal, a composição reduz-se praticamente a fuste, taça e ponto de água. A cronologia da peça permanece insuficientemente estabelecida, mas a diferença programática é legível: em vez da recolha e transporte de água

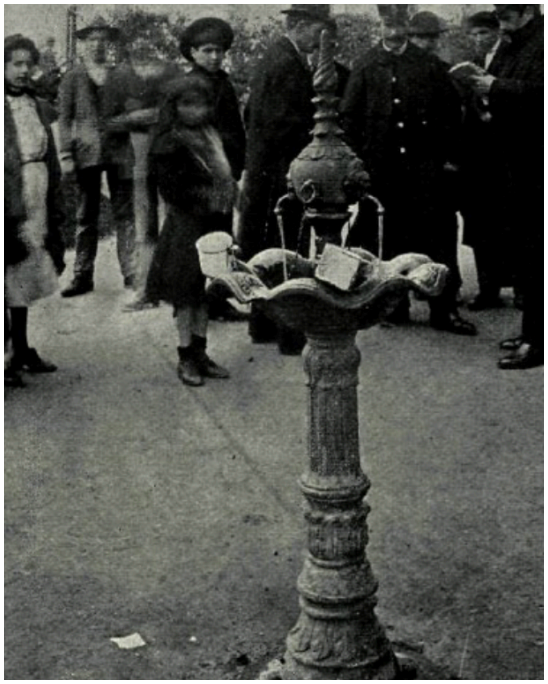


Figura 60 - Bebedouro público nos jardins da Cordoaria, Porto, 1908.



Figura 61 - Bebedouro do Palácio de Cristal, Porto, 2026.

associada aos fontanários de maior capacidade, o gesto aproxima-se de beber e continuar o percurso.

A diversidade formal cruza-se com implantações igualmente distintas. Nas Escadas dos Guindais, o fontanário participa numa sequência vertical de patamares e desníveis, na Rua da Corticeira integra um percurso de escala mais próxima, na Travessa Chaves de Oliveira surge quase absorvido pela irregularidade dos muros e do tecido. Em espaços mais abertos, pelo contrário, a possibilidade de aproximação por vários lados aumenta a autonomia da peça. A mesma configuração pode, assim, estabelecer relações muito diferentes com o território.

A presença de outras estruturas de água acrescenta uma relação territorial que não deve ser confundida com tipologia. Junto da Presa de Contumil existe um fontanário próximo da estrutura de lavagem; situação semelhante ocorre na Rua da Formiga relativamente ao Lavadouro da Presa Velha. A proximidade é observável no levantamento, mas não permite afirmar, sem documentação própria, que os equipamentos pertencem ao mesmo circuito hidráulico.



Figura 62 - Fontanário junto ao Lavadouro da Presa de Contumil, Porto, 2026.

Nos parques, a repetição participa da própria estrutura de utilização do território. Os seis fontanários registados no Parque da Pasteleira surgem a pequenas distâncias entre si e permitem observar como modelos semelhantes se distribuem dentro de um mesmo espaço de passeio e permanência.

A extensa permanência material da família não significa continuidade uniforme da função. Em muitos casos, o abastecimento domiciliário eliminou a necessidade de deslocação regular ao fontanário, noutros, a água continua disponível e pode ainda ser utilizada. A fotografia realizada no Passeio das Fontainhas em 2026 regista precisamente uma utilizadora a acionar o equipamento. A imagem não permite medir frequência nem demonstrar utilização quotidiana constante, mas comprova que, naquele momento, a função continuava a encontrar um corpo.

A transformação torna-se igualmente visível através das ausências. Na Rua Dionísio dos Santos Silva, o levantamento registou a ausência de um fontanário anteriormente documentado, num arruamento sujeito a uma intervenção recente de requalificação.[69] No Largo do Rio da Bica foi igualmente observada a ausência de uma estrutura anteriormente documentada, e na Rua da Agra o desaparecimento do fontanário ocorre num território onde permanece, transformado, o antigo lavadouro. Nestes casos, a fotografia contemporânea é significativa precisamente porque já não mostra o objeto.

Ao contrário de uma fonte singular, cuja transformação pode ser acompanhada como trajetória individual, o fontanário pertence frequentemente a uma lógica de multiplicação. A perda de uma unidade pouco altera a imagem global da família, mas reduz progressivamente a densidade da rede.

Essa retração não corresponde, contudo, ao desaparecimento dos pontos públicos de água. Ao longo do século XX foram instalados numerosos fontanários e bebedouros no Porto e, atualmente, a rede municipal continua a incluir dezenas de fontanários e mais de uma centena de bebedouros, incluindo equipamentos recentes em parques, percursos pedonais e outros espaços públicos.[70] Estes valores resultam de critérios de classificação diferentes dos utilizados no levantamento e não admitem comparação numérica direta. Demonstram antes uma transformação: diminui a centralidade do fontanário histórico enquanto equipamento necessário ao abastecimento quotidiano, enquanto a disponibilidade pública de água continua através de outras formas.

A família torna-se, assim, legível pela combinação entre repetição e diferença. Número de bicas, proporção, ornamentação, iluminação, suporte pétreo e implantação modificam a relação com o corpo e com o lugar, enquanto uso e permanência acrescentam outras temporalidades. O levantamento mostra, deste modo, como um equipamento aparentemente banal se multiplica, adapta e transforma através do território.

---

[69] GO PORTO – GESTÃO E OBRAS DO PORTO, EM, «Programa Rua Direita», Câmara Municipal do Porto; CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, «Rua Direita | Requalificação da Rua de Dionísio dos Santos Silva (parcial)», 2025.
[70] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fontes, Fontanários e Bebedouros», Águas e Energia do Porto.



Figura 63 - Lavadouro de Miragaia / Tomás Gonzaga, Porto, 2026.

5.1.3 Lavadouros públicos

Arquivo visual. Como complemento à seleção analisada, encontra-se disponível o **arquivo visual** completo desta família, que reúne as imagens históricas localizadas e o levantamento fotográfico autoral de 2026.

Os lavadouros alteram profundamente a duração da relação entre corpo e água. No fontanário, o contacto pode limitar-se a poucos segundos, no lavadouro, a água sustenta uma atividade prolongada, exige posição de trabalho, permanência, circulação e espaço para vários utilizadores. A micro-arquitetura deixa de funcionar sobretudo como ponto de contacto e passa a constituir lugar.

A arquitetura do lavadouro ultrapassa, por isso, a superfície dos tanques. Participam da utilização a cobertura, quando existe, os acessos, corredores de circulação, áreas de apoio, zonas de secagem ou coradouro e a relação com o terreno. A forma resulta da articulação entre água, postura corporal, proteção e permanência coletiva.

A documentação histórica revela uma diversidade considerável de soluções. No Porto coexistiram lavadouros descobertos e estruturas cobertas por cimento armado, chapa zincada, telha ou sistemas abobadados. Noêda, Agra, Nevogilde e Ouro surgem documentados com soluções em cimento armado, Virtudes, Ramalde e Arca d'Água com chapa zincada, Paranhos e Ervilha com telha, as Bicas apresentam uma solução abobadada.[71] Estas diferenças não são apenas construtivas. Cobrir significa estabelecer um grau de interioridade, regular luz e exposição meteorológica e prolongar as condições de permanência.

A relação entre cobertura e topografia torna-se particularmente clara nas Fontainhas. O lavadouro desenvolve-se longitudinalmente numa cota inferior à Alameda, acompanhando a escarpa e repetindo sucessivamente os postos de lavagem. A implantação produz simultaneamente proteção e invisibilidade: a diferença de nível resguarda o espaço de trabalho, mas permite atravessar a cota superior sem perceber a extensão da estrutura situada abaixo. A relação com a Fonte das Fontainhas, situada à cota superior e já analisada anteriormente, reforça a leitura do lugar como um sistema em que abastecimento e lavagem ocupavam posições distintas dentro da mesma organização topográfica da água.

[71] ANDRÉ, Stefanie Braz, *Higiene e Desenvolvimento Urbano: O Porto na Transição entre os Séculos XIX e XX*, dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2013/2014, p. 97.

Em 2026, tanques, canais e postos permaneciam suficientemente legíveis para reconhecer a organização da lavagem, embora da cobertura restasse sobretudo a armação metálica, já sem o revestimento necessário à proteção efetiva do recinto. A perda desse componente modifica profundamente a experiência do espaço sem exigir o desaparecimento do lavadouro. A matéria principal permanece, perdeu-se parte daquilo que transformava a sucessão de tanques num espaço protegido de trabalho coletivo.



Figura 64 - Lavadouro das Fontainhas, Porto, 2026.

A Presa Velha trabalha a mesma condição rebaixada através de uma arquitetura mais interiorizada. O acesso exige abandonar a cota da rua e descer por escadas até um plano protegido pelos muros do terreno. A cobertura rígida acrescenta uma segunda camada de resguardo àquela já produzida pela topografia. A aproximação constrói uma sequência espacial clara: rua, escada, mudança de cota e recinto de lavagem. A documentação histórica assinala a presença da Fonte da Presa Velha neste núcleo e, no levantamento de 2026, foi ainda registado um fontanário na Rua da Formiga, cerca de cinquenta metros acima do acesso ao lavadouro. A proximidade espacial reforça a presença da água neste território, mas não permite afirmar uma ligação hidráulica entre os equipamentos sem documentação específica.

No ano presente, o equipamento encontrava-se sem água e sem utilização observada, mas a configuração permanecia legível através da cobertura, da sucessão dos postos e da relação entre tanque e limites. A perda funcional não impediu a compreensão da arquitetura.

A comparação entre Fontainhas e Presa Velha evidencia um padrão recorrente. Muitos lavadouros não ocupam posições de forte exposição. A proximidade da água, a disponibilidade de área e a procura de proteção conduziram frequentemente a implantações junto de encostas, muros, vales ou antigos cursos de água. Aquilo que originalmente favorecia a utilização pode hoje contribuir para a invisibilidade dos equipamentos quando a atividade desaparece.



Figura 65 - Lavadouro da Presa Velha, Formiga, Porto, 2026.

Noêda apresenta uma condição distinta porque a retração da prática não corresponde ao seu desaparecimento absoluto. O conjunto mantém água e o levantamento registou sinais de utilização doméstica residual, incluindo a presença de estendais no espaço envolvente. O lavadouro desenvolve-se sob cobertura de betão e mantém relação direta com a fonte de Noêda e com a organização hidráulica do lugar.

A própria forma resulta de sucessivas adaptações. A presença da Presa de Noêda é anterior às reformulações do século XX, em 1914 o sistema recebeu um marco fontanário e voltou a ser intervencionado em 1942.[72] O que chega ao presente não corresponde, portanto, a uma situação imóvel, mas a uma continuidade construída por transformações.

[72] BAHIA JÚNIOR, José da Silva Ferreira, *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potavel*, Porto: Typographia Encyclopedia Portugueza, 1909, p. 61; ALMEIDA, Rosalvo, *Dicionário Toponímico Ilustrado do Porto*, Porto: UNICEPE, 2021, entrada «Noeda».



Figura 66 - Lavadouro de Noêda, Porto, 2026.

Contumil permite distinguir duas formas de lavagem coletiva coexistentes no mesmo território. O Lavadouro de Contumil, na Travessa da Fonte, organiza-se longitudinalmente sob cobertura e distribui o trabalho por duas sequências de postos individuais. Atualmente mantinha água e sinais de utilização residual, integrando-se diretamente nos percursos do bairro.



Figura 67 - Lavadouro de Contumil, Travessa da Fonte, Porto, 2026.

No mesmo núcleo territorial, cerca de 270 metros a nordeste do Lavadouro de Contumil da Travessa da Fonte, encontra-se a Presa de Contumil, atualmente também designada pelo Município como Tanque de Contumil. A estrutura apresenta uma condição arquitetónica distinta: uma grande massa de água descoberta, aproximadamente retangular, delimitada por elementos pétreos associados à lavagem coletiva. A documentação municipal recorda tanto a lavagem de roupa como a utilização do tanque para demolhar bacalhau.[73]

Imediatamente junto ao tanque permanece ainda um fontanário registado no levantamento de 2026. A proximidade entre ambas as micro-arquiteturas é diretamente observável, mas não demonstra, por si só, a existência de um circuito hidráulico comum. A coexistência reforça, contudo, a concentração de pequenos equipamentos ligados à água neste núcleo de Contumil.

A transformação atual da Presa não corresponde simplesmente ao abandono. Com o desaparecimento das antigas práticas de lavagem e de demolha, a permanência da água favoreceu a naturalização do espaço, hoje reconhecido pelo Município como habitat de diferentes espécies de anfíbios e outros organismos aquáticos. A mesma estrutura que anteriormente organizava trabalho coletivo passou, assim, a adquirir relevância ecológica. A matéria e a água permanecem, o programa e a forma de utilização do lugar transformaram-se.

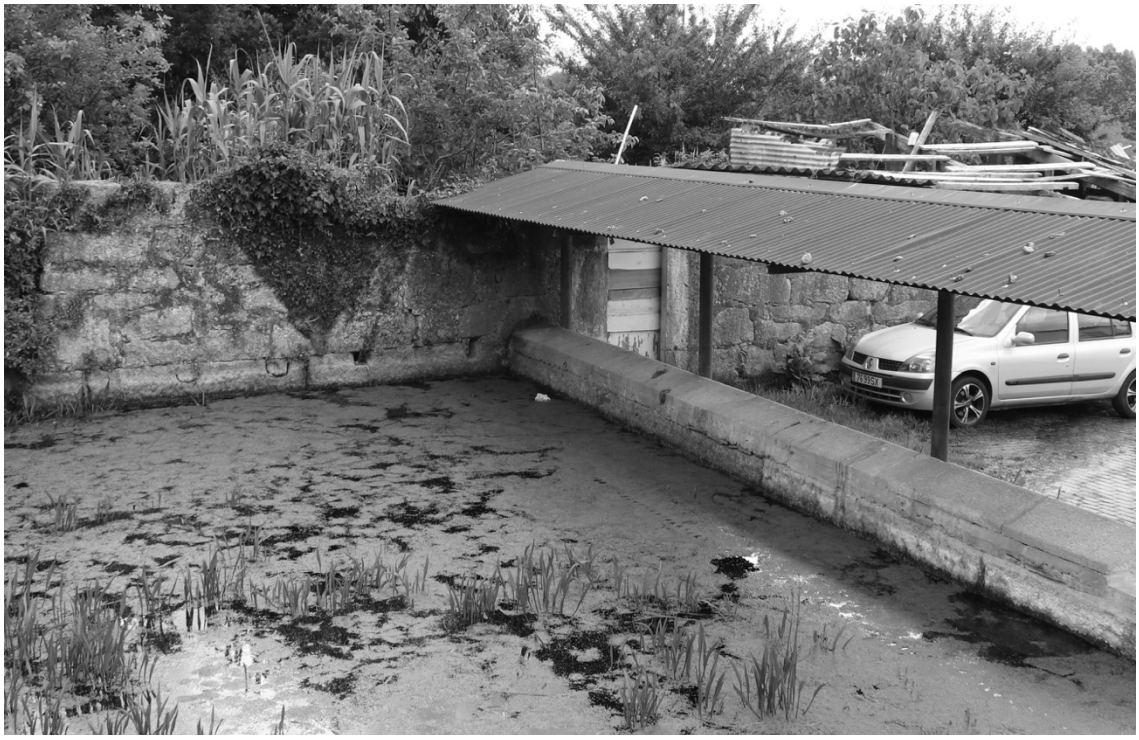


Figura 68 - Presa de Contumil ou Tanque de Contumil, Porto, 2026.

[73] CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, «Roteiro dos Anfíbios do Porto 2025», Ambiente, 2025.

Em Bonjóia, o lavadouro integra um território em que permanecem também a Fonte de Bonjóia, antigos tanques, a coluna comemorativa, a Capela ou Memória da Fonte da Senhora e vestígios do aqueduto. A concentração destes elementos evidencia a importância histórica da água naquele lugar, embora a proximidade atual não autorize a reconstrução de uma única cadeia hidráulica entre todos eles. A presença posterior da VCI transformou profundamente o enquadramento do conjunto, questão aprofundada na leitura específica de Bonjóia.

A Granja regressa ao modelo linear dos postos individualizados. A cobertura rígida de betão assenta sobre pilares e protege a sucessão das posições de lavagem, formando um pequeno pavilhão lateralmente aberto num tecido descontínuo de Campanhã, entre parcelas, vegetação e descontinuidades construídas. Em 2026 não foi observada utilização regular, mas a organização arquitetónica permanecia legível.



Figura 69 - Lavadouro da Granja, Campanhã, Porto, 2026.

No Outeiro, a perda encontra-se num estado mais avançado. A antiga estrutura subsiste sobretudo através de vestígios dos tanques e dos limites, atualmente incorporados numa área transformada em parque de merendas. A configuração encontra-se demasiado fragmentada para ser imediatamente reconhecida por quem desconheça a história do lugar. A ausência contemporânea

de cobertura não permite concluir que nunca tenha existido uma solução de proteção; o levantamento regista apenas aquilo que permanece.



Figura 70 - Vestígios do Lavadouro do Outeiro, Porto, 2026.

A presença da Via de Cintura Interna introduz hoje uma rutura evidente na continuidade territorial do lugar, separando o antigo espaço de lavagem dos percursos e relações que anteriormente estruturavam esta zona. Tal como em Bonjóia, a perda ou fragmentação da pequena arquitetura ocorre dentro de uma transformação urbana de escala muito superior.

O Lavadouro da Travessa, na zona de Augusto Lessa, mantém a forma reconhecível apesar da ausência de água e utilização observada em 2026. Um tanque coletivo desenvolve-se longitudinalmente sob uma estrutura metálica leve e lateralmente aberta, distinta das coberturas rígidas da Presa Velha ou da Granja e ainda ambientalmente relacionada com o vale.

Em Arca d'Água, a cobertura articula-se com uma implantação distinta. O lavadouro encontra-se a uma cota inferior à rua, parcialmente resguardado pelo desnível e pelos muros que o enquadram. Embora permaneça lateralmente aberto, a posição rebaixada confere-lhe uma condição mais contida relativamente ao espaço envolvente. A proximidade ao Manancial de Paranhos acrescenta uma relação histórica relevante com a antiga rede de abastecimento.[74] A cobertura, a organização

[74] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Arca d'Água de Paranhos», Porto Water City.

longitudinal e os planos de trabalho permanecem legíveis, embora em 2026 não tenha sido observada utilização regular para lavagem.

A permanência material do lavadouro convive, assim, com uma rede hidráulica histórica hoje muito menos legível à superfície. O equipamento dependente da água permanece materialmente enquanto outras peças do sistema se perderam, tornando fragmentária a leitura contemporânea do conjunto.

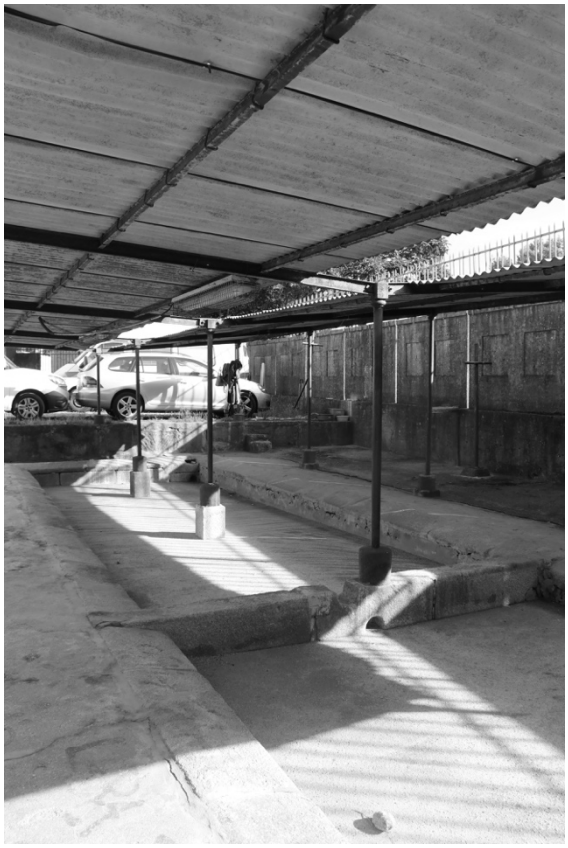


Figura 71 - Lavadouro da Travessa ou Augusto Lessa, Paranhos, Porto, 2026.



Figura 72 - Lavadouro da Arca d'Água, Paranhos, Porto, 2026.

Em Massarelos, o Lavadouro dos Moinhos encontra-se atualmente integrado sob uma construção de maior escala. A sucessão longitudinal dos postos permanece reconhecível e é rematada, numa das extremidades, pela fonte de Massarelos de duas bicas incorporada no muro de cabeceira. Esta articulação é, contudo, posterior: a fonte foi deslocada para aquele local[75], pelo que a proximidade atual não permite afirmar que ambas tenham pertencido originalmente ao mesmo sistema hidráulico ou funcional, ao contrário do que se encontra documentado em Noêda.

[75] BELEZA, Vitorino; FERNANDES, Sofia, «Parte XVII — Massarelos», *O Porto e a água*, 26 dez. 2019; ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Lavadouro dos Moinhos», *Porto Water City.*

A construção superior absorve e enquadra o conjunto, reduzindo fortemente a autonomia exterior do lavadouro. Permanecem, contudo, suficientemente legíveis os postos e a fonte para reconhecer a composição atualmente existente entre abastecimento e espaço de lavagem.

A Azenha do Vilar, ou Bicas de Vilar, depende ainda mais diretamente da topografia e da relação entre diferentes estruturas de água. O lavadouro integra o mesmo conjunto da Fonte do Caco, também conhecida como Fonte das Azenhas, datada de 1899. Abastecida por nascente própria, a fonte alimentava através das suas águas os dois tanques destinados à lavagem, formando com estes, a cobertura abobadada e a escadaria de acesso um único recinto hidráulico.[76] Em 2026 permanecia água no conjunto, embora não tenha sido observada utilização regular para lavagem, existindo sinais de apropriação informal do espaço.

O conjunto dificilmente pode ser separado do terreno. A estrutura pétrea não funciona como cobertura autónoma pousada sobre um tanque, mas integra uma construção maior que utiliza a encosta para produzir um espaço semi-interior. A descida, a redução da luz, o resguardo e a presença da água aproximam o lugar de uma cavidade construída.



Figura 73 - Lavadouro dos Moinhos, Massarelos, Porto, 2026.



Figura 74 - Lavadouro da Azenha do Vilar ou Bicas de Vilar, Porto, 2026.

[76] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte do Caco», Porto Water City.

Entre a Granja e a Azenha do Vilar torna-se evidente que a unidade da família não reside numa imagem formal única. O programa pode produzir tanque descoberto, pavilhão linear, recinto rebaixado, interior absorvido por um edifício ou espaço parcialmente construído na encosta. O que permanece constante é a necessidade de organizar água, posição de trabalho e duração.

No Bicalho, a relação entre fonte e lavagem permanece ainda mais diretamente legível. A Fonte Nova do Bicalho, construída em 1901, alimentava dois tanques destinados a lavadouros, articulando no mesmo ponto o abastecimento público e a lavagem coletiva.[77] No levantamento permanecia um dos tanques associado à fonte, com água, embora não tenha sido observada utilização para lavagem. A redução de dois tanques para um e a perda do uso quotidiano alteraram o funcionamento do conjunto sem eliminar por completo a relação arquitetónica entre ponto de água e espaço de trabalho.



Figura 75 - Fonte Nova do Bicalho e tanque do antigo lavadouro, Porto, 2026.

Na frente fluvial, o antigo lavadouro associado à Fonte da Praia do Ouro, conhecida no início do século XX como Fonte do Félix, estabelecia uma relação particularmente direta entre abastecimento, lavagem e margem fluvial. A fonte encontrava-se adossada ao paredão junto ao

[77] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte Nova do Bicalho», *Porto Water City*.

Douro e era alimentada por uma nascente, a água abastecia também o lavadouro situado lateralmente, integrando fonte e tanque de lavagem num mesmo sistema hidráulico.[78]

A transformação posterior desarticulou essa relação. A fonte permanece atualmente na Rua do Ouro, mas numa condição espacial distinta da implantação histórica junto à margem, enquanto o tanque destinado à lavagem desapareceu. A alteração de cota e a perda do lavadouro interromperam a antiga sequência entre estrada, escadaria, fonte, tanque e rio. Permanece a proximidade ao Douro, mas tornou-se muito menos legível a relação entre água, percurso e trabalho que anteriormente organizava o lugar.

Ramalde apresenta novamente uma implantação rebaixada. O lavadouro desenvolve duas sequências longitudinais de postos individuais abaixo da cota da Rua do Outeiro de Ramalde. No presente ano permaneciam os tanques e parte da estrutura metálica que suportava a antiga cobertura, mas já sem proteção efetiva; não havia água nem foi observada utilização para lavagem. A diferença de cota e os muros envolventes continuam, contudo, a produzir uma condição de resguardo relativamente ao percurso superior.

Na cota da rua, imediatamente antes das escadas de descida para o lavadouro, permanece ainda um fontanário de composição bastante ornamentada. A sequência rua–fontanário–escadas–lavadouro torna particularmente legível a concentração de duas micro-arquiteturas de água em níveis distintos do mesmo percurso. A proximidade é diretamente observável, mas não permite, sem documentação própria, afirmar que ambas tenham pertencido ao mesmo circuito hidráulico.



Figura 76 - Lavadouro de Ramalde e fontanário junto ao acesso, Porto, 2026.

[78] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte da Praia do Ouro», *Porto Water City*; BAHIA JÚNIOR, José da Silva Ferreira, *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potavel*, Porto: Typographia Encyclopedia Portugueza, 1909, p. 90.

Nas Virtudes, a relação entre lavagem, abastecimento e topografia permanece hoje sobretudo através de vestígios. O antigo lavadouro ocupa uma plataforma da encosta, junto ao Chafariz das Virtudes, integrando historicamente um território marcado pela presença do Manancial das Virtudes e por sucessivas estruturas de utilização pública da água.[79] O chafariz permanece como elemento arquitetónico claramente reconhecível, enquanto do lavadouro subsiste essencialmente o perímetro retangular, atualmente aterrado e já sem água ou organização interior de postos.

A diferença entre estas duas permanências torna particularmente legível a transformação do lugar. O Chafariz das Virtudes conserva forma, identificação e presença urbana, ao passo que o antigo espaço de lavagem foi progressivamente absorvido pela paisagem do atual Parque das Virtudes, podendo ser confundido com uma plataforma, canteiro ou elemento residual. A proximidade entre ambas as micro-arquiteturas não é aqui apenas circunstancial: lavadouro e chafariz pertencem à mesma história territorial da água, embora as configurações concretas do espaço de lavagem tenham sido sucessivamente transformadas.



Figura 77 - Vestígios do Lavadouro das Virtudes, Porto, 2026

No próprio tecido de Miragaia, Tomás Gonzaga apresenta uma condição mais interiorizada. O lavadouro encontra-se completamente incorporado na frente edificada e é acedido através de uma

[79] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Lavadouro das Virtudes»; «Fonte das Virtudes», *Porto Water City*.

entrada discreta na Rua de Tomás Gonzaga. Em 2026 mantinha água corrente e utilização residual para lavagem, sobretudo associada a habitantes mais velhas do bairro.

Ao contrário dos lavadouros cuja presença exterior é anunciada por uma fonte, por uma cobertura autónoma ou pela exposição direta dos tanques, aqui a infraestrutura de água e o próprio espaço de trabalho permanecem contidos no interior da construção. A função continua ativa, mas praticamente desaparece da leitura imediata da rua: apenas a passagem do limiar revela a sequência de postos e o espaço coletivo de lavagem. A permanência funcional pode, assim, coexistir com uma forte invisibilidade arquitetónica no espaço público.



Figura 78 - Lavadouro de Miragaia / Tomás Gonzaga, Porto, 2026.

Sant'Ana mantém uma condição exterior, mas protegida. Os postos individuais desenvolvem-se sob uma cobertura contínua, numa plataforma implantada na encosta da Sé e diretamente relacionada com os percursos pedonais do bairro. A estrutura permanece lateralmente aberta, permitindo que a atividade doméstica conserve uma relação visual com o tecido urbano e com a paisagem envolvente. Atualmente, a utilização dos tanques é reduzida, mas o espaço continuava apropriado para práticas relacionadas com a roupa, nomeadamente lavagem ocasional e estendal.

A origem do equipamento distingue-o ainda de muitos dos lavadouros anteriormente analisados. Documentação arquivística de julho de 1975 regista, no âmbito das intervenções S.A.A.L. para a

Sé, uma segunda fase de um projeto de balneários e lavadouros[80], associando a lavagem a um programa comunitário mais amplo de melhoria das condições quotidianas da população residente. Em Sant'Ana, a água deixa, assim, de depender da presença visível de uma nascente ou fonte e passa a integrar um equipamento deliberadamente inserido no tecido habitado. A proximidade conceptual com Tomás Gonzaga permite comparar dois graus distintos de interioridade: neste último, o lavadouro desaparece quase completamente dentro da construção; em Sant'Ana, permanece como plataforma coberta e aberta à cidade.



Figura 79 - Lavadouro de Sant'Ana, Sé, Porto, 2026.

Como referência comparativa de final do século XX, o conjunto dos Lavadouros, Sanitários e Balneários de S. Nicolau, concluído em 1993 segundo projeto de Paulo Providência e Rosário Abreu, integra o programa de lavagem numa intervenção de maior complexidade implantada na pendente da Rua da Reboleira.[81] A diferença de cotas permite desenvolver grande parte do equipamento no interior da encosta, reunindo lavadouros, sanitários e balneários. Por não pertencer ao núcleo histórico da família, o caso surge apenas como referência de continuidade funcional e transformação tipológica.

[80] ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, «Brigada S.A.A.L.: Sé — balneários e lavadouros — 2.ª fase», alçado, corte longitudinal e planta de localização, jul. 1975, GISA, doc. 597751.
[81] OPEN HOUSE PORTO, «Lavadouros, Sanitários e Balneários de S. Nicolau», 2024.

A Ervilha apresenta uma relação particularmente clara entre lavadouro, fonte e recinto coletivo. Inaugurado em 11 de março de 1943 com capacidade para quarenta e quatro lavadeiras, o lavadouro integra no interior a Fonte da Ervilha, instalada no mesmo ano e ainda identificada pela inscrição de 1943.[82] A coexistência é espacial e programática, embora a documentação reunida não permita afirmar que a fonte alimentasse diretamente os tanques. A entrada pela Rua de Corte Real é marcada pelo portal em granito, enquanto pátio, postos de lavagem, coberturas e fonte apenas se revelam depois de atravessado o limiar.

Nas últimas décadas, o recinto iniciou uma transformação programática. Em 2023 abriu um espaço de restauração e, em 2024, foi adjudicado um projeto de reabilitação e ampliação.[83] No levantamento de 2026 essa intervenção ainda não se encontrava materializada, permanecendo legíveis o lavadouro, os tanques, as coberturas e a fonte, num momento em que o uso original perde centralidade e novos programas se aproximam do recinto.



Figura 80 - Entrada do Lavadouro da Ervilha, Rua de Corte Real, Porto, 2026.



Figura 81 - Interior do Lavadouro da Ervilha, Foz do Douro, Porto, 2026.

[82] *O Comércio do Porto*, Porto, 12 mar. 1943; ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte da Ervilha», *Porto Water City*.
[83] COELHO, Mariana, «Ervilha. O novo bar do Porto tem cocktails a 3€, sangrias de vinho do Porto e tábuas perfeitas para partilhar», *MAGG*, 10 out. 2023; BASE — CONTRATOS PÚBLICOS ONLINE, «Contrato de Prestação de Serviços para elaboração do projeto de arquitetura e especialidades de reabilitação e ampliação do espaço Lavadouro da Ervilha», 2024.

A apropriação por outras práticas surge também nos Moinhos e na Azenha do Vilar. Cobertura e resguardo continuam a possuir valor espacial mesmo depois de desaparecer a lavagem regular. Essas apropriações não correspondem necessariamente a novos programas consolidados, mas demonstram que a capacidade espacial de uma arquitetura pode sobreviver à função que a originou.

O levantamento revela diferentes relações entre matéria e presente. Em Noêda, Contumil e Tomás Gonzaga, a função original persiste residualmente; em Granja, Presa Velha, Ramalde e Arca d'Água, a forma permanece mais claramente do que o uso. Nos Moinhos, a estrutura foi absorvida por outra construção; na Azenha do Vilar surgem apropriações informais; no Outeiro, a leitura tornou-se vestigial. A diversidade destas situações mostra que a retração da família não corresponde a um único processo, mas a diferentes graus de perda funcional, transformação material e legibilidade.

A Agra conduz a uma condição de ausência quase total. O antigo lavadouro, na Travessa da Presa da Agra, correspondia a uma estrutura coberta, organizada em torno de um tanque coletivo e historicamente relacionada com a água da Fonte da Agra. A micro-arquitetura ainda se encontrava materialmente documentada em 2020, mas o lugar foi profundamente transformado no âmbito da requalificação da Travessa do Freixo e da Travessa da Presa da Agra, iniciada em 2023, cujo projeto municipal previa expressamente a reconversão do lavadouro num espaço de lazer.[84]

No levantamento já não permaneciam o tanque, a cobertura ou os restantes elementos que permitiam reconhecer o espaço de lavagem. Subsistia, contudo, a identificação do antigo lavadouro no lugar, fazendo com que a memória nominal sobrevivesse ao desaparecimento da arquitetura. A cerca de cinquenta metros, na cota superior do arruamento, foi igualmente registado o lugar anteriormente ocupado por um fontanário entretanto retirado. A proximidade espacial entre ambos deve ser assinalada, mas não permite estabelecer uma ligação hidráulica entre o fontanário e o antigo lavadouro. A Agra reúne, assim, num território muito reduzido, duas formas recentes de retração da rede quotidiana da água. Neste caso, a ausência torna-se legível sobretudo através do lugar e da memória daquilo que ali existiu.

[84] BAHIA JÚNIOR, José da Silva Ferreira, *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potavel*, Porto: Typographia Encyclopedia Portugueza, 1909, p. 61; GO PORTO – GESTÃO E OBRAS DO PORTO, EM, «Programa Rua Direita avança com nova intervenção na cidade», 20 set. 2023.



Figura 82 - Lugar do antigo Lavadouro da Agra, Porto, 2026.

O universo dos lavadouros desaparecidos não pode ser reconstruído de forma exaustiva, uma vez que a sobrevivência documental é desigual e a ausência de vestígios materiais dificulta a identificação de muitas ocorrências. Gomes Freire, Rainha D. Leonor, Feira, Requesende, Azevedo e Lomba correspondem, por isso, a casos documentalmente reconhecidos, mas não representam necessariamente a totalidade das perdas verificadas no Porto.

Entre estes casos, Gomes Freire e Rainha D. Leonor permitem reconhecer duas formas distintas de permanência após o desaparecimento. No primeiro, os tanques e a cobertura deixaram de ser reconhecíveis, mas a posição elevada sobre a escarpa do Douro permanece pública sob a designação de Miradouro do Antigo Lavadouro de Gomes Freire.[85] No Bairro Rainha D. Leonor, os desenhos de 1954 documentam um equipamento coletivo projetado no âmbito da ampliação habitacional, já não reconhecível no levantamento de 2026.[86] Enquanto Gomes Freire conserva no lugar e no nome a memória da utilização anterior, Rainha D. Leonor subsiste sobretudo através do arquivo.

[85] CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO / SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO, documentação histórica relativa aos lavadouros municipais do Porto; CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano Diretor Municipal do Porto*, identificação do «Miradouro do Antigo Lavadouro de Gomes Freire».
[86] ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, «Ampliação do Bairro Rainha D. Leonor: construção de lavadouros», 1954, GISA, doc. 646220.

Em abril de 1938, um levantamento dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento registava quarenta e um lavadouros municipalizados no Porto, distribuídos por diferentes freguesias e alimentados por nascentes, minas, ribeiros, mananciais ou outros sistemas locais de água.[87] O levantamento de 2026 reuniu vinte ocorrências materialmente existentes ou ainda legíveis relacionadas com a lavagem, entre estruturas conservadas, equipamentos transformados, vestígios e situações de utilização residual. Os dois valores não constituem censos diretamente comparáveis: o inventário de 1938 incidia especificamente sobre lavadouros municipalizados, enquanto o levantamento atual resulta dos critérios territoriais e arquitetónicos desta investigação e inclui casos posteriores ou profundamente transformados. O contraste permite, contudo, reconhecer uma retração muito significativa da presença territorial da tipologia. Vários dos lavadouros documentados em 1938 já não foram localizados ou deixaram de conservar uma estrutura reconhecível, enquanto entre os que permanecem são frequentes a perda de água, a redução da utilização e a alteração de programa.

A transferência progressiva da lavagem para o interior doméstico ajuda a explicar esta retração, embora não determine isoladamente todas as situações observadas. A generalização do abastecimento domiciliário de água, da drenagem e, posteriormente, da máquina de lavar reduziu a necessidade de espaços públicos especificamente destinados à lavagem. Sem reduzir esta transformação à perda de uma sociabilidade anterior, interessa reconhecer a sua consequência arquitetónica: uma atividade antes coletivamente visível na cidade passou, em grande medida, para o interior da habitação, tornando dispensáveis muitos dos tanques, coberturas, áreas de coradouro, percursos de acesso e espaços de permanência que lhe davam suporte. Paralelamente, transformações urbanas, alterações das redes hidráulicas e novos programas contribuíram para diferentes formas de abandono, adaptação ou desaparecimento.

O levantamento torna, assim, territorialmente legível a retração de uma atividade anteriormente coletiva, entre permanências funcionais residuais, transformação e desaparecimento. Essa retração não produz, contudo, uma paisagem homogénea. Entre o lavadouro ainda utilizado e o lugar onde já não permanece qualquer estrutura existe uma sequência de estados intermédios: tanques sem uso, coberturas mantidas sobre espaços esvaziados, recintos apropriados por outras atividades, fragmentos incorporados em novas construções e lugares cuja identificação depende já do arquivo ou da memória. A família torna-se, por isso, particularmente expressiva da separação progressiva entre matéria, função e reconhecimento.

---

[87] CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, «Lavadouros Municipalizados — Abril de 1938», levantamento dos lavadouros existentes, Arquivo SMAS; reproduzido em ANDRÉ, Stefanie Braz, *Higiene e Desenvolvimento Urbano: O Porto na transição entre os séculos XIX e XX*, dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2014.

A perda da lavagem coletiva modifica também a leitura dos próprios elementos arquitetónicos. O tanque, a cobertura, o acesso rebaixado, o coradouro ou a área de permanência foram concebidos em relação com gestos repetidos, posições do corpo e tempos prolongados de utilização. Quando essa prática desaparece, esses componentes podem continuar materialmente presentes, mas deixam de ser imediatamente compreendidos através da ação que lhes dava sentido. O que permanece não é apenas uma construção incompleta ou sem programa: é a forma material de uma relação entre corpo, água e espaço público que deixou de ocorrer com a mesma intensidade.

É precisamente esta diversidade de condições que torna os lavadouros relevantes para a leitura proposta nesta investigação. A sua transformação não corresponde apenas ao desaparecimento de uma tipologia, mas à passagem de uma atividade visível e espacialmente organizada no território para uma prática maioritariamente interiorizada. Alguns exemplares conservam suficientemente a matéria para que essa relação ainda possa ser reconhecida; outros permanecem através de fragmentos, designações ou documentação; noutros, a transformação do lugar tornou a antiga presença quase impercetível. O levantamento permite, assim, observar diferentes graus de continuidade e ausência dentro de uma mesma família, tornando evidente que o desaparecimento arquitetónico raramente ocorre num único momento.



Figura 83 - Interior dos Sanitários Públicos do Jardim do Passeio Alegre, Porto, 2026.

5.1.4 Urinóis, sanitários e balneários públicos

Arquivo visual. Como complemento à seleção analisada, encontra-se disponível o **arquivo visual** completo desta família, que reúne as imagens históricas localizadas e o levantamento fotográfico autoral de 2026.

A passagem dos lavadouros para as estruturas de higiene pública mantém a relação direta entre arquitetura e necessidade corporal, mas introduz uma exigência diferente: a privacidade. A cidade precisa de tornar o equipamento acessível e reconhecível e, simultaneamente, proteger uma ação que não pode permanecer totalmente exposta. É nesta tensão entre presença e ocultação que urinóis, sanitários e balneários adquirem particular interesse arquitetónico.

A documentação histórica demonstra que os urinóis públicos não constituíram ocorrências marginais. Em agosto de 1890, o jornal *A República* referia aproximadamente uma centena de urinóis no Porto, incluindo os chamados "Lagoaças", para uma população estimada em cerca de 120 000 habitantes, mencionando ainda menos de dez latrinas públicas e urinóis dotados de cobertura e resguardo metálico.[88] Em 1947, uma relação municipal registava ainda trinta e seis mictórios públicos, dos quais vinte e seis metálicos e dez instalados em nichos, além de dezanove sentinas.[89] Embora os dois levantamentos resultem de momentos e critérios diferentes e não devam ser tratados como uma série estatística rigorosamente homogénea, tornam evidente a antiga presença territorial deste tipo de equipamento.

A quantidade histórica contrasta fortemente com a condição contemporânea. O urinol de rua praticamente desapareceu enquanto presença tipológica reconhecível no Porto, apesar de ter estado distribuído por jardins, largos, cais e ruas. A retração desta geração de pequenas estruturas autónomas é, assim, materialmente evidente no espaço público atual.

A iconografia histórica permite ainda perceber até que ponto esta presença se encontrava disseminada por situações urbanas muito diferentes. Surgem urinóis em praças centrais, como junto às igrejas dos Carmelitas e do Carmo, na Praça Carlos Alberto, e na Praça do Infante D. Henrique; em espaços associados à vida estudantil e comercial, como a Praça de Parada Leitão; em zonas de forte atravessamento, como a Praça de Almeida Garrett, diante da confluência da Rua de Mouzinho da Silveira com a Rua das Flores; e ainda nas frentes ribeirinhas de Miragaia e da Ribeira. A repetição do mesmo programa em contextos tão distintos confirma que estes

[88] «Horrivel Porto: Os urinoes e as latrinas», *A República*, Porto, 5 ago. 1890.
[89] CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Serviço de Saneamento – Exploração, «Relação dos mictórios públicos existentes», Porto, 6 jan. 1947, documentação SMAS.

equipamentos faziam parte de uma infraestrutura quotidiana amplamente distribuída e não de ocorrências excecionais.

A comparação revela diferentes estratégias de proteção e implantação. Em Contumil, o urinol utiliza diretamente o muro como parte do resguardo; noutros casos, como Soares dos Reis ou Calçada do Ouro, o próprio objeto produz a proteção através de painéis, cobertura e geometria. Estes equipamentos podiam ocupar o centro ou a margem de uma praça, encostar-se a muros e escadarias, surgir junto de cais ou inserir-se em pontos de intensa passagem. A privacidade resultava, assim, tanto da relação com o lugar como da autonomia formal da própria estrutura.

O desaparecimento desta geração não significou o desaparecimento da necessidade. A resposta sanitária tornou-se progressivamente mais encerrada, compartimentada e, em determinados casos, integrada na própria construção do espaço público. Não existe, porém, uma sequência evolutiva única: formas diferentes coexistiram e continuam a coexistir. O que varia é o modo como cada arquitetura regula exposição, interioridade, acessibilidade e autonomia.

Uma das respostas levou essa procura de resguardo à própria espessura do espaço público. A documentação histórica regista instalações sanitárias subterrâneas na Avenida dos Aliados, na Rotunda da Boavista e na Praça da República, implantadas sob praças e jardins de intensa utilização. Os equipamentos dos Aliados e da Boavista desapareceram, enquanto o da Praça da República é posteriormente documentado como desativado.[90] Nestes casos, o programa ocupa o subsolo e reduz a presença exterior sobretudo aos acessos: a privacidade passa a ser construída pela própria secção urbana, através da descida do corpo relativamente à superfície pública.

Os Sanitários do Passeio Alegre constituem uma das permanências históricas mais expressivas. Datados oficialmente de 1910, formam um pequeno pavilhão autónomo de três corpos, com volume central mais elevado, separação funcional interior e uma composição marcada por elementos cerâmicos e linguagem de carácter Arte Nova.[91] A intervenção de conservação iniciada em outubro de 2025 foi concluída em julho de 2026, mantendo a função sanitária e integrando uma pequena apresentação de peças históricas.[92]

O caso é particularmente significativo porque a arquitetura não procura desaparecer. O pavilhão afirma-se deliberadamente no jardim através da volumetria, revestimento, vãos e detalhe, enquanto resguarda completamente aquilo que acontece no interior. O objeto torna-se visível para

[90] PORTO DE ANTANHO, «O Porto — higiene pública, urinóis, latrinas e sanitários», atual. 18 mar. 2020.
[91] CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, ORU da Foz Velha — Diagnóstico e Estratégia Territorial, ficha 1066, «Sanitários Públicos do Jardim do Passeio Alegre», 2026, p. 129.
[92] GO PORTO – GESTÃO E OBRAS DO PORTO, EM, «Está concluído o restauro das instalações sanitárias do Passeio Alegre», 17 jul. 2026.

permitir que o corpo se torne invisível. No mesmo jardim, o equipamento coexiste ainda com outras pequenas arquiteturas históricas, nomeadamente o coreto e o chafariz, sem que essa proximidade corresponda a uma relação funcional entre os diferentes programas.



Figura 84 - Sanitários Públicos do Jardim do Passeio Alegre, Porto, 2026.

A Picaria resolve a mesma necessidade através de uma estratégia quase oposta. O Sanitário da Picaria encontra-se sob o patamar das Escadas do Pinheiro, no Largo de Mompilher, absorvido pela construção do desnível. A manifestação exterior reduz-se essencialmente ao plano de fachada e aos acessos: em vez de um pavilhão autónomo, o programa ocupa a espessura construída do espaço público. No mesmo largo foram ainda identificados um quiosque histórico, uma cabine telefónica e um fontanário, constituindo uma concentração espacial de programas distintos, sem que essa proximidade implique relação funcional entre eles.

A documentação histórica acrescenta uma continuidade particularmente relevante. Em 1890, A República referia expressamente a "latrina das escadas do Pinheiro".[93] A referência demonstra a permanência prolongada da função sanitária naquele lugar, mas não permite afirmar continuidade material entre a instalação oitocentista e a construção atual. O programa permanece demonstrável, a mesma matéria, não.

[93] «Horrivel Porto: Os urinoes e as latrinas», *A República*, Porto, 5 ago. 1890.



Figura 85 - Sanitário da Picaria, Largo de Mompilher, Porto, 2026.

Passeio Alegre e Picaria fixam, assim, dois extremos: o pavilhão sanitário autónomo e o programa absorvido pela topografia construída.

A Praia dos Ingleses introduz uma terceira condição, definida pela integração do programa sanitário na construção topográfica da frente marítima. Não tendo sido possível determinar a data ou configuração inicial, a análise incide sobre a situação atualmente observável. Parcialmente enterrada, a estrutura articula duas cotas, fazendo da cobertura simultaneamente teto do programa interior e superfície pública superior. A presença arquitetónica resulta, por isso, menos da afirmação de um volume autónomo do que da própria secção do terreno, que permite separar o espaço interior de utilização da continuidade exterior do percurso. O programa permanece reconhecível através dos acessos, dos limites e da diferença de nível, mesmo quando grande parte da construção se encontra absorvida pela topografia. A intervenção de 2024 incidiu sobre impermeabilização, drenagem, ventilação e outros componentes, mantendo esta relação entre interior e espaço público.[94]

[94] GO PORTO – GESTÃO E OBRAS DO PORTO, EM, «Reabilitação da Cobertura do Balneário da Praia dos Ingleses», 17 jun. 2024.



Figura 86 - Sanitários e Balneário da Praia dos Ingleses, Foz do Douro, Porto, 2026.

Como referência comparativa contemporânea, São Nicolau mostra uma integração mais complexa do programa na espessura da encosta. Sem pertencer ao núcleo histórico do corpus, permite apenas confrontar diferentes relações entre programa e topografia: sob um patamar na Picaria, entre duas cotas costeiras na Praia dos Ingleses e integrado na encosta em São Nicolau.[95] A comparação evidencia como uma mesma necessidade pode assumir graus muito distintos de presença arquitetónica, desde uma fachada quase absorvida pelo desnível até uma construção cuja relação com o terreno participa diretamente da sua configuração espacial.

A Ribeira constitui igualmente uma referência contemporânea breve. O equipamento atual apresenta-se como pequeno volume horizontal, ortogonal e discreto, diretamente acessível a partir do espaço pedonal junto ao Douro. A documentação permite situar a entrada em funcionamento depois de setembro de 2005 e comprova a sua existência pelo menos em 2014, sem permitir maior precisão.[96] O mesmo território possuía urinóis públicos no início do século XX, mas não existe base para estabelecer continuidade material entre essas estruturas e o sanitário atual: permanece a necessidade, transforma-se a arquitetura através da qual a cidade lhe responde.

[95] OPEN HOUSE PORTO, «Lavadouros, Sanitários e Balneários de S. Nicolau», 2024.
[96] *Diário de Notícias*, «Abstenção vai diminuir, diz Rio», 25 set. 2005; CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Avaliação de Fornecedores 2014–2015*, registo relativo a «Ferragem Descarga da Cisterna dos Sanitários da Ribeira».



Figura 87 - Urinol público na Praça da Ribeira, Porto, 1910.



Figura 88 - Sanitários da Ribeira, Porto, 2026.

Na frente marítima, Molhe e Gondarém completam este quadro apenas como referências contemporâneas, uma vez que as respetivas cronologias originais não se encontram estabelecidas. Ambos permaneciam existentes em 2026, embora o Molhe mantivesse funcionamento ao longo do ano e Gondarém uma utilização sazonal associada à época balnear. Esta diferença demonstra que o encerramento temporário não corresponde necessariamente a abandono ou perda funcional.

Os balneários públicos introduzem uma relação mais complexa entre higiene, corpo e espaço urbano. O banho exige maior permanência, compartimentação, abastecimento de água e resguardo do que o urinol ou o pequeno sanitário, tendo estes equipamentos permitido historicamente o acesso coletivo à higiene corporal em contextos nos quais as instalações domésticas ainda não se encontravam generalizadas. A sua dimensão e complexidade programática aproximam-nos, por isso, do limite superior do corpus.

O Largo do Viriato introduz o limite de escala desta família. Em sessão camarária de 25 de julho de 1901, o balneário era dado como pronto para inauguração.[97] O desenho de 1900 deve ser

[97] CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, sessão de 25 jul. 1901, referência ao Balneário do Largo do Viriato; ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, «Projecto d'um balneário público que a Ex.ma Camara Municipal do Porto pretende mandar construir no logar de Viriato», projeto apresentado por «A Constructora», Porto, 14 maio 1900.

entendido como projeto, uma vez que a documentação fotográfica posterior revela alterações na configuração executada.

Atualmente, o edifício mantém no mesmo lugar serviços associados à higiene através da Casa Social do Largo do Viriato, sem que isso permita afirmar continuidade material integral desde 1901.[98] A maior complexidade do interior e do programa aproxima-o já do edifício convencional, pelo que interessa sobretudo como caso de fronteira da pequena arquitetura sanitária.

A função sanitária pode ainda ser absorvida por outra micro-arquitetura. Nos jardins do Marquês e de São Lázaro existem referências documentais a instalações sanitárias nos embasamentos dos coretos.[99] A plataforma elevada necessária à música produz um volume inferior capaz de receber um programa de natureza quase oposta: no plano superior, o corpo expõe-se ao olhar e ao som coletivo; no inferior, procura resguardo e privacidade.



Figura 89 - Coreto do Jardim de São Lázaro, com acesso aos sanitários no embasamento, Porto, 2026.

A existência de compartimentos inferiores não permite, contudo, generalizar esta função a outros coretos. Marquês e São Lázaro possuem documentação específica, nos restantes casos, portas ou acessos devem ser descritos apenas como compartimentos quando a utilização não se encontra comprovada.

[98] NPISA PORTO, «Balneários», informação relativa à Casa Social do Largo do Viriato, consultado em 1 set. 2026.
[99] PORTO DE ANTANHO, «O Porto — higiene pública, urinóis, latrinas e sanitários», atual. 18 mar. 2020.

As soluções sanitárias automáticas mais recentes permanecem fora do núcleo histórico e funcionam apenas como referência à transformação contemporânea desta necessidade. Vários módulos semelhantes foram documentados na cidade, sem que a proximidade formal permita atribuir-lhes automaticamente fabricante ou modelo comum. Na Rua do Infante D. Henrique, um destes equipamentos encontra-se documentado entre 2009 e 2023 e já estava ausente em 2024, demonstrando a reduzida permanência territorial que estas soluções técnicas podem apresentar.[100]

António Calém apresenta uma trajetória particularmente clara. A documentação confirma a presença do urinol autónomo em 2009 e novamente em 2011, em 2013 era já descrito como estrutura antiga sem função sanitária claramente ativa e, em 2026, encontrava-se ausente.[101] Não foram determinadas a data de remoção, a autoria ou o fabricante, e a semelhança com o exemplar documentado na Calçada do Ouro permanece apenas morfológica.

A continuidade da necessidade torna particularmente evidente que permanência funcional e permanência tipológica não são equivalentes. A cidade continua a precisar de responder às mesmas exigências corporais, mas pode fazê-lo através de arquiteturas profundamente diferentes. Entre o urinol metálico autónomo, o pequeno pavilhão, o espaço encaixado numa escadaria, o volume parcialmente enterrado ou o módulo automatizado, altera-se não apenas a forma construída, mas também o modo como o equipamento se apresenta, é reconhecido e se relaciona com o percurso.

A privacidade constitui uma constante desta família, embora seja produzida por meios distintos. Em alguns casos resulta do próprio invólucro, através de paredes, portas e resguardos; noutros, é construída pela topografia, pela diferença de cota ou pela integração do programa na espessura de outra estrutura. A arquitetura sanitária revela, assim, diferentes estratégias para conciliar duas exigências aparentemente contraditórias: permanecer suficientemente acessível e identificável no espaço público e, simultaneamente, proteger o corpo da exposição.

O levantamento mostra ainda que a perda pode ocorrer de formas diferentes. Uma estrutura pode desaparecer enquanto a função permanece noutro suporte; pode conservar matéria e perder utilização; pode manter o programa, mas alterar profundamente a configuração arquitetónica; ou pode ser absorvida por construções maiores e tornar-se menos legível enquanto unidade autónoma. Molhe e Gondarém demonstram, por outro lado, que funcionamento intermitente ou sazonal não deve ser confundido automaticamente com abandono.

---

[100] GOOGLE STREET VIEW, Rua do Infante D. Henrique, Porto, imagens históricas consultadas para os anos de 2009, 2023 e 2024.
[101] PORTO DE ANTANHO, «Sanitários, Balneários e Urinóis», atual. 18 mar. 2020; SELVAGEMTEXAS, «Sobre carris, uma vista pela cidade portuense!», 2013; levantamento fotográfico autoral, 2026.

Esta diversidade mostra também que a leitura da família não pode assentar apenas na presença física do equipamento. Importa observar se o programa continua acessível, de que modo se entra, que grau de resguardo é oferecido e até que ponto a estrutura permanece reconhecível como equipamento público. Duas arquiteturas materialmente existentes podem, assim, ocupar posições muito diferentes no quotidiano: uma mantém uso e legibilidade, enquanto outra conserva sobretudo a forma, já desligada da prática que anteriormente a justificava.

A família da higiene revela, assim, não o desaparecimento da necessidade urbana, mas a sucessão das arquiteturas que lhe dão resposta, desde resguardos mínimos e pequenos pavilhões até interiores encaixados, balneários coletivos e soluções automatizadas. Quando a oferta pública recua, parte dessa necessidade transfere-se para cafés, restaurantes, estações, centros comerciais e outros interiores cujo acesso pode depender de horário, consumo ou autorização. A transformação deixa então de ser apenas arquitetónica e passa também a interferir na autonomia com que o corpo pode permanecer no espaço público.



Figura 90 - Quiosque da Praça Carlos Alberto, Porto, 2026.

5.1.5 Quiosques

Arquivo visual. Como complemento à seleção analisada, encontra-se disponível o **arquivo visual** completo desta família, que reúne as imagens históricas localizadas e o levantamento fotográfico autoral de 2026.

A passagem para os quiosques altera novamente a relação entre corpo e micro-arquitetura. Ao contrário da cabine ou do sanitário, o utilizador não ocupa habitualmente o interior. O pequeno espaço construído pertence sobretudo a quem presta o serviço, enquanto a utilização pública acontece do lado de fora. A arquitetura organiza, assim, uma fronteira de atendimento entre interior de trabalho, abertura, balcão e espaço exterior de aproximação.

Esta relação mantém-se apesar da diversidade formal da família. Existem quiosques centralizados, volumes retangulares, estruturas em madeira, ferro ou betão, coberturas muito expressivas e soluções mais discretas. O que os aproxima não é uma forma única, mas a existência de um interior mínimo diretamente relacionado com um exterior público de atendimento.

A iconografia histórica demonstra que o quiosque esteve disseminado por contextos urbanos muito distintos. Surgem estruturas deste tipo na Praça do Infante D. Henrique, no topo da Rua dos Clérigos, na envolvente das igrejas dos Carmelitas e do Carmo, na Praça de Parada Leitão, no Campo dos Mártires da Pátria e junto ao Jardim da Cordoaria, bem como na Praça da Batalha e na Ribeira. Outros registos documentam ainda ocorrências em eixos de ligação entre a parte alta da cidade e a frente ribeirinha. A diversidade das implantações mostra que o quiosque não dependia de uma praça ou jardim específicos, podendo acompanhar espaços de passagem, permanência, comércio e concentração de transportes.

A distribuição histórica da família permite reconhecer uma rede de pequenos pontos de atendimento diretamente inseridos no espaço público, hoje muito menos legível na cidade.

A implantação participa diretamente dessa condição. Junto de percursos intensos, em largos ou na proximidade de outros polos de atividade, o quiosque estabelece uma interrupção breve no movimento e transforma a margem do percurso num ponto de contacto. A dimensão reduzida permite-lhe ocupar posições muito expostas sem exigir grande área, enquanto a abertura de atendimento orienta a aproximação e prolonga funcionalmente o pequeno interior para o espaço exterior. A presença urbana do quiosque depende, assim, tanto da forma construída como da relação imediata que estabelece com os fluxos que o rodeiam.



Figura 91 - Quiosque no Largo de Amor de Perdição, Porto, início do século XX.

O Largo de Mompilher apresenta uma das continuidades territoriais mais expressivas da família. Antes do quiosque atual existiu no mesmo lugar uma estrutura de ferro construída nos primeiros anos do século XX. Em 1930, Alberto Teixeira Brandão apresentou à Câmara um pedido para construir um novo quiosque naquele ponto, correspondente à estrutura de madeira executada aproximadamente entre 1930 e 1931.[102] O primeiro exemplar desapareceu e outro ocupou o mesmo lugar sem o reproduzir formalmente: a continuidade reside, assim, sobretudo na implantação e no programa, não na matéria.

O quiosque atual desenvolve-se em planta hexagonal, com estrutura predominantemente de madeira, painéis exteriores vermelhos e brancos e cobertura saliente de forte expressão. A geometria centralizada permite que o pequeno volume seja lido quase integralmente como objeto autónomo no largo, enquanto as aberturas transformam algumas das faces em pontos de atendimento.

No levantamento, o quiosque encontrava-se ativo como Kiosk Bar, mantendo a relação entre o pequeno interior comercial e o espaço exterior de atendimento.

[102] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Quiosque no Largo de Mompilher (antigo Largo da Picaria)», *Pesquisa de Património Imóvel*, ficha de inventário, DGPC, 2017.

A Praça Carlos Alberto apresenta uma condição distinta. O quiosque atualmente existente não corresponde ao original simplesmente deslocado até à praça. A estrutura histórica esteve inicialmente associada ao antigo Largo de Santo André, atual Praça dos Poveiros, foi posteriormente transferida para o Largo da Ramadinha e, em 1992, o exemplar original foi substituído por uma réplica. É essa reprodução que viria a ser deslocada para a Praça Carlos Alberto.[103]

As fontes secundárias consultadas divergem quanto à data dessa última transferência, situando-a entre 2003 e 2005. A discrepância impede fixar com segurança um ano único, mas não altera o dado fundamental: o quiosque atualmente observado é uma réplica de 1992 e não a matéria original.



Figura 92 - Quiosque da Praça Carlos Alberto, Porto, 2026.

A aparência histórica pode sugerir uma continuidade que não existe materialmente. A implantação original perdeu-se com a primeira deslocação, a matéria original desapareceu em 1992 e a implantação intermédia terminou quando a réplica foi novamente transferida. Permanece, contudo, uma imagem tipológica deliberadamente reproduzida, agora através de outra matéria e de outro lugar.

[103] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Quiosque do Largo da Ramadinha, primitivamente na Praça dos Poveiros», *Pesquisa de Património Imóvel*, ficha de inventário.

O Quiosque Art Déco da Praça do Marquês representa uma situação quase oposta. Construído em 1931 segundo projeto apresentado no ano anterior por José Ribeiro Gomes, assume uma materialidade e uma composição que o aproximam de um pequeno edifício.[104] A planta retangular, as grandes aberturas laterais, as duas portas na frente e a ornamentação geométrica produzem uma presença mais maciça e menos móvel do que nos quiosques de madeira.

A própria relação de atendimento se altera. Nos quiosques centralizados, o operador trabalha a partir de um núcleo rodeado por aberturas, no Marquês, o interior aproxima-se de uma pequena sala comercial, com frentes mais diferenciadas e maior profundidade espacial. A micro-arquitetura mantém uma escala reduzida, mas aproxima-se tipologicamente do pequeno estabelecimento.

Na atualidade, o quiosque permanece existente e ativo. Apesar das transformações do jardim, nomeadamente as relacionadas com a implantação do Metro, matéria, implantação e função conservam uma continuidade particularmente forte. No mesmo espaço coexistem ainda o coreto e outros pequenos equipamentos, sem que essa proximidade implique relação funcional entre os diferentes programas.



Figura 93 - Quiosque Art Déco da Praça do Marquês de Pombal, Porto, 2026.

[104] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Quiosque na Praça do Marquês de Pombal», *Pesquisa de Património Imóvel*, ficha de inventário.

A Praça da Liberdade oferece outra variação histórica através do quiosque associado ao Serviço de Transportes Colectivos do Porto. A estrutura apresenta uma linguagem Art Déco distinta tanto do Marquês como dos exemplares em madeira, com planta retangular de cantos chanfrados, composição geométrica e relação direta com os serviços de transporte.[105]



Figura 94 - Quiosque do Serviço de Transportes Colectivos do Porto, Praça da Liberdade, Porto, 2026.



Figura 95 – Pormenor do quiosque do Serviço de Transportes Colectivos do Porto, Praça da Liberdade, Porto, 2026.

O caso demonstra que a lógica do quiosque não se restringe à venda de jornais, bebidas ou tabaco. A mesma organização entre pequeno interior e atendimento exterior pode funcionar como ponto de informação, bilheteira ou interface de uma rede de maior escala. O operador permanece dentro, o utilizador acede ao serviço diretamente a partir da rua.

Uma perda muito mais recente corresponde ao Quiosque Amarelo, posteriormente conhecido como Quiosque do Piorio, implantado na esquina da Avenida Rodrigues de Freitas com a Rua D. João IV, junto à Biblioteca Pública Municipal. Uma reportagem de 2016 identifica a construção.[106]

[105] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Quiosque do Serviço de Transportes Colectivos do Porto», Pesquisa de Património Imóvel, ficha de inventário, DGPC, 2018.
[106] PÚBLICO, «"Quiosque do piorio" demolido e espaço público sem futuro anunciado», 16 out. 2019.

Aquela zona integra, porém, uma envolvente sucessivamente ocupada por diferentes micro-arquiteturas. No final do século XIX encontra-se documentado um marco postal, em 1939 coexistiam um urinol e um quiosque, documentação posterior regista um quiosque e uma cabine telefónica. Estas ocorrências não demonstram uma sucessão material linear, mas revelam a repetida ocupação daquela frente urbana por pequenos equipamentos de serviço.

O programa do quiosque permanece no Porto: estruturas contemporâneas registadas em 2026 na Rua das Flores, Avenida dos Aliados e Avenida D. Afonso Henriques mantêm o atendimento de pequena escala, embora fora do núcleo histórico do corpus. Surgem apenas como contraponto, através de soluções mais repetidas e padronizadas, distintas da individualização arquitetónica e territorial de Mompilher, Marquês ou do antigo Quiosque do Sebastião.



Figura 96 - Réplica contemporânea do modelo do antigo quiosque da Praça de Mouzinho de Albuquerque, Avenida dos Aliados, 2026.



Figura 97 - Réplica contemporânea do modelo do antigo quiosque da Praça de Mouzinho de Albuquerque, Rua das Flores, 2026.

A reprodução do modelo histórico da Praça de Mouzinho de Albuquerque exige uma leitura distinta das restantes estruturas contemporâneas. O exemplar original da Rotunda da Boavista foi construído em 1925, segundo projeto aprovado no ano anterior, e desmontado em 2005 com intenção de reparação; documentação municipal de 2020 viria, contudo, a considerá-lo

"materialmente extinto".[107] A forma reaparece posteriormente através de reproduções, não pertencendo, por isso, à mesma genealogia seriada dos restantes quiosques contemporâneos.



Figura 98 - Quiosque original da Praça de Mouzinho de Albuquerque, Porto, 1989.



Figura 99 - Réplica contemporânea do modelo do antigo quiosque da Praça de Mouzinho de Albuquerque, Praça da Liberdade, 2026.

Carlos Alberto e o antigo modelo da Boavista mostram, assim, dois mecanismos diferentes de sobrevivência da imagem. No primeiro, uma réplica substitui um objeto histórico específico, no segundo, a forma torna-se reproduzível e reaparece noutros lugares. Em ambos os casos desaparece a matéria original, mas permanece uma continuidade visual deliberadamente construída.

O Chalet Suíço do Passeio Alegre amplia os limites da família. Construído em 1873 e historicamente identificado como quiosque, aproxima-se de um pequeno pavilhão de jardim e admite maior interioridade e permanência do que os quiosques de balcão.[108] A escala e a autonomia formal aumentam, mas a sua identificação histórica como quiosque e espaço de lazer mantém-no ligado à genealogia das pequenas estruturas de serviço.

[107] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Quiosque na Praça de Mouzinho de Albuquerque», *Pesquisa de Património Imóvel*, ficha de inventário, DGPC; CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Despacho NUD/348380/2020/CMP, 31 ago. 2020.
[108] OLIVEIRA, Catarina, «Quiosque no Jardim do Passeio Alegre, também denominado "Chalet do Passeio Alegre", "Chalet do Carneiro" ou "Chalet Suíço"», *Pesquisa de Património Imóvel*, DGPC, 2018.



Figura 100 - Chalet Suíço do Passeio Alegre, Porto, 2026.

A implantação evidencia também uma concentração relevante de programas. No Passeio Alegre coexistem coreto, sanitários históricos, chafariz e Chalet. A proximidade não constitui um sistema funcional, mas revela como um espaço destinado à permanência e ao lazer pode reunir diferentes micro-arquiteturas destinadas a responder a ações distintas.

Nos Jardins do Palácio de Cristal, uma pequena construção junto da Rua de D. Manuel II encontra-se documentalmente identificada como antiga bilheteira dos jardins e, posteriormente, como quiosque municipal.[109] A transformação preservou a relação entre um pequeno interior de serviço e o espaço exterior, mas alterou o programa que justificava a implantação junto da entrada: o controlo ou pagamento do acesso deu lugar a uma utilização comercial facultativa.

No Largo Amor de Perdição, o levantamento registou um pequeno pavilhão comercial ativo em 2026 e diretamente relacionado com esse princípio de atendimento exterior. A presença do programa do quiosque neste território, contudo, não é exclusivamente contemporânea. Documentação fotográfica do início do século XX regista já um quiosque no Campo dos Mártires da Pátria, nas imediações da antiga Cadeia da Relação. A proximidade, e possível coincidência, da implantação histórica com a estrutura observada em 2026 introduz uma continuidade territorial

[109] CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Anúncio de hasta pública para concessão e exploração do Quiosque Municipal da Rua de D. Manuel II («antiga bilheteira dos Jardins do Palácio de Cristal»), 2020; CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, «Jardins do Palácio de Cristal», Ambiente Porto.

relevante, embora não permita estabelecer continuidade material ou genealógica entre os dois objetos.

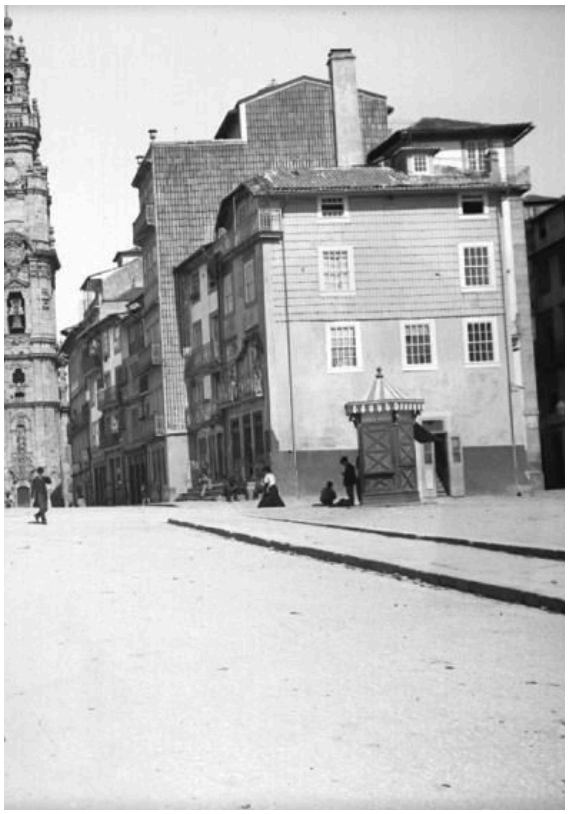


Figura 101 - Quiosque no Campo dos Mártires da Pátria, junto à antiga Cadeia da Relação, Porto, 1915.



Figura 102 - Quiosque no Campo dos Mártires da Pátria, junto à antiga Cadeia da Relação, Porto, 2026.

O caso reforça um limite metodológico: a permanência contemporânea de uma pequena construção comercial não demonstra, por si só, continuidade material, histórica ou tipológica com os quiosques do núcleo da família.

No conjunto, os quiosques revelam diferentes formas de permanência: em Mompilher sobrevivem lugar e programa apesar da substituição material, em Carlos Alberto persiste a imagem histórica através de uma réplica, no Marquês mantêm-se matéria, implantação e função, na Boavista o modelo reaparece por reproduções, no Palácio de Cristal uma antiga bilheteira recebe outro programa, e no Largo Amor de Perdição a permanência da função não prova continuidade material. Sebastião e Piorio representam perdas materiais em momentos distintos.

Não foi possível reconstruir um número histórico total comparável a 2026. A documentação mostra, contudo, a retração da genealogia histórica da família, embora o comércio de pequena escala permaneça no espaço público através de quiosques contemporâneos mais seriados e normalizados. Reduz-se, sobretudo, a presença das arquiteturas históricas específicas que antes materializavam esse programa.



Figura 103 - Cabine telefónica pública no Largo Mompilher, Porto, 2026.

5.1.6 Cabines telefónicas públicas

Arquivo visual. Como complemento à seleção analisada, encontra-se disponível o **arquivo visual** completo desta família, que reúne as imagens históricas localizadas e o levantamento fotográfico autoral de 2026.

A passagem dos quiosques para as cabines telefónicas mantém a existência de um pequeno interior, mas altera completamente quem o ocupa. No quiosque, o interior pertence sobretudo ao operador e o utilizador permanece do lado de fora, na cabine, é o próprio utilizador que entra. A comunicação à distância transforma-se, assim, numa ação individual realizada dentro de um recinto mínimo implantado no espaço público.

Os exemplares vermelhos identificados no levantamento apresentam uma configuração formal fortemente reconhecível: volume vertical, estrutura vermelha, grandes superfícies envidraçadas subdivididas em quadrícula, coroamento superior e zona destinada à identificação do serviço. A planta reduzida permite ocupação individual e a porta estabelece uma fronteira inequívoca entre rua e interior. Sem documentação técnica, não é necessário atribuir fabricante, modelo industrial ou composição metálica específica. Arquitetonicamente, interessa sobretudo a forma como a cabine transforma um serviço abstrato num pequeno interior público.

O levantamento realizado em 2026 identificou várias ocorrências desta família vermelha em diferentes pontos da cidade, entre elas exemplares na Praça do Infante D. Henrique, Avenida dos Aliados, Largo de Mompilher, Jardim do Marquês, Praça da Ribeira e na zona da Batalha. Nos casos em que o funcionamento pôde ser verificado, coexistiam cabines ainda operacionais e outras já inativas ou sem serviço observado. A repetição formal torna particularmente expressiva esta diferença: estruturas praticamente equivalentes podem ocupar estados funcionais distintos no mesmo momento.

Não foi possível reconstruir um número histórico total de cabines telefónicas públicas no Porto diretamente comparável com o levantamento atual. A documentação reunida demonstra, contudo, uma presença prolongada e distribuída da tipologia ao longo do século XX, desde a primeira geração autónoma documentada na década de 1930 até às posteriores cabines vermelhas. A condição atual deve, por isso, ser lida não como um censo completo da antiga rede, mas como o registo de uma infraestrutura em retração, da qual permanecem poucos pontos identificados e já em estados funcionais distintos.

Na zona da Batalha, na Rua de Saraiva de Carvalho, uma das cabines registadas em 2026 surge imediatamente ao lado de um pequeno quiosque comercial em atividade. A documentação municipal regista, em 2023, a concessão e exploração de um quiosque municipal nesta rua, sem permitir determinar a data de construção da estrutura observada.[110] A proximidade não demonstra relação funcional, mas torna visível a coexistência de duas micro-arquiteturas em estados distintos: a cabine pertence a uma infraestrutura de comunicação em retração, enquanto o quiosque mantém ativa a função de atendimento.



Figura 104 - Cabine telefónica e quiosque na Rua de Saraiva de Carvalho, Batalha, Porto, 2026.

Na Avenida dos Aliados, o levantamento entre Abril e Agosto de 2026 identificou cinco cabines ao longo do eixo, mas a intensidade pedonal e a centralidade urbana não asseguram a continuidade do serviço. Algumas continuam operacionais e outras já não, demonstrando que a obsolescência do programa não depende apenas da marginalidade da localização. A permanência em pleno centro torna particularmente evidente esta dissociação: a cabine pode conservar elevada visibilidade urbana e continuar integrada no percurso quotidiano sem manter a função que justificava a sua presença. A centralidade garante exposição, mas não continuidade funcional.

[110] CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, «Hasta Pública — Concessão de 2 quiosques municipais», anúncio NUD/389372/2023/CMP, 2023, relativo à concessão e exploração dos quiosques municipais da Rua de Saraiva de Carvalho e da Praça de Carlos Alberto, hasta pública de 26 jul. 2023.



Figura 105 - Cabine telefónica na Avenida dos Aliados, Porto, 2026.



Figura 106 - Cabine telefónica na Avenida dos Aliados, Porto, 2026.

A condição inativa altera a leitura do interior. Quando desaparece o aparelho ou o serviço deixa de funcionar, o recinto conserva porta, vidro, profundidade e escala individual, mas perde a ação que tornava esses elementos imediatamente compreensíveis. No Largo de Mompilher, esta condição era observável em 2026: a cabine permanecia materialmente presente, mas já não permitia realizar a função para a qual fora instalada.

A cabine distingue-se porque a necessidade que justificava a sua arquitetura foi quase completamente libertada do lugar. Ao contrário do comércio, dos sanitários ou do acesso público à água, a comunicação telefónica acompanha atualmente o corpo através do telefone móvel e deixou de exigir um ponto fixo no espaço urbano.

A relação entre cabine e rede aproxima esta família de outras estruturas do levantamento. Tal como o fontanário torna acessível uma infraestrutura de água e o marco postal constitui uma entrada numa rede de distribuição, a cabine funciona como terminal visível de um sistema de escala muito superior. A diferença reside no grau de interioridade: fontanário e marco organizam gestos exteriores, a cabine envolve temporariamente o corpo.

A Praça da Liberdade oferece a sequência iconográfica mais extensa desta primeira geração. A documentação reúne cabines desta tipologia em 1945 e na década de 1970, incluindo duas unidades no mesmo território.[111] As imagens não permitem afirmar continuidade material entre todos estes momentos, mas demonstram a persistência da tipologia e da função num dos espaços de maior centralidade da cidade.



Figura 107 - Cabine telefónica na Praça da Liberdade, Porto, 1945.



Figura 108 - Cabine telefónica na Praça da Liberdade, Porto, 1970.

No Jardim da Praça do Marquês de Pombal, a documentação regista a entrada em funcionamento, em 18 de maio de 1933, de uma cabine de cimento armado, amplamente envidraçada, iluminada durante a noite e acionada através da introdução de moeda. Na mesma altura estavam autorizadas instalações nos Poveiros e na Rotunda da Boavista, sem que a autorização constitua prova da sua construção efetiva.[112]

Esta primeira geração aproxima-se de um pequeno pavilhão técnico moderno, conjugando cimento armado e grandes superfícies de vidro. No Marquês, a comparação com a cabine vermelha atual permite reconhecer a continuidade territorial do telefone público sem sugerir continuidade

[111] CONCEIÇÃO, Américo; GOMES, Simão, «Os primórdios do Serviço Telefónico no Porto», *Porto de Antanho*, atual. 10 nov. 2020.
[112] CONCEIÇÃO, Américo; GOMES, Simão, «Os primórdios do Serviço Telefónico no Porto», *Porto de Antanho*, atual. 10 nov. 2020.

material: permanecem o programa e o lugar, enquanto materialidade, proporção e identidade visual se transformam.



Figura 109 - Cabine telefónica no Jardim da Praça do Marquês de Pombal, Porto, 2026.



Figura 110 - Telefone público no interior da cabine do Jardim do Marquês, Porto, 2026.

A implantação junto de praças, jardins e grandes eixos ajuda a compreender a antiga lógica da rede. Telefonar a partir do espaço público implicava conhecer a posição de um ponto fixo e deslocar-se até ele. Encontrar a rede significava, também, encontrar uma arquitetura.

Esta condição distingue a cabine de outras instalações telefónicas históricas que não integram o corpus. Em 25 de maio de 1931 foram inauguradas na Praça da Batalha instalações com seis compartimentos destinados a chamadas nacionais e internacionais, mas a documentação refere uma sala sem demonstrar a existência de um pavilhão autónomo no espaço público. Do mesmo modo, a Central de Cabines da Praça da Liberdade, com vários postos e telefonistas, parece corresponder a um interior integrado num edifício[113]. Uma função pública relevante não basta, portanto, para constituir micro-arquitetura: interessa aqui a cabine individual porque o próprio serviço se materializa como objeto urbano autónomo.

[113] CONCEIÇÃO, Américo; GOMES, Simão, «Os primórdios do Serviço Telefónico no Porto», *Porto de Antanho*, atual. 10 nov. 2020.



Figura 111 - Cabines telefónicas na Praça do Infante D.Henrique, Porto, 2026.



Figura 112 - Cabines telefónicas na Praça do Infante D.Henrique, Porto, 2026.

Dentro da geração vermelha, a Avenida D. Afonso Henriques e a Rua 31 de Janeiro introduzem um desaparecimento recente. As cabines anteriormente existentes junto à Sé e à Estação de São Bento, respetivamente, encontram-se documentadas em anos anteriores e a sua ausência foi confirmada em 2026. Nestes casos, a retirada da estrutura não corresponde apenas à perda do equipamento, mas também ao desaparecimento de um ponto fixo de comunicação anteriormente inscrito em percursos de grande intensidade urbana. A ausência torna-se particularmente significativa por ocorrer em lugares que continuam fortemente atravessados e reconhecidos, mostrando que a permanência do fluxo não garante a permanência da micro-arquitetura que anteriormente o acompanhava.

O levantamento de 2026 permite observar simultaneamente três condições: cabines que conservam matéria e função, cabines que mantêm a estrutura depois de perder o serviço e um lugar onde a própria cabine já foi retirada. A coexistência destes estados torna legível uma retração ainda em curso. A família não desaparece, assim, de forma uniforme: perde-se por etapas, através da interrupção do serviço, da permanência residual da estrutura e, por fim, da remoção material.



Figura 113 - Cabine telefónica na Avenida D. Afonso Henriques, Porto, 2019.



Figura 114 – Local anteriormente ocupado pela cabine telefónica na Avenida D. Afonso Henriques, Porto, 2026.

A Praça da Ribeira acrescenta uma dimensão territorial. O espaço teve historicamente estruturas de água e instalações sanitárias e conserva atualmente uma cabine telefónica inativa. Tal como noutros pontos da cidade, esta concentração não demonstra um sistema funcional comum, mas revela como áreas de forte passagem foram sucessivamente equipadas com pequenas estruturas destinadas a necessidades distintas.

A transformação tecnológica distingue esta família de outras observadas no levantamento. A lavagem transferiu-se sobretudo para o interior doméstico, mas continua a exigir espaço e equipamento; os sanitários mantêm necessidade de arquitetura; o comércio continua a produzir volumes de atendimento. Na comunicação telefónica, pelo contrário, a função tornou-se portátil: a rede permanece, mas deixou de depender de um recinto fixo no espaço urbano. A reserva física de lugar que justificava a cabine tornou-se, assim, praticamente dispensável. Com isso, desaparece também a necessidade de interromper o percurso para procurar um ponto específico de acesso à rede. A comunicação deixa de produzir uma pausa arquitetónica reconhecível e passa a acompanhar continuamente o corpo, tornando menos visível a própria infraestrutura que a suporta.



Figura 115 - Pormenor do Coreto do Jardim de São Lázaro, Porto, 2026.

5.1.7 Coretos

Arquivo visual. Como complemento à seleção analisada, encontra-se disponível o **arquivo visual** completo desta família, que reúne as imagens históricas localizadas e o levantamento fotográfico autoral de 2026.

A passagem das cabines telefónicas para os coretos conduz a uma relação quase inversa entre micro-arquitetura e corpo. A cabine reduz o espaço ao mínimo necessário para um utilizador isolado; o coreto só adquire pleno sentido através da reunião. A estrutura construída permanece pequena relativamente ao jardim ou praça em que se insere, mas a sua ação espacial ultrapassa largamente o perímetro do palco. Quando existe uma atuação, músicos, público, percursos e áreas de permanência passam temporariamente a organizar-se em torno dela.

O levantamento consolidado identificou seis estruturas pertencentes à genealogia histórica dos coretos e ainda presentes no espaço público do Porto: a Concha Acústica dos Jardins do Palácio de Cristal, o coreto do Marquês, o coreto da Cordoaria, o coreto de Arca d'Água, o coreto de São Lázaro e o coreto do Passeio Alegre. A estas acrescenta-se, numa condição distinta, a estrutura do Parque de São Roque, historicamente documentada como pavilhão-miradouro, mas atualmente designada e utilizada como coreto

A observação simultânea destas estruturas evidencia uma diferença espacial fundamental. A Concha Acústica organiza-se frontalmente, com palco orientado e superfície curva dirigida para uma área específica de assistência; nos coretos tradicionais, a plataforma tende a ser central e lateralmente aberta, permitindo que o público se distribua em várias direções. Numa, a arquitetura antecipa frente e fundo; nos outros, caminhos, bancos, vegetação e superfícies livres podem ser temporariamente apropriados em redor da estrutura.

A fotografia da Concha Acústica realizada este ano mostra a estrutura preparada para utilização, com equipamento instalado no palco, demonstrando que a arquitetura continua apta a receber a ação coletiva para a qual existe.

A cronologia exige, contudo, prudência. A documentação regista a inauguração, em 1886, de um novo teatro-coreto nos Jardins do Palácio de Cristal, concebido por Tomás Augusto Soller e associado à Fundição de Massarelos, mas não demonstra que essa estrutura corresponda materialmente à Concha Acústica observada em 2026.[114] Existira ainda um palco-coreto anterior, documentado por uma gravura de 1878 e já referido em julho de 1882 como estrutura

[114] *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 10 jul. 1886; *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 12 jul. 1886.

desaparecida, sem causa determinada.[115] O território conserva, assim, uma continuidade de utilização musical através de diferentes construções, sem que deva presumir-se identidade física entre gerações.



Figura 116 - Concha Acústica dos Jardins do Palácio de Cristal, Porto, 2026.

O Marquês aproxima-se da configuração tradicional. Um embasamento elevado suporta o palco, guardas delimitam o perímetro e pilares metálicos esbeltos sustentam a cobertura poligonal, mantendo a parte superior visualmente aberta. O contraste entre base maciça e estrutura leve permite elevar os músicos sem interromper a relação visual com o jardim.

O embasamento introduz ainda uma segunda utilização na estrutura. A documentação histórica associa-lhe instalações sanitárias, enquanto o levantamento de 2026 permite confirmar apenas a permanência física de um compartimento acessível, não a continuidade do respetivo uso.[116] O caso distingue, assim, permanência espacial e permanência programática: o espaço inferior subsiste, mas a função sanitária histórica não pode ser considerada ativa sem confirmação.

[115] PASTOR, F., gravura dos Jardins do Palácio de Cristal, *Universo Ilustrado*, abr. 1878; *O Comércio do Porto*, Porto, 2 jul. 1882.
[116] CONCEIÇÃO, Américo; GOMES, Simão, «Sanitários, Balneários e Urinóis», Porto de Antanho, 7 mar. 2017, atual. 18 mar. 2020.

A função musical permanece efetivamente disponível. Em julho de 2026, o Coreto do Marquês integrou o ciclo municipal STOP no Coreto, voltando a receber atuações musicais.[117]

A Cordoaria mantém a organização central e radial, mas a implantação transforma a experiência. O coreto em ferro fundido assenta sobre base de granito no Jardim de João Chagas, diretamente exposto às frentes construídas do Campo dos Mártires da Pátria e aos fluxos do centro histórico.[118] Ao contrário do Marquês, mais envolvido pelo espaço arborizado do jardim, relaciona-se intensamente com atravessamento, instituições, comércio e turismo. A mesma lógica de palco elevado e cobertura aberta adquire, assim, outra presença quando muda o território envolvente.



Figura 117 - Coreto do Jardim da Cordoaria, Porto, 2026.

A data do Jardim da Cordoaria, executado em 1865 e 1866 segundo projeto de Émile David, não deve ser transferida automaticamente para o coreto. A documentação apenas permite afirmar que a estrutura foi instalada posteriormente, mantendo-se a data precisa em aberto[119]. A cronologia do espaço público e a da micro-arquitetura devem, portanto, ser tratadas separadamente.

[117] ÁGORA – CULTURA E DESPORTO DO PORTO, «Bandas do STOP atuam nos coretos da cidade até setembro», 15 jul. 2026.
[118] UNIVERSIDADE DO PORTO, «Jardim de João Chagas (Jardim da Cordoaria)», *Memória U.Porto*.
[119] ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS JARDINS HISTÓRICOS, «Jardim da Cordoaria / Jardim João Chagas».

A função musical permanece documentada no presente. O coreto recebeu uma atuação do programa STOP no Coreto em agosto de 2026, demonstrando capacidade efetiva de reativação apesar das transformações sofridas pelo jardim e pela envolvente urbana.[120]

Arca d'Água pertence à mesma lógica central, mas o envolvimento vegetal produz outra experiência. O coreto encontra-se rodeado por árvores e depende de uma aproximação pedonal mais próxima. A arquitetura permanece radial, enquanto a vegetação filtra a leitura à distância e participa informalmente na delimitação do espaço envolvente.



Figura 118 - Coreto do Jardim de Arca d'Água, Porto, 2026.

Também aqui existe um compartimento inferior materialmente observável, sem função suficientemente comprovada para ser nomeada. A repetição deste dispositivo em Marquês, Arca d'Água, São Lázaro e Passeio Alegre é arquitetonicamente relevante, mas não permite concluir que todos os embasamentos receberam o mesmo programa. A elevação do palco cria uma espessura potencialmente utilizável, a função dessa espessura deve ser demonstrada individualmente.

A relação com outras estruturas do Jardim de Arca d'Água exige igual prudência. A associação histórica do território ao manancial e à antiga rede de abastecimento não estabelece ligação funcional entre o coreto e as estruturas de água; revela apenas a sobreposição de diferentes histórias do lugar. Em 2026, o coreto voltou a receber programação musical, mantendo capacidade

[120] ÁGORA – CULTURA E DESPORTO DO PORTO, «Bandas do STOP atuam nos coretos da cidade até setembro», 15 jul. 2026.

de uso apesar das sucessivas alterações dos caminhos, pavimentos e condições de acessibilidade do jardim.[121]

São Lázaro acrescenta uma continuidade mais complexa. O primeiro coreto começou a funcionar em 1869, foi oficialmente inaugurado em 1873 e, em 1911, foi substituído por uma nova estrutura.[122] O coreto atual não corresponde, portanto, à restauração do primeiro. A matéria original desapareceu, enquanto permanecem a tipologia, o programa musical e a presença de um coreto no mesmo jardim.



Figura 119 - Coreto do Jardim de São Lázaro, Porto, 2026.

O embasamento do coreto atual acrescenta uma sobreposição entre famílias. A documentação histórica confirma instalações sanitárias associadas ao estrado, enquanto o palco superior mantém capacidade musical.[123] A mesma construção reúne, em níveis distintos, exposição, som e visibilidade acima, interioridade e resguardo abaixo. Atualmente, o palco pode voltar a receber música enquanto a utilização sanitária histórica da base se encontra desativada, reunindo na mesma micro-arquitetura diferentes graus de permanência funcional.

[121] ÁGORA – CULTURA E DESPORTO DO PORTO, «Bandas do STOP atuam nos coretos da cidade até setembro», 15 jul. 2026.
[122] *O Comércio do Porto*, Porto, 28 maio 1873; CONCEIÇÃO, Américo; GOMES, Simão, «(Continuação 4)», *Porto de Antanho*, atual. 20 maio 2020.
[123] CONCEIÇÃO, Américo; GOMES, Simão, «Sanitários, Balneários e Urinóis», *Porto de Antanho*, 7 mar. 2017, atual. 18 mar. 2020.



Figura 120 - Coreto do Jardim do Passeio Alegre, Porto, 2026.

O Coreto do Passeio Alegre permanece materialmente reconhecível e conserva capacidade de receber o programa musical para o qual foi concebido, condição confirmada por utilizações registadas em 2026.[124] Constitui, assim, um exemplo particularmente claro de permanência física acompanhada pela possibilidade efetiva de reativação funcional.

O coreto distingue-se destas estruturas sobretudo pela temporalidade. Um sanitário admite utilizações individuais sucessivas, o quiosque depende de horários de atividade e uma cabine sem aparelho perde um elemento indispensável à função; o coreto, pelo contrário, existe para acontecimentos concentrados. Permanecer vazio entre atuações não constitui necessariamente perda funcional: o intervalo faz parte do programa.

A estrutura do Parque de São Roque ocupa uma condição distinta das restantes analisadas nesta família. A documentação da Casa São Roque identifica-a como pavilhão-miradouro, integrado no jardim desenhado por Jacinto de Matos no contexto das intervenções realizadas na propriedade no início do século XX.[125] A sua implantação elevada, num parque de encosta marcado por patamares e forte presença vegetal, associa-a originalmente à experiência do percurso e da

[124] ÁGORA – CULTURA E DESPORTO DO PORTO, «Bandas do STOP atuam nos coretos da cidade até setembro», 15 jul. 2026.
[125] CASA SÃO ROQUE – CENTRO DE ARTE, «Jardim»; CASA SÃO ROQUE – CENTRO DE ARTE, «Casa», informação relativa ao pavilhão-miradouro, à intervenção de Jacinto de Matos e à remodelação da propriedade no início do século XX, consultado em 23 set. 2026.

observação do jardim, não permitindo considerá-la, sem reserva, um coreto concebido desde a origem.

A utilização contemporânea introduz, contudo, uma transformação programática. Em 2026, a estrutura foi oficialmente designada como Coreto de São Roque no ciclo municipal STOP no Coreto e recebeu uma atuação musical. A sua pequena dimensão, a cobertura, a plataforma elevada e a abertura ao exterior permitem hoje estabelecer uma relação entre intérpretes e público semelhante à dos restantes coretos, embora a sua origem documentada seja distinta.[126] São Roque interessa, por isso, não como exemplar reduzido de uma tipologia histórica, mas como pequena arquitetura de jardim que adquiriu contemporaneamente uma utilização e uma leitura associadas ao coreto.



Figura 121 - Pavilhão-miradouro do Parque de São Roque, atualmente utilizado como coreto, Porto, 2026.

A família reúne configurações distintas: orientação frontal na Concha Acústica, organizações predominantemente centrais e radiais em Marquês, Cordoaria, Arca d'Água, São Lázaro e Passeio Alegre, e uma apropriação contemporânea particular em São Roque. O denominador comum encontra-se na articulação entre elevação, cobertura, espaço de atuação e público exterior. Durante uma atuação, esse campo funcional ultrapassa os limites físicos do palco e estende-se aos caminhos, clareiras e áreas de permanência envolventes.

[126] ÁGORA – CULTURA E DESPORTO DO PORTO, «Bandas do STOP atuam nos coretos da cidade até setembro», 15 jul. 2026.

O paralelo com a cabine telefónica torna-se então claro: uma concentra uma ação individual num recinto mínimo; o coreto projeta a ação para fora e organiza muitos corpos sem os conter. Em 2026, o ciclo STOP no Coreto reativou Marquês, Arca d'Água, Cordoaria, São Lázaro e Passeio Alegre. Estar em retração não significa, neste caso, deixar de funcionar. O levantamento não identificou novos coretos tradicionais como resposta corrente aos espaços públicos contemporâneos, mas os exemplares existentes continuam capazes de receber o programa que lhes deu origem. A tipologia permanece sobretudo através da arquitetura herdada e da possibilidade de reativação.

A história da família inclui ainda dois desaparecimentos permanentes já documentados: o primeiro palco-coreto dos Jardins do Palácio de Cristal, desaparecido entre 1878 e julho de 1882, e o primeiro coreto de São Lázaro, substituído em 1911. A permanência posterior da música ou de outro coreto no mesmo território não elimina a perda material das estruturas anteriores.

A investigação identificou também ocorrências não permanentes, pertencentes à tradição dos coretos armados ou volantes. Ao contrário das estruturas fixas, eram montados apenas durante o acontecimento, recorrendo frequentemente a soluções leves e desmontáveis, com madeira, tecidos e outros materiais pouco duráveis, e formas variáveis consoante a festa, o lugar e o aparato pretendido. Na Rua de Santa Catarina, junto à Rua de Passos Manuel, fontes históricas referem a montagem de um coreto para atuação de bandas filarmónicas.[127] Embora não se conheçam a data, configuração ou materiais deste exemplar, a documentação confirma o seu caráter temporário. Em 1894, durante as Comemorações Henriquinas, o Campo da Regeneração, atual Praça da República, recebeu outro coreto efémero, identificado por *O Occidente* como o «Coreto onde se executou o Hymno composto por A. Keil».[128] Nestes casos, a arquitetura existe durante o acontecimento e desaparece depois porque a curta duração pertence à própria conceção.

Para além dos coretos efémeros propriamente ditos, outras estruturas pavilhonares temporárias ampliam esta leitura. Em 1882, para os festejos de 9 de julho, foi levantado na então Praça de D. Pedro, atual Praça da Liberdade, um pavilhão projetado por Tomás Soller. *A Arte Portugueza* publicou a planta e a elevação e esclareceu que a construção se destinava a acolher a família real durante as solenidades comemorativas da entrada do exército liberal no Porto, encontrando-se entre dois outros pavilhões destinados a autoridades e convidados.[129] Embora não

[127] PORTO D'HONRA, «Santa Catarina: da Batalha à Rua Formosa», 2023.
[128] O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro, ano XVII, n.º 550, Lisboa, 1 abr. 1894, p. 85.
[129] *A Arte Portugueza*, n.º 7, Porto, 1882, p. 60.

exista documentação que comprove utilização musical, o projeto revela uma pequena arquitetura autónoma, temporária e cerimonial, próxima da lógica pavilhonar dos coretos.

Uma condição comparável reaparece nas Comemorações Henriquinas de 1894, realizadas com particular expressão na Praça do Infante D. Henrique, onde estruturas temporárias participaram na construção cénica e representativa do espaço público durante os festejos. A fotografia deste episódio permite documentar materialmente essa presença efémera e mostrar como pequenas construções de carácter temporário podiam organizar visibilidade, reunião e representação coletiva. Mais do que classificá-las como coretos em sentido estrito, interessam aqui como arquiteturas pavilhonares afins, cuja relação com o acontecimento dependia precisamente da sua montagem temporária no espaço urbano.

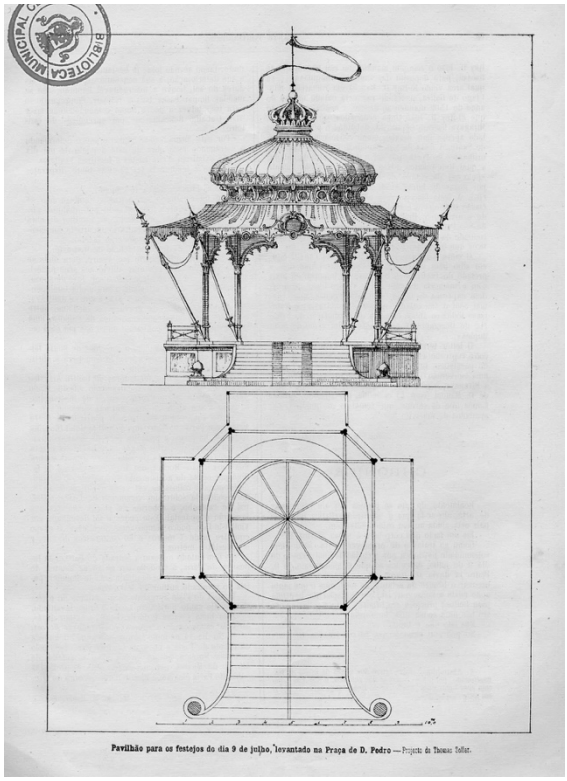


Figura 122 - Projeto de pavilhão temporário para a Praça de D. Pedro, atual Praça da Liberdade, Porto, 1882.



Figura 123 - Estruturas temporárias das Comemorações Henriquinas na Praça do Infante D. Henrique, Porto, 1894.

Estes casos não devem ser confundidos com coretos permanentes desaparecidos. Nas estruturas festivas, a desmontagem pertence à própria conceção e não representa necessariamente perda ou obsolescência. O coreto fixo sedimenta-se no jardim e participa da memória longa do lugar, o temporário reorganiza durante algumas horas ou dias a distribuição de pessoas, olhares e permanências, devolvendo depois o espaço à configuração anterior. Em ambos, uma construção de pequena escala atua sobre uma área muito superior àquela que ocupa.



Figura 124 – Pormenor de marco postal cilíndrico tradicional junto à Biblioteca Municipal do Porto, 2026.

5.1.8 Marcos e caixas postais

Arquivo visual. Como complemento à seleção analisada, encontra-se disponível o **arquivo visual** completo desta família, que reúne as imagens históricas localizadas e o levantamento fotográfico autoral de 2026.

A última família conduz a micro-arquitetura quase ao limite mínimo da autonomia arquitetónica. O marco postal não contém o corpo, não oferece abrigo e não produz um interior utilizável. Ainda assim, possui implantação própria, volume, base, corpo, abertura funcional, coroamento e uma posição construída para um gesto preciso. O utilizador aproxima-se, orienta-se diante da abertura, deposita a correspondência e continua o percurso.

A distribuição deste serviço pelo espaço urbano antecede o marco cilíndrico hoje mais facilmente reconhecível. Em 1828 foi determinada a instalação no Porto de dois ou três pontos destinados à receção de correspondência, reduzindo a dependência da administração postal central. Em 1834, a documentação regista locais de receção na Porta Nobre, esquina da Rua dos Ingleses com a Rua de São João, Feira de São Bento das Freiras, Largo da Batalha, Santo Ildefonso, Bonjardim, Rua do Almada e Cedofeita. A organização da cidade em distritos postais, documentada em 1854, reforçava esta distribuição territorial.[130]

Estas primeiras ocorrências mostram sobretudo a progressiva distribuição territorial do serviço. A forma concreta de cada exemplar nem sempre é conhecida, pelo que descrições genéricas de caixas em madeira ou ferro não devem ser transferidas automaticamente para casos particulares.

A caixa instalada em 1872 na Casa Havaneza constitui um caso de localização documentalmente segura, embora de configuração material desconhecida. Em 21 de junho desse ano, o *Jornal do Porto* noticiava a colocação de uma caixa de correio no estabelecimento da Rua de Santo António, esquina com a Rua de Santa Catarina, atual confluência da Rua de 31 de Janeiro com Santa Catarina, respondendo a uma necessidade anteriormente reclamada pelos moradores.[131] A referência permite reconhecer a associação do dispositivo a uma arquitetura existente, mas não determinar se se encontrava fixado à fachada, à entrada ou instalado de outro modo.

A introdução dos marcos cilíndricos, documentada em 1882, altera este princípio. O ponto de receção autonomiza-se de um suporte arquitetónico e passa a possuir corpo próprio no espaço público. A data não implica o desaparecimento imediato das caixas anteriores, que poderiam

[130] CONCEIÇÃO, Américo; GOMES, Simão, «Rua do Conde de Vizela e a distribuição do correio», *Porto de Antanho*, 6 ago. 2017.
[131] *Jornal do Porto*, Porto, 21 jun. 1872, p. 2.

coexistir com os novos modelos. O que se transforma é a relação tipológica entre dispositivo e território: o serviço deixa de depender necessariamente de outra arquitetura para poder implantar-se diretamente no passeio, largo ou percurso.

Uma fotografia de finais do século XIX junto da Biblioteca Pública Municipal constitui um dos testemunhos mais claros desta autonomia. O marco cilíndrico surge junto ao limite do passeio, próximo da Biblioteca mas materialmente independente dela, reconhecível a partir de diferentes direções e funcionalmente orientado pela abertura postal. O exemplar histórico desapareceu; a existência atual de outro marco no mesmo território demonstra permanência tipológica e funcional, mas não continuidade material entre ambos.[132]



Figura 125 - Marco postal junto à Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2026.

A permanência da forma cilíndrica ao longo de sucessivas gerações distingue esta família de outras em retração mais avançada. Base, corpo vertical, abertura horizontal, porta de recolha e coroamento mantêm uma leitura reconhecível, embora materiais, grafismos e componentes tenham sofrido alterações. Ao contrário da caixa mural, o marco possui autonomia relativamente ao edifício e pode ocupar diretamente uma pequena parcela do passeio ou largo, mantendo apenas uma frente funcional definida pela abertura. Isto não significa que os exemplares observados em

[132] CONCEIÇÃO, Américo; GOMES, Simão, «Rua do Conde de Vizela e a distribuição do correio», Porto de Antanho, 6 ago. 2017.

2026 provenham materialmente da geração introduzida em 1882, o que permanece é um princípio arquitetónico de longa duração.



Figura 126 - Marco postal na Rua São Roque da Lameira, Porto, 2026.



Figura 127 - Marco postal na Praça do Campo Grande, Porto, 2026.

Na Vilarinha, o marco postal surge próximo da estrutura de água. Não existe relação funcional entre ambos, mas as duas micro-arquiteturas tornam visíveis redes independentes e organizam ações exteriores breves, permitindo comparar a forma como serviços distintos se materializam na rua através de pequenos pontos construídos.

As caixas murais existentes na Rua das Flores e em Miragaia permanecem relevantes para compreender a família postal, mas situam-se no limite da definição operativa de micro-arquitetura. Dependem materialmente da fachada e não possuem uma implantação autónoma comparável à do marco cilíndrico, embora continuem a organizar uma ação pública concreta de acesso à rede postal. Interessa, por isso, entendê-las como interfaces postais integradas numa arquitetura de suporte e não como exemplares nucleares do corpus.



Figura 128 - Marco postal junto à Fonte da Vilarinha, Porto, 2026.



Figura 129 - Caixa postal mural em Miragaia, Porto, 2026.

A implantação de um marco pode também transformar-se sem que a tipologia desapareça. Na requalificação da Rua de Serralves, concluída em fevereiro de 2021, a GO Porto documenta a preservação e relocalização de elementos preexistentes, incluindo o marco postal. Trata-se, portanto, de um caso em que a permanência material é acompanhada por uma alteração da implantação.[133]

Também a superfície pode transformar-se sem alterar significativamente o tipo. Em 2024, dezoito marcos do Porto receberam grafismos associados às comemorações dos duzentos anos da Vista Alegre. A intervenção modificou a imagem exterior, mantendo volume, implantação e princípio funcional. Trata-se de uma alteração gráfica da estrutura existente, não de uma nova categoria arquitetónica.[134] A intervenção acrescenta uma camada visual temporária a um objeto já consolidado na paisagem urbana, sem alterar a relação básica entre utilizador, abertura de depósito e rede postal. O reconhecimento do marco mantém-se, embora a sua presença gráfica adquira momentaneamente maior destaque no espaço público.

[133] GO PORTO – GESTÃO E OBRAS DO PORTO, EM, «Obras de reabilitação na Rua de Serralves estão concluídas», 2 fev. 2021.
[134] CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, «CTT homenageiam Vista Alegre nas comemorações dos 200 anos da empresa», 30 jul. 2024.



Figura 130 - Marco postal na Rua do Passeio Alegre com intervenção gráfica comemorativa dos 200 anos da Vista Alegre, Porto, intervenção de 2024, 2026.

A estabilidade formal ocorre num momento de transformação profunda da prática postal. O correio endereçado diminuiu de 421,1 milhões de objetos em 2023 para 385,4 milhões em 2024 e 352,1 milhões em 2025, enquanto Expresso e Encomendas ganhou peso crescente nas operações dos CTT.[135] Esta retração do uso não corresponde, contudo, a um desaparecimento equivalente da infraestrutura física: a rede nacional de marcos e caixas mantinha 9 607 pontos geográficos em 2024, face a 9 619 no ano anterior.[136] Permanece, assim, uma rede territorial extensa enquanto diminui a centralidade quotidiana do gesto para o qual foi originalmente multiplicada.

O marco encontra-se, por isso, numa situação distinta da cabine telefónica: a utilização permanece e a tipologia continua funcional, embora a prática que justificou a sua multiplicação tenha perdido centralidade. Trata-se de uma transformação em curso, não de uma obsolescência consumada.

As soluções postais recentes interessam apenas como contraponto. Na Rua D. Manuel II, o levantamento identificou um Marco Postal Especial, equipamento de autosserviço que reúne diferentes operações postais e cuja localização é igualmente reconhecida pelos CTT.[137] Fora do núcleo histórico do corpus, permite observar uma transformação da relação entre corpo e serviço:

[135] CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, *Relatório Integrado 2024*, 2025; CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, *Relatório Integrado 2025*, 2026.
[136] ANACOM, *Rede postal e oferta de serviços dos CTT – Correios de Portugal, S.A.*, relatório relativo a 2024, 2025.
[137] CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, «Espaço 24h», s.d.

o gesto único e breve diante da abertura do marco tradicional dá lugar a uma superfície multifuncional, capaz de suportar diferentes operações e maior tempo de interação.

O Marco de Correio de Nova Geração, lançado pelos CTT em 2024 e com implementação documentada no Porto em 2025, corresponde a uma evolução posterior deste princípio, reunindo depósito de correspondência, cacifos, venda de produtos postais e interfaces digitais.[138] A documentação consultada não permitiu determinar a localização exata do exemplar portuense desta geração, pelo que não deve ser identificado com o equipamento da Rua D. Manuel II.

Estas referências contemporâneas não alteram o centro da análise. O marco cilíndrico tradicional permanece fundamental porque permite observar uma tipologia histórica ainda ativa num momento em que a prática que lhe deu origem se transforma. A continuidade da forma não significa imobilidade do sistema.

Entre a caixa dependente de uma fachada, o marco cilíndrico autónomo e os recentes dispositivos multifuncionais não existe uma sucessão simples em que cada solução elimine a anterior. Diferentes formas podem coexistir porque respondem a momentos, escalas e operações distintas da mesma rede.

A permanência do marco tradicional permite ainda observar uma relação particularmente estável entre gesto e forma. A aproximação continua a ser breve e dirigida a uma abertura específica, através da qual a correspondência é transferida para uma rede muito mais extensa. Mesmo quando a frequência desse gesto diminui, a arquitetura mantém legível a ação para a qual foi concebida.

Essa legibilidade distingue o marco de outras micro-arquiteturas cuja função se tornou difícil de reconhecer depois da perda de uso. A abertura de depósito, a escala do corpo e a posição no percurso continuam a comunicar de forma direta a finalidade do equipamento. A redução da utilização não produz, portanto, imediatamente uma perda de significado arquitetónico.

A transformação da rede postal manifesta-se antes na coexistência entre diferentes formas de acesso. O gesto simples de depositar uma carta continua disponível no marco tradicional, enquanto equipamentos recentes incorporam operações mais diversas e tempos de interação mais prolongados. A inovação não elimina necessariamente a interface anterior, acrescentando novas possibilidades a uma infraestrutura que permanece territorialmente distribuída.

[138] CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, «CTT lançam marcos do correio de nova geração», 9 maio 2024; CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, *Relatório Integrado do 1.º Semestre de 2025*, 2025, p. 71.

O levantamento mostra, assim, uma família em que matéria, função e reconhecimento permanecem ainda fortemente associados, apesar da redução da centralidade quotidiana do correio endereçado. A transformação torna-se visível menos pelo desaparecimento imediato das estruturas do que pela mudança de intensidade do uso e pela diversificação das formas através das quais o serviço se apresenta no espaço urbano.

O correio encerra, assim, o levantamento das famílias nucleares numa posição intermédia entre permanência e transformação. A forma histórica continua reconhecível, o programa ainda funciona e a rede permanece ativa, embora coexistam atualmente outras formas de interface com o serviço postal.



Figura 131 - Pormenores de diferentes famílias de micro-arquiteturas registadas no levantamento, Porto, 2026.

5.1.9 Leitura transversal do levantamento

Consideradas em conjunto, as oito famílias deixam de constituir apenas um inventário tipológico. O levantamento revela um sistema de diferenças arquitetónicas que atravessa programas, formas e cronologias distintas e permite compará-las através de relações mais fundamentais: a posição do corpo, o grau de interioridade, a implantação, a extensão do uso para além do perímetro construído, a dependência de redes maiores e os diferentes estados em que estas estruturas foram observadas no levantamento.

A relação com o corpo constitui uma das diferenças mais imediatas. Algumas micro-arquiteturas recebem o utilizador no interior, outras contêm sobretudo quem presta o serviço, outras protegem sem fechar e outras não acolhem qualquer corpo, limitando-se a organizar a sua posição diante de uma superfície ou abertura. A cabine telefónica produz um interior individual mínimo, o sanitário acrescenta-lhe uma exigência de privacidade, no quiosque, o operador permanece dentro enquanto o utilizador ocupa o exterior, o lavadouro cria um espaço coletivo de permanência através da articulação entre tanque, área de trabalho e circulação, o coreto contém os intérpretes mas depende do espaço exterior para completar o programa, fontes, fontanários e marcos postais mantêm o corpo fora da estrutura e organizam gestos de duração mais breve.

O levantamento evidencia formas de implantação muito distintas, desde estruturas destacadas em largos e jardins até elementos absorvidos por muros, escadarias, encostas ou situações parcialmente enterradas. Essa diversidade acompanha também a geografia do uso quotidiano. Sem permitir estabelecer uma relação mecânica entre densidade habitacional e concentração de micro-arquiteturas, nem reconstruir automaticamente a intenção de cada localização, o levantamento mostra a recorrência destes serviços em lugares marcados por percursos, permanências e atividades, como bairros habitacionais, eixos de passagem, largos, jardins, mercados, frentes de água ou zonas de trabalho.

O levantamento evidencia ainda que conservação material e vitalidade funcional não coincidem necessariamente. Em 2026, estruturas com sinais de degradação mantinham utilização, enquanto outras, materialmente reconhecíveis e bem conservadas, já não desempenhavam a função original, o contraste entre o fontanário observado em uso no Passeio das Fontainhas e as cabines telefónicas desativadas constitui um exemplo particularmente claro dessa diferença.

A leitura transversal permite ainda distinguir diferentes relações entre micro-arquiteturas que surgem próximas no território.

Mompilher representa uma situação de proximidade espacial: quiosque, cabine telefónica, fontanário e Sanitário da Picaria coexistem num território muito reduzido, sem que esteja documentada uma relação funcional comum entre as quatro estruturas. O Passeio Alegre apresenta outra situação. Coreto, sanitários, chafariz e Chalet Suíço participam da construção programática do mesmo jardim e contribuem para a diversidade de ações que este pode acolher, mas a coexistência não implica dependência funcional entre as estruturas. Música, higiene, água e comércio encontram respostas arquitetónicas próprias dentro de uma composição pública comum. Noêda pertence a uma terceira condição. A documentação permite reconhecer uma relação hidráulica efetiva entre nascente, condução de água, fonte e lavadouro. A proximidade deixa aqui de ser apenas territorial e passa a integrar um sistema funcional, no qual diferentes estruturas especializam momentos distintos da utilização da mesma água.[139] Esta distinção é metodologicamente necessária: a proximidade espacial ou a coexistência num mesmo espaço público não permitem, por si só, estabelecer uma relação funcional entre estruturas. No levantamento, essa relação apenas é afirmada quando encontra suporte documental.

As famílias diferem também na relação entre repetição e singularidade. Os fontanários revelam uma lógica de rede através da repetição de modelos e pequenas variações, as cabines vermelhas permitem observar estados funcionais diferentes dentro de uma forma muito semelhante, os marcos postais preservam um princípio tipológico reconhecível em múltiplas implantações. Nas fontes, lavadouros ou coretos, pelo contrário, topografia, dimensão, cobertura, orientação e história individual produzem diferenças que exigem uma leitura mais específica de cada caso.

Também a área arquitetonicamente ativada ultrapassa frequentemente a matéria construída. O quiosque necessita do espaço exterior diante dos balcões, o lavadouro prolonga-se através de circulação e secagem, podendo incluir coradouro, o fontanário exige uma área de aproximação, o coreto pode reorganizar temporariamente uma parte significativa do jardim, uma fonte integrada numa encosta depende das escadas, muros e diferenças de cota que conduzem até ela. O perímetro material é reduzido, mas o espaço necessário ao uso pode ser bastante maior.

Algumas micro-arquiteturas funcionam ainda como pontos de acesso visíveis a redes urbanas muito mais extensas, particularmente nos sistemas de água, comunicação telefónica e serviço postal. A permanência dessas interfaces varia, contudo, consoante a transformação da própria rede

[139] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte da Noeda»; «Lavadouro de Noeda», *Porto Water City*.

e da necessidade que lhes deu origem. As soluções muito recentes referidas ao longo do levantamento não constituem uma ampliação do corpus histórico. Surgem apenas quando permitem tornar legível essa continuidade ou transformação. Um quiosque recente demonstra que o atendimento comercial de pequena escala permanece apesar de modificado, um dispositivo postal atual mostra que o serviço pode assumir outras interfaces, uma solução sanitária contemporânea confirma a permanência de uma necessidade através de outra resposta. O interesse está no contraste que produzem com as genealogias históricas, não no seu estudo enquanto novos protagonistas do levantamento.

A permanência não se restringe às áreas mais centrais ou patrimonialmente valorizadas. Se a Baixa concentra documentação, visibilidade e vários casos preservados, relações entre água, topografia, lavagem ou usos residuais permanecem também em Noêda, Contumil, Bonjóia, Ramalde ou Vilar. O levantamento não permite, por isso, estabelecer uma correspondência automática entre centralidade urbana, densidade habitacional e conservação. O levantamento regista condições muito distintas de permanência e uso: estruturas ativas, utilizações residuais, programas sazonais ou intermitentes, adaptações, réplicas, peças deslocadas, fragmentos, construções sem função e lugares onde a micro-arquitetura já desapareceu. Estes estados correspondem a um momento específico de uma cidade em transformação, não a condições definitivas.

O confronto entre iconografia histórica e levantamento contemporâneo permite reconhecer não apenas a permanência ou desaparecimento dos objetos, mas também alterações de cota, vegetação, pavimento, tráfego, construções adjacentes, acessos e espaço disponível em redor. A fotografia torna comparáveis relações espaciais que a classificação isolada não consegue representar, sem substituir a documentação histórica nem preencher as suas lacunas. Acrescenta, antes, a condição arquitetónica observada em 2026 àquilo que o arquivo permite demonstrar. A coerência do corpus não depende de uma forma, material ou cronologia comuns, mas das relações transversais que podem ser estabelecidas entre estruturas distintas. Uma vez reconhecido este campo amplo, aumentar indefinidamente o número de ocorrências acrescentaria sobretudo quantidade. A seleção dos casos seguintes assenta, por isso, na documentação disponível, na possibilidade de confronto entre arquivo e levantamento e na diversidade das trajetórias que permitem acompanhar com maior profundidade.

A passagem do levantamento amplo para uma observação mais próxima corresponde, assim, a uma mudança de escala. Depois de reconhecer como estas estruturas se configuram, onde se implantam e em que condições chegaram ao presente, torna-se possível acompanhar com maior precisão a construção dessas trajetórias no tempo e os seus efeitos atuais sobre o lugar.



Figura 132 - Lavadouros de Bonjóia sob a Via de Cintura Interna, Porto, 2026.

5.2 Estudo de exemplos existentes, transformados e desaparecidos: espaço, uso e memória

Os casos seguintes aprofundam situações em que a documentação histórica, a iconografia e o levantamento de 2026 permitem acompanhar, numa escala mais próxima, transformações territoriais e temporais específicas.

5.2.1 Bonjóia: permanência in situ e transformação do contexto

Fonte, lavadouros e antigos tanques, coluna comemorativa, Capela ou Memória da Fonte da Senhora e vestígios do aqueduto formam hoje em Bonjóia um território de sobreposições sucessivas, dominado pela presença posterior da Via de Cintura Interna.



Figura 133 - Fonte de Bonjóia, coluna comemorativa e estruturas de lavagem, Bonjóia, Porto, 1908.

A água antecede as camadas memorial e infraestrutural que hoje se encontram no lugar. A fonte atualmente observável organiza-se como um corpo pétreo frontal, encostado ao pano murário e composto por embasamento, espaldar retangular, bica central de baixa altura e pequeno tanque de receção ao nível do chão. O remate superior moldurado, marcado por um motivo cruciforme central, introduz um grau de formalização que distingue a peça do aparelho pétreo mais irregular que a enquadra. A escala é baixa e a relação com o corpo faz-se por aproximação direta, adequada

a encher recipientes ou recolher água junto da bica. A coluna existente junto da fonte regista o episódio associado a 23 de março de 1772, data distinta da cronologia da própria construção da fonte, e as fotografias de 1908 documentam já a relação entre fonte, coluna e estruturas de lavagem. Em 1961, a Capela ou Memória da Fonte da Senhora ocupou uma área anteriormente associada a tanques, substituindo parte de um espaço funcional dedicado à água e ao trabalho por uma presença predominantemente memorial e devocional.[140]



Figura 134 - Aspeto da fonte da Bonjóia e de um chafariz municipal, 1963.



Figura 135 – Fonte da Bonjóia, Porto, 1980.

Os lavadouros introduzem uma segunda ordem arquitetónica no conjunto. Se a fonte se define pela frontalidade e pelo contacto pontual com a água, a lavagem exige permanência, circulação envolvente e repetição de gestos. Na condição atual, observam-se tanques de desenho regular e geometria depurada, organizados como volumes baixos e abertos sob a infraestrutura viária. A nitidez construtiva destas peças contrasta com a materialidade pétrea e mais espessa da fonte, aconselhando prudência quanto a uma continuidade material linear entre os lavadouros hoje existentes e as estruturas documentadas em 1908. O que a documentação e o levantamento permitem afirmar com maior segurança é a permanência do lugar de lavagem, mais do que a integridade material de cada uma das suas configurações.

Essa permanência é relevante porque preserva uma relação espacial distinta da fonte. Enquanto a aproximação à bica se concentra num ponto frontal e numa ação breve, a lavagem distribui o corpo ao longo dos tanques e exige uma ocupação mais prolongada do espaço. Mesmo sem assegurar continuidade material integral, a implantação atual conserva a leitura de uma área destinada a permanecer, circular e trabalhar em torno da água. A diferença entre fonte e lavadouro torna-se, assim, legível não apenas pela forma, mas também pelo tempo e pela posição do corpo que cada estrutura exige.

[140] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «O milagre por detrás da Fonte da Senhora de Campanhã», "Porto Water City", 14 out. 2025; ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte de Bonjóia», "Porto Water City".



Figura 136 - Lavadouros de Bonjóia sob a Via de Cintura Interna, Porto, 2026.



Figura 137 – Pormenor dos lavadouros de Bonjóia sob a Via de Cintura Interna, Porto, 2026.

O aqueduto acrescenta uma escala territorial à presença da água, mas a relação entre todos os componentes do conjunto não deve ser reconstruída por analogia. A documentação permite reconhecer a existência do aqueduto e a sua afetação pela construção da VCI.[141] É precisamente a chegada da grande infraestrutura viária que produz a transformação espacial mais radical. A fonte e parte das estruturas associadas permanecem na área histórica de Bonjóia, mas a VCI altera luz, ruído, enquadramento, continuidade dos percursos e proporção percebida. O viaduto introduz sobre as pequenas arquiteturas uma escala que não deriva do sistema de água nem da memória religiosa e passa a dominar fisicamente ambas.

A relação entre corpo e arquitetura torna essa mudança particularmente evidente. Fonte e lavadouros pertencem a ações próximas e lentas: aproximar-se da bica, pousar recipientes, lavar, enxaguar e permanecer. A VCI introduz sobre estas práticas um teto contínuo de betão armado, uma malha de apoios e uma lógica de atravessamento rápido que reordena profundamente a perceção do lugar. A fonte passa a ler-se como peça encaixada num vão residual, enquanto os tanques de lavagem se dispõem num espaço amplo mas sem a abertura e a continuidade

[141] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Aqueduto da Bonjóia», *Porto Water City*; ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «O milagre por detrás da Fonte da Senhora de Campanhã», *Porto Water City*, 14 out. 2025.

paisagística que historicamente os enquadravam. A micro-arquitetura continua materialmente presente, mas o campo espacial através do qual é percebida passou a ser determinado por uma construção incomparavelmente maior.



Figura 138 - Fonte de Bonjóia, estruturas de lavagem e aqueduto, Porto, 1908.



Figura 139- Fonte de Bonjóia ou Fonte da Senhora de Campanhã, Porto, 2026.

A invisibilidade de Bonjóia não resulta do desaparecimento da fonte ou do lavadouro, mas da alteração da hierarquia do lugar. A implantação histórica permanece e vários elementos continuam reconhecíveis, enquanto o contexto que lhes atribuía escala e continuidade foi profundamente transformado. Preservar in situ não significa, por si só, preservar a situação arquitetónica.

A permanência no lugar conserva, ainda assim, uma relação territorial que não existe nos casos de deslocação. Fonte e lavadouros continuam associados ao mesmo núcleo de Bonjóia e podem ser confrontados diretamente com a documentação histórica. O que se alterou não foi, portanto, a posição absoluta das estruturas, mas o sistema de relações que as enquadra e através do qual são percebidas. O lugar permanece geograficamente reconhecível, embora a experiência espacial seja já profundamente distinta.

Esta diferença torna-se particularmente evidente na escala. As pequenas estruturas relacionadas com a água foram concebidas para uma leitura próxima, dependente da aproximação do corpo e de ações realizadas junto ao solo. A VCI introduz uma dimensão construtiva muito superior, cujo peso visual e físico reorganiza inevitavelmente a hierarquia do conjunto. Aquilo que anteriormente participava diretamente da definição do lugar passa a ocupar uma posição subordinada dentro de uma infraestrutura de outra escala e de outra lógica.

Bonjóia permite também observar a sobreposição de tempos sem os reduzir a uma sequência homogénea. A fonte, as estruturas de lavagem, a coluna comemorativa, a Capela ou Memória e a infraestrutura viária pertencem a momentos, funções e sistemas diferentes. A proximidade atual entre estes elementos não significa que tenham formado uma unidade funcional; demonstra antes como o mesmo território acumulou sucessivamente água, trabalho, memória religiosa e circulação viária. A leitura contemporânea resulta precisamente dessa sobreposição.

A transformação do contexto afeta ainda a forma como o lugar é atravessado. As práticas associadas à fonte e aos lavadouros implicavam aproximação, permanência e repetição, enquanto a infraestrutura viária introduz uma lógica dominante de velocidade e passagem. Mesmo quando o espaço sob o viaduto continua fisicamente acessível, a experiência deixa de ser organizada prioritariamente pelas pequenas arquiteturas que ali permanecem. A mudança não elimina os objetos, mas altera a capacidade que tinham de estruturar a perceção e o uso do território envolvente.

O caso de Bonjóia mostra, assim, uma forma de invisibilidade produzida pela transformação do contexto e não pela ausência material. Fonte e lavadouros continuam suficientemente presentes para serem reconhecidos, mas já não ocupam a mesma posição na organização espacial do lugar. A permanência da matéria permite localizar e interpretar parte da história anterior; não restitui, contudo, as condições de escala, percurso e utilização que originalmente lhe davam sentido. É precisamente nessa distância entre permanecer no mesmo ponto e permanecer na mesma situação que reside a especificidade deste caso.



Figura 140 - Fonte da Praia do Ouro, Rua do Ouro, Porto, 2026.

5.2.2 Fonte da Praia do Ouro: permanência da matéria e deslocação da situação arquitetónica

Na Fonte da Praia do Ouro, a permanência material ocorre muito próxima do território histórico, mas através da perda das relações espaciais que originalmente definiam a arquitetura.

Também conhecida no início do século XX como Fonte do Félix, a estrutura encontrava-se na margem do Douro, integrada no paredão do antigo Cais ou Estaleiro do Ouro. Em 1909, J. Bahia Júnior descrevia-a como uma fonte de nascente própria, composta por uma bica com pequeno tanque e, lateralmente, por um tanque de maiores dimensões destinado à lavagem, alimentado pelas águas excedentes do primeiro. Fonte e lavadouro não constituíam, portanto, duas estruturas apenas próximas. Formavam uma sequência hidráulica direta entre nascente, bica, recolha de água e lavagem.[142]



Figura 141 - Fonte da Praia do Ouro e antigo lavadouro, Porto, início do século XX.

[142] BAHIA JÚNIOR, José da Silva Ferreira, *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potavel*, Porto: Typographia Encyclopedia Portugueza, 1909, p. 90; SANTOS, Arminda; PACHECO, Luís; GIRÃO, Miguel; CLARE, Richard, *As nossas memórias — as fontes do Porto*, vol. I, Porto: Edições Afrontamento / Clube UNESCO da Cidade do Porto, 2015; ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte da Praia do Ouro», *Porto Water City*.

A implantação era parte essencial desse sistema. A fonte encontrava-se abaixo da cota da estrada marginal e era alcançada através de uma escadaria que descia até uma pequena plataforma junto ao rio. O utilizador abandonava, assim, a cota da Rua do Ouro antes de alcançar a água. Estrada, escadas, paredão, fonte, lavadouro e margem formavam uma única sequência de aproximação. A nascente situava-se a curta distância, numa propriedade próxima, e a pequena porta metálica existente sobre a bica correspondia ao acesso à mina.[143]

A proximidade do Douro não constituía apenas enquadramento paisagístico. Durante marés vivas, a subida da água podia atingir a implantação inferior e impedir a utilização da fonte. A relação entre água doce e água fluvial encontrava-se, deste modo, inscrita na própria secção arquitetónica: a nascente chegava da encosta, enquanto o rio condicionava exteriormente o acesso e o funcionamento. Topografia e hidrologia participavam diretamente da micro-arquitetura.

Arquitetonicamente, a composição era simples, mas dependia dessa articulação territorial. O espaldar em granito era enquadrado por elementos laterais e possuía um corpo central ligeiramente destacado, rematado superiormente por uma cornija. No eixo situavam-se a bica e a pequena abertura metálica associada à mina. Na base, o pequeno tanque recebia diretamente a água e o lavadouro prolongava horizontalmente o conjunto. A leitura da fonte não terminava, portanto, no alçado. A sua arquitetura estendia-se através do tanque, da área de lavagem, da plataforma de permanência e do percurso de descida até ao rio. Era esta continuidade entre peça construída e território envolvente que dava espessura espacial ao conjunto. A fonte funcionava, assim, como ponto de partida de uma situação arquitetónica mais ampla, articulada com a água, o trabalho e o percurso.

A transformação contemporânea preservou apenas parte desta condição. No contexto da requalificação do antigo Estaleiro do Ouro, a fonte e os tanques foram desmontados e a fonte foi posteriormente recomposta próximo da implantação histórica, mas numa cota superior e diretamente relacionada com o espaço público requalificado da Rua do Ouro. Os antigos lavadouros não regressaram, perdeu-se a ligação funcional à nascente histórica e desapareceu a condição em que o nível das marés interferia diretamente com a utilização. A permanência territorial é, por isso, apenas parcial: a fonte continua no Ouro, mas já não ocupa o mesmo lugar arquitetónico.[144]

---

[143] BAHIA JÚNIOR, José da Silva Ferreira, *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potavel*, Porto: Typographia Encyclopedia Portugueza, 1909, p. 90; SANTOS, Arminda; PACHECO, Luís; GIRÃO, Miguel; CLARE, Richard, *As nossas memórias — as fontes do Porto*, vol. I, Porto: Edições Afrontamento / Clube UNESCO da Cidade do Porto, 2015.

[144] ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, «Fonte da Praia do Ouro», *Porto Water City*; SANTOS, Arminda; PACHECO, Luís; GIRÃO, Miguel; CLARE, Richard, *As nossas memórias — as fontes do Porto*, vol. I, Porto: Edições Afrontamento / Clube UNESCO da Cidade do Porto, 2015; BELEZA, Vitorino; FERNANDES, Sofia, «Parte XVII — Massarelos», *O Porto e a água*, 26 dez. 2019.



Figura 142 - Fonte da Praia do Ouro no espaço público requalificado, Porto, 2026.



Figura 143 - Fonte da Praia do Ouro, Rua do Ouro, Porto, 2026.

A alteração da cota modifica sobretudo a sequência corporal de acesso. Historicamente, alcançar a fonte implicava descer da estrada marginal em direção à água e permanecer numa pequena plataforma encaixada entre o paredão e o Douro. Atualmente, a aproximação ocorre praticamente à cota do percurso requalificado. A fonte tornou-se mais diretamente visível e acessível, mas essa maior exposição física corresponde paradoxalmente a uma menor legibilidade do sistema histórico: já não é possível perceber pela configuração atual de onde vinha a água, onde se desenvolvia o lavadouro ou de que modo o rio interferia com o funcionamento.

A perda do lavadouro é particularmente significativa. A reconstrução preservou a parte mais facilmente individualizável e reconhecível do conjunto, o espaldar e a imagem da fonte, enquanto desapareceu a extensão espacial dedicada à lavagem. O antigo sistema articulava um gesto breve de recolha de água com uma atividade de permanência mais prolongada. Ao desaparecer o tanque de lavagem, a arquitetura perde uma parte do programa que alargava a sua ocupação para além da bica e convertia aquele ponto da margem num pequeno lugar de trabalho quotidiano.

A Fonte da Praia do Ouro demonstra, assim, que uma deslocação de poucos metros e uma alteração relativamente reduzida de cota podem produzir uma transformação arquitetónica profunda. Nome, território e parte da forma permanecem reconhecíveis, mas desaparecem as

relações com a nascente, o lavadouro, as escadas, a implantação inferior e a variação das marés. A proximidade geográfica não equivale à continuidade da situação arquitetónica.

A reconstrução preserva, deste modo, a imagem mais reconhecível da fonte, mas não restitui o sistema espacial do qual essa imagem fazia parte. O espaldar continua a permitir a identificação do equipamento e a manter uma relação nominal e visual com o lugar, mas a leitura atual já não contém a mesma sequência entre nascente, bica, lavagem, escadas e margem. A permanência formal concentra-se numa parte do conjunto que anteriormente dependia de relações mais amplas para adquirir pleno sentido arquitetónico.

A alteração é igualmente perceptível na relação entre corpo e percurso. A descida histórica introduzia uma mudança de cota e um momento de afastamento relativamente à estrada, fazendo da aproximação à água uma sequência espacial específica. A situação atual elimina grande parte dessa transição e aproxima a fonte do plano corrente de circulação. Ganha-se acessibilidade direta, mas perde-se a experiência de entrada num pequeno recinto condicionado pela topografia e pela proximidade do rio.

Também a relação entre uso e permanência se torna mais reduzida. O antigo lavadouro prolongava a presença junto da água e introduzia uma atividade repetida, capaz de ocupar o lugar durante mais tempo do que o simples gesto de abastecimento. Com o seu desaparecimento, a fonte conserva uma presença construída, mas deixa de organizar a mesma extensão de práticas em redor. A redução do programa corresponde, assim, a uma redução da própria espacialidade quotidiana anteriormente produzida pelo conjunto.

O confronto entre documentação histórica e levantamento atual torna esta diferença particularmente legível. A observação da fonte isoladamente poderia sugerir uma continuidade maior do que aquela que efetivamente ocorreu; é a comparação com a implantação anterior que revela a perda de relações territoriais, hidráulicas e funcionais. A permanência da peça não deve, por isso, ser confundida com permanência integral da situação que lhe dava sentido.

A reconstrução preserva, deste modo, a imagem mais reconhecível da fonte, mas não restitui o sistema espacial do qual essa imagem fazia parte. O espaldar continua a permitir a identificação do equipamento e a manter uma relação visual com o lugar, mas a situação atual já não contém a mesma sequência entre nascente, bica, lavagem, escadas e margem. A permanência formal concentra-se, assim, numa parte do conjunto anteriormente dependente de relações territoriais e funcionais mais amplas.

A alteração é igualmente perceptível na relação entre corpo e percurso. A descida histórica introduzia uma mudança de cota e um momento de afastamento relativamente à estrada, enquanto a situação atual aproxima a fonte do plano corrente de circulação. Ganha-se acessibilidade direta, mas perde-se a experiência de aproximação a um pequeno recinto condicionado pela topografia, pela lavagem e pela proximidade do rio.



Figura 144 - Fonte da Praia do Ouro, pormenor do espaldar e acesso à antiga mina, Porto, 2026.

Bonjóia e a Praia do Ouro definem, deste modo, duas formas distintas de permanência parcial. Em Bonjóia, as pequenas arquiteturas permanecem no território enquanto uma infraestrutura posterior altera profundamente a escala e o enquadramento do lugar. Na Praia do Ouro, a transformação ocorre sobre a própria implantação: a fonte continua próxima do território de origem, mas é elevada, recomposta e separada das relações hidráulicas e espaciais que anteriormente a definiam. Nos dois casos, conservar matéria não significa conservar integralmente arquitetura.



Figura 145 - Envolvente da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Avenida Rodrigues de Freitas, 2026.

5.2.3 Envolvente da Biblioteca Pública Municipal: permanência da estrutura urbana e transformação das micro-arquiteturas

Na envolvente da Biblioteca Pública Municipal do Porto, particularmente na frente definida pela Avenida Rodrigues de Freitas e pela proximidade da Rua D. João IV, a permanência da grande estrutura urbana permite observar com particular clareza a transformação das pequenas arquiteturas que foram ocupando o espaço público. O antigo Convento de Santo António da Cidade, cuja construção se iniciou em 1783 e onde a Biblioteca Pública Municipal se instalou definitivamente em 1842, atravessa mais de um século de imagens como referência reconhecível, enquanto junto da fachada, do passeio e da esquina surgem diferentes estruturas associadas ao quotidiano.[145] Não se trata, contudo, de uma sucessão linear em que cada elemento substitui diretamente o anterior. As fotografias revelam antes diferentes configurações de um mesmo território, por vezes com várias micro-arquiteturas em simultâneo.

Uma fotografia de cerca de 1905, de Emílio Biel, mostra a Biblioteca numa configuração ainda bastante aberta do espaço envolvente, pontuada junto ao passeio por um marco postal. A escala do edifício domina a imagem, mas a presença do pequeno elemento introduz já uma ocupação específica daquele limite entre fachada, passeio e circulação.



Figura 146 - Biblioteca Pública Municipal do Porto e marco postal, c. 1900.

[145] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Edifício onde se encontra instalada a Biblioteca Pública Municipal do Porto», *Ulysses – Pesquisa de Património Imóvel*.

Outra fotografia do mesmo período, também atribuída a Emílio Biel e identificada como «Academia de Bellas Artes», revela uma ocupação mais complexa: um quiosque e um urinol surgem junto do edifício.[146] Como ambas as imagens são aproximadamente contemporâneas, não é possível estabelecer entre elas uma ordem de substituição. O que demonstram é que, já no início do século XX, esta frente urbana era sucessivamente apropriada por pequenas estruturas de serviço, cuja implantação aproveitava de formas distintas a relação com a arquitetura existente. O urinol encosta-se à fachada e integra-a na sua própria configuração; o quiosque, pelo contrário, autonomiza-se no passeio e constrói uma frente própria sobre o espaço de circulação.



Figura 147- Biblioteca Pública Municipal do Porto, com quiosque e urinol, c. 1905. Fotografia de Emílio Biel.

Esta condição permanece visível em 1939. Uma fotografia da Avenida Rodrigues de Freitas regista novamente um urinol junto à Biblioteca e um quiosque implantado poucos metros adiante.[147] A imagem é particularmente importante porque comprova a coexistência das duas tipologias no mesmo momento. Mais do que objetos isolados, formam uma sequência de pequenas presenças que espessam o limite do edifício e introduzem sucessivos pontos de uso ao longo do passeio. A

[146] BIEL, Emílio, «Bibliotheca Publica e Municipal do Porto», c. 1905; BIEL, Emílio, «Academia de Bellas Artes», c. 1905, Repositório Temático da Universidade do Porto.
[147] SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, fotografia n.º 00664336, 1939.

fotografia não permite, porém, relacionar materialmente este quiosque com o documentado em 1905 nem com estruturas comerciais posteriores.

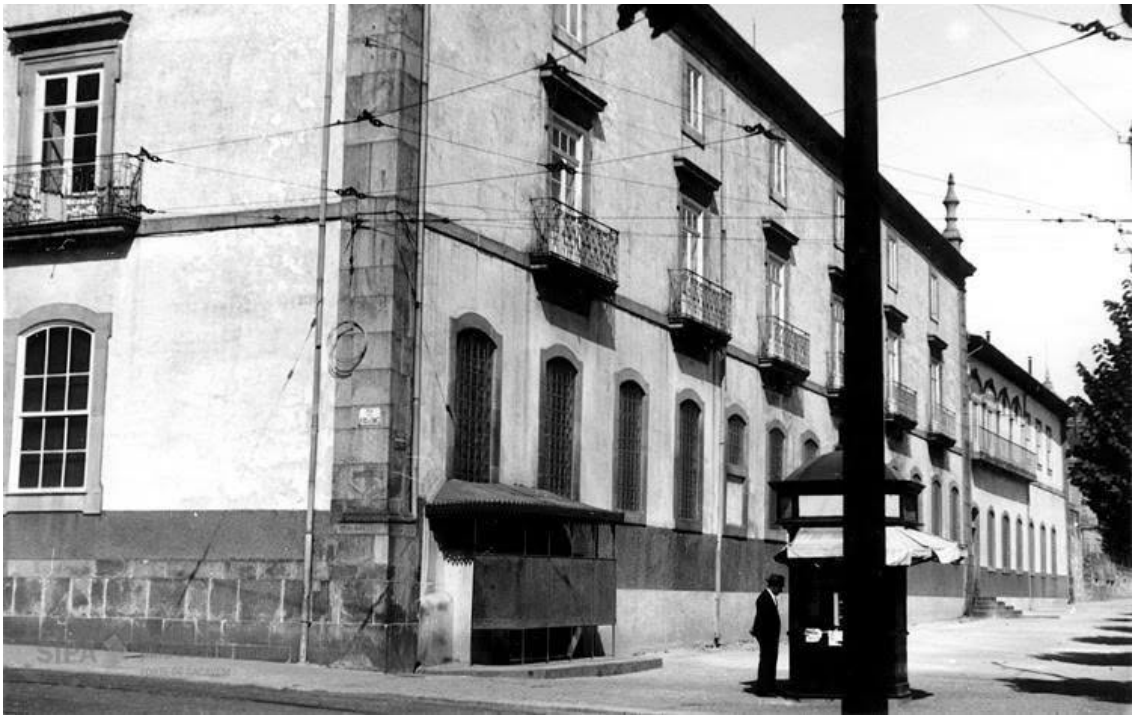


Figura 148 - Biblioteca Pública Municipal do Porto, com quiosque e marco postal, c. 1945–1950.

Numa fotografia de meados da década de 1940 ou início da seguinte, a configuração altera-se novamente. O urinol deixa de surgir no enquadramento, enquanto o quiosque e um marco postal ocupam a frente da Biblioteca. O edifício mantém praticamente a mesma presença de fundo, mas o espaço diante dele é recomposto por outras peças. Não é possível demonstrar continuidade material entre estes exemplares e os anteriores; a continuidade está antes na recorrência com que esta margem urbana recebe pequenas construções ligadas a serviços quotidianos.

A fotografia da década de 1990 conservada pelo Arquivo Municipal do Porto regista uma nova alteração. Diante da Biblioteca surgem agora uma cabine telefónica e um quiosque.[148] A imagem mantém surpreendentemente legível a mesma estrutura urbana das décadas anteriores, mas a linguagem das pequenas construções mudou. A cabine, estreita e envidraçada, introduz uma presença mais técnica e normalizada, enquanto o quiosque mantém uma ocupação mais larga e aberta sobre o passeio. A proximidade entre ambos volta a demonstrar que este território não era ocupado por uma única micro-arquitetura de cada vez, mas por combinações sucessivas de pequenas estruturas.

[148] ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, «Obras exteriores na Biblioteca Pública, destacando-se uma cabine telefónica e um Quiosque. Na Avenida Rodrigues de Freitas», GISA, [199?].



Figura 149 - Cabine telefónica e quiosque junto à Biblioteca Pública Municipal do Porto, década de 1990.

É neste mesmo território que se torna particularmente relevante o chamado Quiosque Amarelo, posteriormente conhecido como Quiosque do Piorio. Uma reportagem publicada em 2016 identifica a construção como pertencente à década de 1960 e refere que, menos de dez anos antes, ainda funcionava como ponto de venda de jornais e revistas.[149] A sua relação com os quiosques anteriormente documentados não pode ser estabelecida materialmente, mas a permanência de uma pequena construção comercial nesta envolvente prolonga uma forma de ocupação já visível nas fotografias anteriores.

Em julho de 2016, a estrutura foi cedida ao projeto The Worst Tours. A mudança de programa alterou profundamente aquilo que ali acontecia, mas não exigiu a substituição do quiosque. A pequena construção manteve-se capaz de receber outro uso porque a sua organização espacial continuava operativa: o interior, as aberturas e a relação direta com o passeio podiam acomodar informação, mapas, encontros e apresentação de percursos. A transformação demonstra, neste caso, que a permanência material não implica permanência funcional, mas também que uma arquitetura pode sobreviver precisamente porque admite reinterpretação.

[149] RIBEIRO, Amanda, «Worst Tours: mudar um quiosque como quem muda o mundo», *P3 / Público*, 16 out. 2016.



Figura 150 - Quiosque do Piorio durante a utilização pelas Worst Tours, Porto, 2016

A antiga cabine telefónica permanecia ainda próxima do quiosque em 2016, já sem telefone, sendo referida pelas Worst Tours como «teletransporte». A proximidade entre as duas estruturas torna visíveis dois processos distintos: o quiosque mantinha utilidade através da adaptação, enquanto a cabine sobrevivia sobretudo como invólucro depois de perdida a infraestrutura técnica que justificava o seu uso. O contraste não resulta apenas da função, mas da diferente capacidade que cada configuração arquitetónica oferecia para receber outra atividade.

A utilização pelas Worst Tours terminou em 31 de maio de 2018.[150] O fim do programa não correspondeu imediatamente ao desaparecimento da construção: durante mais de um ano, o quiosque permaneceu no espaço depois de cessar aquela utilização. Só em outubro de 2019 a perda se tornou material, quando o *Público* documentou a sua demolição.[151] O intervalo entre encerramento e remoção permite separar dois momentos que frequentemente se confundem: primeiro desaparece a atividade; depois desaparece a arquitetura.

[150] CORREIA PINTO, Mariana, «O adeus ao "Quiosque do Piorio" ou o sonho (im)possível de uma outra cidade», *P3 / Público*, 30 maio 2018; PACHECO PEREIRA, José, «Entradas: Quiosque do Piorio», *Ephemera – Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira*, 10 maio 2018; *Jornal Arquitectos*, n.º 257, «Porto Oriental», 2018.

[151] *Público*, «"Quiosque do piorio" demolido e espaço público sem futuro anunciado», 16 out. 2019; ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO, *Ata n.º 59*, sessão de 27 nov. 2023, p. 20.



Figura 151 - Demolição do Quiosque do Piorio, Porto, 16 out. 2019

Em 2026, a mesma esquina apresenta outra configuração. No ponto anteriormente ocupado pelo Quiosque do Piorio encontra-se a escultura de homenagem a António Cruz. O lugar permanece marcado por uma presença física, mas a relação urbana é diferente: onde existia uma pequena construção que se abria para o passeio e prolongava a atividade para o exterior, existe agora um elemento de carácter memorial. Não se trata de estabelecer uma hierarquia entre ambos, mas de reconhecer que a continuidade da ocupação física não significa continuidade da relação arquitetónica com o lugar.

Também permanece atualmente um marco postal cilíndrico na envolvente da Biblioteca. O levantamento de 2026 confirma a sua presença, mas não permite determinar a data de instalação nem o relacionar materialmente com os marcos históricos documentados nas fotografias anteriores. Os primeiros registos disponíveis no Google Street View já mostram o exemplar no ponto que ocupa hoje, pelo que a sua presença antecede o levantamento de 2026, sem que tenha sido possível determinar com precisão a data da sua instalação.[152]

[152] GOOGLE STREET VIEW, imagens históricas da Avenida Rodrigues de Freitas / envolvente da Biblioteca Pública Municipal do Porto;



Figura 152 - Marco postal e escultura atual junto à Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2026. Fotografia da autora.

A leitura destas imagens permite, assim, reconhecer uma permanência que não pertence aos objetos individualmente, mas ao próprio carácter desta frente urbana como lugar reiteradamente equipado. Ao longo do século XX e início do XXI, o mesmo limite entre edifício e espaço público recebeu estruturas diferentes, ora apoiadas na fachada, ora autónomas no passeio, ora coexistindo entre si. A grande arquitetura mantém a continuidade espacial; as pequenas arquiteturas alteram a espessura, os pontos de paragem e as formas de utilização desse espaço.

A envolvente da Biblioteca não é, portanto, uma história de objetos que se substituem ordenadamente, mas de um espaço que vai sendo reconfigurado através deles. A fachada, o passeio e os principais alinhamentos permanecem reconhecíveis; aquilo que muda é a forma como pequenas construções se encostam, avançam, abrem, desaparecem ou deixam espaço para outras presenças. É nessa diferença de duração que o caso se torna particularmente expressivo: a estrutura urbana conserva o lugar, enquanto as micro-arquiteturas registam as mudanças do quotidiano.



Figura 153 - Coreto da Praça do Marquês de Pombal, Porto, 2026.

5.2.4 Coreto do Marquês: permanência, sobreposição programática e reativação

O Coreto do Marquês chegou ao presente sem perder a legibilidade arquitetónica nem a capacidade de receber o programa musical para o qual foi concebido. A permanência não é, contudo, uniforme em todas as componentes da estrutura: enquanto o palco continua funcionalmente reativável, o embasamento conserva vestígios de um programa sanitário que deixou de estar ativo.

O Jardim da Praça do Marquês de Pombal foi inaugurado como jardim público em 1898, no contexto da transformação do antigo Largo da Aguardente. A informação institucional reunida associa o coreto de ferro a esta fase de consolidação do jardim e refere que terá sido oferecido pelos moradores da praça.[153] A documentação disponível permite, assim, relacioná-lo com o jardim de finais do século XIX.



Figura 154 - Coreto da Praça do Marquês de Pombal, Porto, c.1900.

Arquitetonicamente, o coreto organiza-se através de uma oposição clara entre embasamento maciço e estrutura superior leve. A base elevada define o palco e separa fisicamente os intérpretes do terreno do jardim, sobre ela, uma guarda periférica, pilares metálicos esbeltos e uma cobertura

[153] JUNTA DE FREGUESIA DE PARANHOS, «Praça Marquês de Pombal», *Toponímia e Códigos Postais*.

poligonal mantêm o perímetro visualmente aberto. A elevação torna os músicos visíveis sem construir uma frente fechada, permitindo que a relação com o público se estabeleça em várias direções.



Figura 155- Coreto da Praça do Marquês de Pombal, Porto, 2026.

A planta central não determina uma plateia fixa. Caminhos e áreas de permanência em torno da estrutura podem converter-se temporariamente em espaço de assistência, fazendo com que a área funcional do coreto ultrapasse largamente o perímetro do palco. Quando vazio, permanece como ponto reconhecível dentro do jardim, quando recebe música, o mesmo objeto reorganiza momentaneamente posições, orientações e tempos de permanência.

Esta leitura altera-se, contudo, quando se observa o embasamento. A plataforma necessária para elevar o palco produz um volume interior e transforma aquilo que poderia ser apenas uma base estrutural numa espessura habitável. A documentação histórica confirma que esse espaço inferior foi utilizado como instalação sanitária pública, com acessos diferenciados e uma das entradas realizada sob as escadas do coreto[154] A mesma construção reunia, assim, dois programas com relações quase opostas com o corpo.

[154] CONCEIÇÃO, Américo; GOMES, Simão, «Sanitários, Balneários e Urinóis», Porto de Antanho, 7 mar. 2017, atual. de 18 mar. 2020.

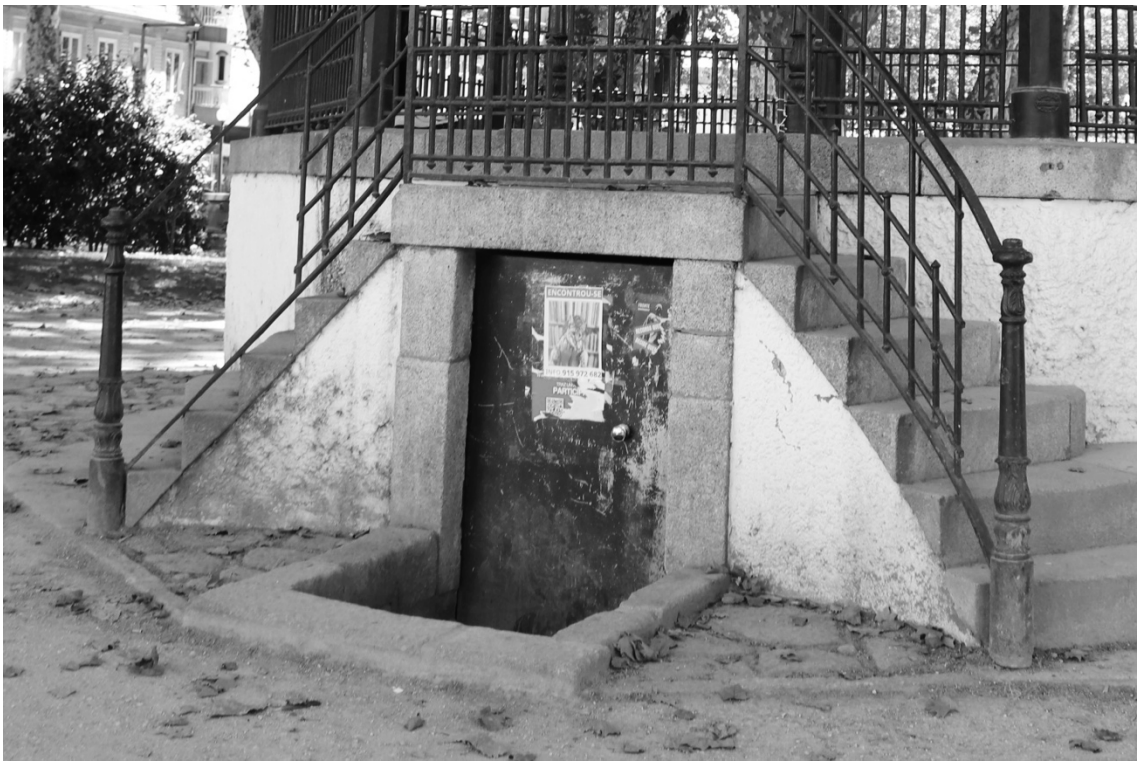


Figura 156 - Acesso ao antigo espaço sanitário no embasamento do Coreto do Marquês, Porto, 2026.

No plano superior, a arquitetura procura exposição: eleva o corpo, abre-o ao olhar coletivo e projeta som para o espaço exterior. No plano inferior, construía-se precisamente o contrário: interioridade, ocultação e privacidade. Esta sobreposição vertical torna o coreto mais complexo do que uma simples plataforma coberta. O palco e o embasamento correspondiam a duas maneiras distintas de utilizar a mesma matéria arquitetónica.

O levantamento de 2026 confirma que o volume inferior permanece materialmente legível através da porta e das aberturas existentes no embasamento. A função sanitária histórica, porém, encontra-se desativada. A presença física do espaço não corresponde, portanto, à continuidade do seu programa. No mesmo objeto, uma componente pode permanecer arquitetonicamente reconhecível depois de perder a atividade que a justificava, enquanto outra continua disponível para o uso original.

Esta dissociação entre matéria e uso reforça a leitura do coreto como estrutura capaz de acolher temporalidades distintas dentro da mesma configuração. O embasamento conserva sinais de um programa entretanto extinto, enquanto o plano superior mantém a possibilidade de reativação musical. A permanência do objeto não corresponde, assim, a uma continuidade homogénea, mas à sobreposição de diferentes estados de uso numa única micro-arquitetura.



Figura 157 - Pormenor das escadas e da estrutura metálica e cobertura do Coreto do Marquês, Porto, 2026.

A condição do palco é diferente. Em julho de 2026, o Coreto do Marquês integrou o ciclo municipal STOP no Coreto, recebendo novamente programação musical.[155] A utilização contemporânea demonstra que permanecer vazio durante grande parte do tempo não significa que a estrutura tenha perdido a função. A intermitência pertence ao próprio programa do coreto: entre acontecimentos, a arquitetura mantém disponível a possibilidade de voltar a organizar intérpretes e público.

A matéria modifica-se pouco entre estas duas situações, mas a área efetivamente ocupada pelo programa altera-se profundamente. Sem atuação, a atividade concentra-se sobretudo na própria estrutura e nos percursos do jardim. Com música, o palco passa a organizar uma área exterior muito maior, ocupada temporariamente por público, permanência e circulação reajustada. A pequena escala física do objeto contrasta, assim, com a extensão espacial do acontecimento.

[155] ÁGORA – CULTURA E DESPORTO DO PORTO, «Bandas do STOP atuam nos coretos da cidade até setembro», 15 jul. 2026.

O Marquês torna particularmente clara a diferença entre permanência material e permanência programática. O coreto conserva praticamente todas as condições necessárias à utilização musical e essa capacidade foi confirmada em 2026. No embasamento, pelo contrário, a arquitetura permanece enquanto o antigo uso sanitário já não acompanha a matéria. A mesma micro-arquitetura contém, portanto, dois tempos distintos de desaparecimento.



Figura 158 – Vista do Coreto do Marquês de Pombal sob a fonte luminosa, Porto, 2026.

A permanência do Coreto do Marquês não deve, por isso, ser entendida como uma condição homogénea. Uma parte da arquitetura continua a cumprir a relação coletiva que justificou a tipologia, outra conserva apenas a espacialidade de uma função desaparecida. O objeto permanece inteiro, mas os programas que historicamente o ocuparam não atravessaram o tempo à mesma velocidade.

Aqui, o desaparecimento não acontece necessariamente entre arquiteturas diferentes. Pode ocorrer dentro da mesma construção.



Figura 159 – Largo de Mompilher e micro-arquiteturas existentes, Porto, 2026.

5.2.5 Largo de Mompilher: coexistência e diferentes estados de vitalidade

No Largo de Mompilher, quatro programas encontram-se comprimidos num território muito reduzido. O levantamento da autora regista, no largo e na relação imediata com as Escadas do Pinheiro, um quiosque, uma cabine telefónica, um fontanário e um sanitário público.

A proximidade não demonstra que estas estruturas tenham sido concebidas como conjunto nem que exista relação funcional entre elas. O interesse reside precisamente na coexistência: quatro respostas arquitetónicas a necessidades distintas podem ser observadas quase simultaneamente e apresentam, no presente, graus muito diferentes de vitalidade.

O quiosque estabelece a continuidade mais longa e complexa. Antes da atual estrutura existiu naquele ponto um pequeno quiosque de ferro, construído nos primeiros anos do século XX. Em 1930, Alberto Teixeira Brandão apresentou à Câmara do Porto um pedido para construir no mesmo local um novo quiosque, maior e em madeira, cuja execução é situada entre 1930 e 1931.

Não se tratou de uma transformação do primeiro exemplar nem de uma réplica. O quiosque de ferro desapareceu e uma nova arquitetura ocupou aproximadamente o mesmo ponto, preservando a tipologia e a função comercial. A continuidade encontra-se sobretudo no lugar e no programa.[156]



Figura 160 – Largo de Mompilher e Quiosque, Porto, década de 1950.

[156] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Quiosque no Largo de Mompilher (antigo Largo da Picaria)», *Pesquisa de Património Imóvel / Ulysses*, nota histórico-artística de Catarina Oliveira, 2017.

A fotografia da década de 1950 mostra já o pequeno volume implantado lateralmente no largo, posição ainda reconhecível em 2026. A estrutura beneficia da visibilidade proporcionada pelo espaço aberto e mantém área exterior suficiente para o atendimento.



Figura 161 – Largo de Mompilher, Porto, década de 1980.

A planta hexagonal reforça a autonomia do objeto. O corpo de madeira, decorado a branco sobre fundo vermelho, é rematado por uma cobertura metálica fortemente saliente, de expressão orientalizante, origem da designação popular "Quiosque Japonês". Segundo a descrição patrimonial, três das seis faces possuem aberturas, organizando porta, atendimento e iluminação sem uma fachada frontal única. O pequeno interior contém o operador; a atividade prolonga-se para o exterior.[157]

A aparência cuidada encontrada em 2026 esconde uma interrupção recente. Em junho de 2014, o quiosque sofreu um incêndio, seguindo-se um período de degradação. Foi retirado pela Câmara em 2016, reabilitado e reinstalado no largo em 2018. Em 2026 encontra-se novamente ativo como Kiosk Bar.[158]

[157] PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., «Quiosque no Largo de Mompilher (antigo Largo da Picaria)», *Pesquisa de Património Imóvel / Ulysses*, nota histórico-artística de Catarina Oliveira, 2017.
[158] CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, «Quiosque Japonês está restaurado e de volta ao Largo de Mompilher», *Porto.*, 2018; FARINHA, Ricardo, «O quiosque japonês está de volta ao Porto», *NiT*, 29 jan. 2018.



Figura 162 – Largo de Mompilher, Porto, 2026.

A ausência de dois anos não constituiu, portanto, desaparecimento definitivo. A estrutura saiu fisicamente do largo e regressou depois da intervenção. Mompilher mostra aqui uma forma particular de permanência: a continuidade pode incluir interrupção, remoção e retorno.

A poucos metros, a cabine telefónica apresenta a situação contrária. A estrutura vermelha permanece materialmente em 2026, mas encontrava-se sem funcionamento. O volume continua a produzir um pequeno interior individual através de porta, superfícies envidraçadas e escala suficiente para um utilizador, mas já não permite realizar a ação para a qual foi instalado.

A reduzida dimensão do interior acentua a perda. A especialização que anteriormente tornava a cabine extremamente precisa torna difícil a adaptação a outra atividade sem modificar profundamente a arquitetura. O quiosque conseguiu receber usos comerciais renovados porque conserva uma interface de atendimento; a cabine permanece como recinto depois de a chamada telefónica deixar de depender dele.

A proximidade entre ambos torna particularmente evidente que a permanência material não corresponde ao mesmo grau de vitalidade. O quiosque conserva uma estrutura suficientemente aberta à adaptação e ao contacto com o exterior, enquanto a cabine mantém uma forma muito mais dependente do programa original. No mesmo largo coexistem, assim, uma micro-arquitetura reativada e outra cuja matéria permanece depois de a função ter praticamente desaparecido.



Figura 163 – Cabine telefónica do Largo de Mompilher e o interior da cabine, respetivamente, Porto, 2026.

O fontanário introduz uma terceira relação com o corpo. A estrutura em ferro fundido apresenta base moldurada, corpo vertical ornamentado, bacia saliente e remate superior trabalhado. Não cria interior nem exige atravessar qualquer limite. A própria bacia define a frente de utilização e aproxima diretamente o corpo do objeto.

A proximidade entre cabine e fontanário torna particularmente clara uma diferença entre duas infraestruturas territorializadas. Ambos constituem pontos visíveis de redes muito mais extensas, telecomunicações e água, mas produzem relações espaciais opostas. A cabine necessita de envolver o utilizador num recinto; o fontanário realiza integralmente o programa no exterior.

O levantamento de 2026 confirmou a permanência material do fontanário, mas não o seu funcionamento hidráulico. No momento da observação, a estrutura encontrava-se sem água. A bacia, a bica e o corpo ornamental permanecem legíveis enquanto componentes de um equipamento concebido para disponibilizar água, mas a ação que lhes dava sentido funcional não pôde ser realizada. A permanência da forma permite ainda reconhecer imediatamente o gesto para o qual foi concebido, mas a ausência de água suspende essa relação entre corpo e infraestrutura. Tal como na cabine, a matéria continua presente enquanto a possibilidade efetiva de uso se encontra interrompida.



Figura 164 – Fontanário do Largo Mompilher, Porto, 2026.

A quarta micro-arquitetura é precisamente aquela que menos se apresenta como objeto. O Sanitário da Picaria ocupa o espaço sob o patamar das Escadas do Pinheiro e encontra-se absorvido pela própria construção do desnível. Ao contrário do quiosque, da cabine ou do fontanário, não se lê integralmente como volume autónomo. A manifestação exterior reduz-se sobretudo aos acessos e ao plano onde estes se inserem.

A documentação histórica permite recuar a permanência da função naquele lugar até pelo menos 1890, quando A República mencionava a "latrina das escadas do Pinheiro". A referência comprova um programa sanitário associado ao mesmo território, mas não demonstra que a construção atual seja materialmente a instalação oitocentista.[159]

A Câmara Municipal continua a identificar o Sanitário da Picaria na sua rede de instalações e publica horário de funcionamento.[160] No levantamento de 2026, contudo, o equipamento encontrava-se fechado. Esta observação não permite determinar se se tratava de um encerramento temporário ou permanente, mas impede considerar o funcionamento atual como comprovado. O dado seguro é, por isso, a permanência material da estrutura e a continuidade da sua identificação municipal, não a disponibilidade efetiva do serviço no momento observado.

[159] «Horrivel Porto: Os urinoes e as latrinas», *A República*, Porto, 5 ago. 1890.
[160] CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, «Sanitário da Picaria», *Ambiente Porto*.



Figura 165 – Sanitário da Picaria, sob as Escadas do Pinheiro, Porto, 2026.

A Picaria produz, assim, um mecanismo particularmente forte de ocultação. O utilizador abandona momentaneamente a rua para realizar uma ação privada e a própria arquitetura desaparece parcialmente dentro da espessura topográfica. Entre as quatro estruturas de Mompilher, é simultaneamente uma das menos visíveis e aquela cuja presença do programa sanitário naquele território pode ser documentalmente recuada mais no tempo, ainda que o funcionamento atual não tenha sido confirmado.

A leitura conjunta torna desnecessário procurar uma única trajetória para o largo. O quiosque demonstra substituição, interrupção, reabilitação e retorno à atividade, sendo a única das quatro estruturas em que o levantamento de 2026 registou uma utilização efetiva. A cabine permanecia sem funcionamento telefónico, o fontanário encontrava-se sem água e o Sanitário da Picaria estava fechado no momento da observação. Três arquiteturas conservavam, portanto, a presença material sem permitir realizar, naquele momento, a ação para a qual tinham sido concebidas. A proximidade física torna particularmente expressiva esta desigualdade de vitalidade.

Em poucos metros, também a relação entre interior e exterior muda quatro vezes: o quiosque reserva o interior ao operador; a cabine entrega-o ao utilizador; o fontanário dispensa-o; o sanitário utiliza-o para retirar o corpo do olhar público. Mompilher funciona, deste modo, como

um pequeno laboratório da própria definição de micro-arquitetura, tornando particularmente visíveis as diferentes maneiras através das quais arquitetura, corpo e serviço se relacionam.



Figura 166 – Quiosque do Largo de Mompilher, Porto, 2026.

Ao contrário da envolvente da Biblioteca, onde o arquivo é necessário para recolocar no presente estruturas desaparecidas, em Mompilher grande parte da leitura continua disponível diretamente no território. As quatro micro-arquiteturas permanecem fisicamente diante do observador, mas o levantamento de 2026 revelou uma forte dissociação entre presença e uso: apenas o quiosque apresentava atividade observada, enquanto cabine, fontanário e sanitário permaneciam sem funcionamento confirmado. O largo torna, assim, visível uma condição central desta investigação: uma arquitetura pode continuar no lugar depois de a ação quotidiana que justificou a sua existência ter enfraquecido, sido interrompida ou desaparecido.



Figura 167 – Largo António Calém, antigo local do urinol Público, Porto, 2026.

5.2.6 Largo António Calém: perda funcional, permanência residual e desaparecimento

No Largo António Calém, em Lordelo do Ouro, o desaparecimento de uma única micro-arquitetura permite observar com particular clareza a diferença entre a permanência do lugar e a perda de uma forma específica de o equipar. O antigo urinol público encontrava-se ao fundo da Rua das Condominhas e surge documentalmente registado em fotografias de 2006 e 2009.[161] Não foram determinadas a data de construção, a autoria ou a proveniência industrial do exemplar, pelo que a sua cronologia não deve ser deduzida apenas pela aparência.



Figura 168 – Urinol público do Largo António Calém, Porto, 2006.

A fotografia de 2006 mostra uma pequena construção autónoma, implantada diretamente no espaço público e claramente reconhecível na paisagem do largo. O corpo, aproximadamente poligonal, combinava uma zona inferior mais fechada com uma parte superior mais permeável e uma cobertura saliente, permitindo conciliar resguardo e ventilação sem construir um recinto completamente fechado. O acesso fazia-se lateralmente, através do prolongamento dos próprios painéis da estrutura, evitando uma exposição direta do interior à rua. A arquitetura resultava,

[161] PEREIRA, José Serafim, fotografia do urinol público do Largo António Calém, Porto, 2006, documentação histórica do Largo António Calém.

assim, da quantidade mínima de matéria necessária para produzir uma distância eficaz entre o corpo e o espaço público.

Três anos depois, em 2009, o exemplar permanecia no mesmo lugar e conservava a mesma configuração geral.[162] A repetição do enquadramento documental é importante não por revelar uma transformação significativa, mas precisamente pela sua ausência: durante este intervalo, a pequena construção continuava a integrar fisicamente o largo e a introduzir nele um recinto, uma cobertura e um ponto específico de utilização.



Figura 169 - Urinol público do Largo António Calém, Porto, 2009.

A sua presença tinha um efeito espacial superior à área efetivamente ocupada. O urinol não constituía apenas um objeto colocado no passeio: introduzia um limite, orientava uma aproximação e criava um pequeno interior no meio do espaço público. A cobertura, o resguardo e a inflexão do acesso transformavam alguns metros quadrados do largo numa situação arquitetónica precisa, diretamente associada a uma necessidade corporal quotidiana.

Em 2026, o levantamento autoral confirmou que a estrutura já não se encontra no Largo António Calém. Não foi localizada documentação que permita determinar com segurança a data ou o

[162] RIBEIRO, António, fotografia do urinol público do Largo António Calém, Porto, 2009, documentação histórica do Largo António Calém.

motivo da remoção, nem o eventual destino do exemplar. A formulação possível é, por isso, apenas temporal: o urinol encontrava-se presente em 2009 e já estava ausente em 2026.



Figura 170 – Antigo local do urinol Público do Largo António Calém, Porto, 2026.

A comparação torna particularmente evidente a facilidade com que esta perda é absorvida pelo espaço urbano. A retirada liberta uma superfície relativamente pequena e não deixa uma marca construída suficientemente forte para denunciar aquilo que existiu. O passeio recompõe-se, a continuidade visual do largo restabelece-se e, sem a fotografia anterior, dificilmente seria possível reconhecer naquele ponto a existência de uma pequena construção sanitária.

É precisamente nesta diferença que o caso se torna significativo. O lugar permanece ativo, os percursos continuam e a estrutura urbana não sofreu uma alteração profunda; desapareceu, contudo, uma arquitetura que mediava diretamente a relação entre uma necessidade corporal e o espaço público. A transformação é quase impercetível na imagem geral do largo, mas maior naquilo que o espaço permite fazer.

Entre 2006 e 2009, a matéria permanece; em 2026, resta apenas o lugar onde esteve. O desaparecimento do urinol do Largo António Calém demonstra, assim, como uma micro-arquitetura pode ser retirada sem alterar significativamente a forma urbana e, precisamente por isso, tornar-se rapidamente difícil de reconhecer como ausência.

5.2.7 Leitura transversal: permanência, transformação e ausência

Os casos analisados confirmam que não existe uma sequência linear entre presença e desaparecimento. Matéria, função, implantação e memória podem permanecer juntas ou separar-se em momentos diferentes: uma estrutura pode conservar o lugar e perder o contexto, manter matéria através da deslocação, perder a função e permanecer fisicamente, receber outro programa, ser reativada ou desaparecer quase sem vestígio.

A perda funcional pode anteceder a perda material. A cabine permanece depois de a chamada se tornar móvel; o lavadouro continua quando a lavagem se transfere para a habitação; o antigo urinol pode sobreviver anos depois do uso. Noutros casos, a necessidade mantém-se e a forma transforma-se: continuam a existir comércio, higiene pública, correspondência, espera ou música, mas através de outras arquiteturas.

A generalização da água canalizada, do saneamento doméstico, da máquina de lavar ou da comunicação móvel representou melhorias evidentes nas condições de vida. Não faria sentido romantizar a dependência de infraestruturas que deixaram de ser necessárias nem defender a reconstrução indiscriminada de todas as estruturas desaparecidas.

Reconhecer uma perda arquitetónica não significa desejar anulá-la. Significa compreender o que mudou.

Uma transformação pode representar simultaneamente ganho funcional e desaparecimento de uma determinada situação coletiva. Conhecer um antigo lavadouro ajuda a compreender como água, trabalho e permanência se organizavam num território; localizar uma cabine desaparecida permite reconhecer como a comunicação ocupava fisicamente a rua; identificar um antigo urinol revela uma resposta histórica à relação entre corpo, privacidade e espaço público. A memória não funciona aqui como nostalgia, mas como instrumento de leitura.

Arquivo e levantamento de campo tornam-se, por isso, inseparáveis. A fotografia histórica restitui utilizações, configurações e contextos que o presente já não mostra; a contemporânea impede que o passado fique suspenso, sem consequência na cidade atual. Nenhuma é suficiente isoladamente.

Há casos em que o arquivo torna novamente inteligível uma arquitetura preservada; noutros, é a fotografia contemporânea do lugar vazio que completa a trajetória de uma estrutura desaparecida. Fotografar a ausência revelou-se, por isso, parte do próprio método.

Uma fotografia sem o objeto não é uma fotografia sem informação. Regista a capacidade da cidade para continuar depois da sua retirada.

Esta capacidade de recomposição ajuda a explicar a invisibilidade destas perdas. Muitas micro-arquiteturas ocupavam áreas tão reduzidas que a sua retirada quase não modifica a geometria geral de uma praça, rua ou jardim. O pavimento continua, o percurso mantém-se, a vegetação cresce, outro objeto ocupa o lugar ou o espaço permanece vazio. A cidade cicatriza rapidamente a pequena ausência.

O corpus reunido em 2026 deve, por isso, ser entendido também como registo de um presente instável. Fotografá-las não encerra a história. Fixa temporariamente uma condição.

Reunidas, formam uma camada descontínua de água, higiene, trabalho, comércio, comunicação, música e espera; de tanques, bicas, plataformas, balcões, portas, coberturas e pequenos interiores; de objetos autónomos e arquiteturas dependentes de muros, escadas, jardins e diferenças de cota.

Foi essa camada que o levantamento procurou tornar novamente visível. O Porto contemporâneo contém essas perdas mesmo quando já não as mostra.

Entre uma fonte preservada fora do seu lugar, um lavadouro silencioso, uma cabine sem chamada, um quiosque que encontrou outra vida, um coreto novamente ocupado por música, um sanitário escondido sob uma escada e o vazio deixado por um urinol desaparecido, encontra-se a mesma questão: quanto da cidade pode desaparecer antes de percebermos que fazia parte dela?

Esta investigação procurou responder não através da monumentalização do pequeno, mas da sua observação: regressando aos lugares, confrontando o presente com o arquivo e distinguindo aquilo que permanece daquilo que apenas parece permanecer.

No final deste percurso, os objetos continuam pequenos. Não precisam de ser aumentados para justificar a investigação.

É a cidade que, através deles, se torna maior.

Porque os pequenos nadas não são aquilo que nada vale.

São aquilo que, de tão incorporado no quotidiano, só percebemos que fazia parte da cidade quando começa a faltar.

Nota Reflexiva

Esta investigação começou com uma inquietação relativamente simples: perceber por que razão determinadas pequenas arquiteturas, apesar de terem participado durante décadas na vida quotidiana do Porto, parecem desaparecer da cidade quase sem que a sua ausência seja reconhecida. No final deste percurso, essa questão revelou-se mais complexa do que a simples oposição entre existir e deixar de existir.

O levantamento demonstrou que o desaparecimento não coincide necessariamente com a remoção física. Uma micro-arquitetura pode continuar materialmente presente e, ainda assim, começar a desaparecer quando perde a função, quando deixa de ser necessária, quando é deslocada do território que a explicava ou quando os gestos que anteriormente lhe davam sentido deixam de acontecer. Do mesmo modo, uma estrutura fisicamente ausente pode continuar a participar da leitura de um lugar através do arquivo, da memória, de um vestígio, de uma designação ou da própria configuração espacial que sobrevive à sua retirada. Matéria, função, implantação e memória não desaparecem, portanto, ao mesmo tempo.

Esta dissociação tornou-se particularmente evidente ao longo das diferentes famílias estudadas. A água pode continuar a correr numa fonte depois de desaparecer a necessidade quotidiana de a procurar; um lavadouro pode conservar tanques e cobertura quando a lavagem se transferiu para o interior doméstico; uma cabine telefónica pode permanecer no espaço público depois de a comunicação se ter libertado do lugar; um coreto pode atravessar períodos sem utilização e voltar a receber música; um quiosque pode conservar o programa através de outra matéria ou encontrar uma nova utilização; uma estrutura sanitária pode desaparecer sem que desapareça a necessidade corporal a que respondia. Não existe, assim, uma única forma de permanência nem uma única forma de perda.

Reconhecer estas transformações não significa defender a conservação indiscriminada das arquiteturas estudadas. Muitas das mudanças que contribuíram para a sua retração correspondem a melhorias efetivas das condições de vida, do conforto, da higiene, da mobilidade ou do acesso aos serviços. A generalização da água canalizada, da lavagem doméstica mecanizada ou da comunicação móvel não constitui uma perda a lamentar. O que esta investigação procurou reconhecer foi outra coisa: quando uma necessidade muda de suporte, transforma-se também a arquitetura através da qual essa necessidade se relacionava com o espaço público. O ganho funcional pode coexistir com o desaparecimento de uma determinada situação espacial.

É precisamente nessa relação que a pequena escala revelou a sua importância. Cabines telefónicas, lavadouros, coretos, quiosques, fontanários, fontes, sanitários ou marcos postais ocupam pouco espaço, mas podem ligar o corpo individual a redes, serviços, práticas e territórios muito mais extensos. A sua dimensão física reduzida não corresponde, por isso, a uma reduzida capacidade de produzir cidade. Uma abertura, um tanque, uma cobertura, uma plataforma ou um pequeno interior podem organizar aproximações, esperas, posições, percursos e permanências muito para além dos limites materiais da estrutura.

O trabalho de campo foi decisivo para reconhecer esta condição. Não serviu apenas para confirmar aquilo que o arquivo já documentava. A observação direta permitiu registar implantações, acessos, relações de cota, estados de utilização, transformações, apropriações e ausências que não poderiam ser compreendidas apenas através da documentação histórica. Em sentido inverso, o arquivo tornou inteligíveis situações que a cidade atual já não permite ler autonomamente. Foi no confronto entre estas duas temporalidades que muitas das trajetórias se tornaram compreensíveis.

A fotografia adquiriu, neste processo, um valor que ultrapassa a ilustração. Fotografar uma estrutura existente significa fixar uma condição que poderá voltar a transformar-se; fotografar o lugar onde uma estrutura já não existe significa registar a própria ausência como informação urbana. O vazio não constitui, neste sentido, falta de objeto de estudo. Pode revelar a facilidade com que uma pequena arquitetura é absorvida pela continuidade da rua, do largo ou do jardim depois da sua retirada.

O corpus reunido não pretende constituir um inventário definitivo das micro-arquiteturas do Porto. O levantamento corresponde a um momento concreto, realizado em 2026, e está necessariamente condicionado pela documentação localizada, pelas estruturas identificadas e pela possibilidade de acesso e observação. Algumas cronologias permanecem incompletas, determinados desaparecimentos não puderam ser datados com precisão e outras ocorrências poderão ainda vir a ser reconhecidas. Essa condição não invalida o levantamento; confirma, antes, o carácter aberto e temporal do próprio objeto estudado. Investigações futuras poderão aprofundar famílias específicas, ampliar a documentação disponível ou acompanhar a transformação dos exemplares agora registados.

Mais do que construir uma categoria fechada, esta dissertação procurou propor uma forma de olhar. A noção de micro-arquitetura permitiu aproximar a arquitetura da escala do gesto e reconhecer como estruturas discretas participam da experiência urbana através da relação entre corpo, ação e lugar. Ao fazê-lo, tornou também evidente que aquilo que desaparece nem sempre é

apenas matéria: podem desaparecer percursos necessários, formas de permanência, interfaces públicas, relações com determinadas redes ou modos específicos de tornar uma ação visível na cidade.

No início desta investigação, o interesse estava nas coisas pequenas. No final, tornou-se claro que nunca foram apenas as coisas que estavam em causa. Estavam em causa as relações que através delas se construíam entre corpo, arquitetura e cidade.

Talvez seja essa a principal conclusão deste percurso: uma arquitetura começa a desaparecer antes de deixar fisicamente de existir, quando se enfraquece a relação entre a matéria, a ação e o lugar que lhe atribuía sentido. A remoção pode ser apenas o último momento de um processo iniciado muito antes; e, inversamente, a memória pode prolongar a presença de uma arquitetura depois de a matéria desaparecer.

Aquilo que parece pequeno, banal ou invisível pode, assim, conter uma parte significativa da memória urbana precisamente porque nunca precisou de ser monumental para fazer parte da vida quotidiana.

Olhar para os “Pequenos Nadas” é, afinal, uma forma de voltar a olhar para a cidade.

Fontes de informação

Livros e itens monográficos

BAHIA JÚNIOR, José da Silva Ferreira, *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potavel. II: Mananciaes do Campo Grande, Bispo e Freiras, Cavaca, Camões, Virtudes, Fontainhas, Praça do Marquez de Pombal e Burgal; fontes suas derivadas e fontes de nascente privativa*, Porto: Typographia Encyclopedia Portugueza, 1909.

BENJAMIN, Walter, *The Arcades Project*, trad. Howard Eiland e Kevin McLaughlin, Cambridge, MA/London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1999.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério, *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*, Braga: José Viriato Capela, 2009.

CERTEAU, Michel de, *L'Invention du quotidien. 1. Arts de faire*, Paris: Union générale d'éditions, 1980.

CERTEAU, Michel de, *The Practice of Everyday Life*, trad. Steven Rendall, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1984.

COSTA, Agostinho Rebelo da, *Descrição topográfica e histórica da Cidade do Porto*, Porto: Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789.

HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective*, 2.ª ed. revista e aumentada, Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

LEFEBVRE, Henri, *Critique de la vie quotidienne. I: Introduction*, Paris: Bernard Grasset, 1947.

LEFEBVRE, Henri, *La vie quotidienne dans le monde moderne*, Paris: Gallimard, 1968.

LEFEBVRE, Henri, *La production de l'espace*, Paris: Éditions Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri, *The Production of Space*, trad. Donald Nicholson-Smith, Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, Henri, *Éléments de rythmanalyse: Introduction à la connaissance des rythmes*, Paris: Éditions Syllepse, 1992.

LYNCH, Kevin, *The Image of the City*, Cambridge, MA: The MIT Press, 1960.

MESQUITA, Mário, *Porto: Territórios da Invisibilidade*, Porto: U.Porto Press, 2024.

MESQUITA, Mário, *Porto: a Cidade das Cidades*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida / U.Porto Press, 2025.

PACHECO, Hélder, *Regressar ao Porto*, Lisboa: Âncora Editora, 2000.

ROSSI, Aldo, *The Architecture of the City*, trad. Diane Ghirardo e Joan Ockman, Cambridge, MA: The MIT Press, 1982.

SANTOS, Arminda; PACHECO, Luís; GIRÃO, Miguel; CLARE, Richard, *As nossas memórias - as fontes do Porto*, vol. I, Porto: Edições Afrontamento / Clube UNESCO da Cidade do Porto, 2015.

TSCHUMI, Bernard, *Architecture and Disjunction*, Cambridge, MA/London: The MIT Press, 1996.

Artigos, capítulos e publicações periódicas

A Arte Portugueza, n.º 7, Porto, jul. 1882, p. 60, consultado em 25 set. 2026, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArtePortuguesa/N07/N07_master/ArtePortuguesaN7.pdf.

Jornal Arquitectos, n.º 257, «Porto Oriental», 2018, consultado em 25 set. 2026, http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/epicentros-pos-industriais/porto-oriental.

MARTINS, Carla Maria Braz; ABRANCHES, Paula Barreira, «Memória (i)material da Praça do Infante, Porto», CEM – Cultura, Espaço & Memória, n.º 2, 2011, pp. 95–120, consultado em 25 set. 2026, https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4849.

O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro, ano XVII, n.º 550, Lisboa, 1894, p. 85, consultado em 25 set. 2026, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1894/N550/N550_master/N550.pdf.

PASTOR, F., gravura dos Jardins do Palácio de Cristal, Universo Ilustrado, abr. 1878.

SIMMEL, Georg, «The Metropolis and Mental Life», trad. Kurt H. Wolff, in FRISBY, David; FEATHERSTONE, Mike (eds.), Simmel on Culture: Selected Writings, London: Sage, 1997, pp. 174–185. Texto originalmente publicado em 1903.

TEIXEIRA, Diogo Emanuel Pacheco, «Equipamentos de fornecimento de água no bairro da Rua das Flores na Época Moderna. Primeiros contributos para uma cartografia», in ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; RESENDE, Nuno (coords.), História da Arquitetura. Perspetivas Temáticas (III): A Rua na Estrutura Urbana, Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura,

Espaço e Memória / Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2024, pp. 309–326, consultado em 25 set. 2026, https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/20089.pdf.

VAN EYCK, Aldo, «Place and Occasion», in LIGTELIJN, Vincent; STRAUVEN, Francis (eds.), Writings: Collected Articles and Other Writings 1947–1998, Amsterdam: SUN, 2008, p. 471.

Dissertações e trabalhos académicos

ANDRÉ, Stefanie Braz, Higiene e Desenvolvimento Urbano: O Porto na Transição entre os Séculos XIX e XX, dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013/2014, consultado em 25 maio de 2026, FAUP — registo da dissertação.

DARMON, Chloé Marie Nadou, Habitar a Água, os Lavadouros Públicos do Porto: uma experiência das mulheres na cidade moderna, dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2020, FAUP — registo da dissertação.

Fontes documentais e arquivos

ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, «Ampliação do Bairro Rainha D. Leonor: construção de lavadouros», 1954, GISA, doc. 646220, consultado em 17 jul. 2026, URL: GISAWeb — Arquivo Municipal do Porto.

ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, «Brigada S.A.A.L.: Sé — balneários e lavadouros — 2.ª fase», alçado, corte longitudinal e planta de localização, jul. 1975, GISA, doc. 597751, URL: GISAWeb — Arquivo Municipal do Porto.

ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, «Obras exteriores na Biblioteca Pública, destacando-se uma cabine telefónica e um Quiosque. Na Avenida Rodrigues de Freitas», [199?], GISA: GISAWeb — Arquivo Municipal do Porto.

ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, «Projecto d'um balneário público que a Ex.ma Camara Municipal do Porto pretende mandar construir no logar de Viriato», projeto apresentado por «A Constructora», Porto, 14 maio 1900, URL: GISAWeb — Arquivo Municipal do Porto.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO, *Ata n.º 59*, sessão ordinária de 27 nov. 2023, 2023, URL: Ata n.º 59 — Câmara Municipal do Porto.

BASE — CONTRATOS PÚBLICOS ONLINE, «Contrato de Prestação de Serviços para elaboração do projeto de arquitetura e especialidades de reabilitação e ampliação do espaço Lavadouro da Ervilha», 2024, URL: Contrato — Portal BASE.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, sessão de 25 jul. 1901, referência ao Balneário do Largo do Viriato.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Serviço de Saneamento – Exploração, «Relação dos mictórios públicos existentes», Porto, 6 jan. 1947, documentação SMAS.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, «Lavadouros Municipalizados — Abril de 1938», levantamento dos lavadouros existentes, Arquivo SMAS.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano Diretor Municipal do Porto*, identificação do «Miradouro do Antigo Lavadouro de Gomes Freire», consultado em 25 set. 2026, URL: documentação do PDM do Porto. A documentação municipal inclui expressamente o «Miradouro do Antigo Lavadouro de Gomes Freire».

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Despacho NUD/348380/2020/CMP, 31 ago. 2020, URL: Edital municipal relativo ao Despacho NUD/348380/2020/CMP.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Anúncio de hasta pública para concessão e exploração do Quiosque Municipal da Rua de D. Manuel II* («antiga bilheteira dos Jardins do Palácio de Cristal»), 2020, URL: Anúncio oficial da hasta pública.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, «Hasta Pública — Concessão de 2 quiosques municipais», anúncio NUD/389372/2023/CMP, 2023, relativo aos quiosques municipais da Rua de Saraiva de Carvalho e da Praça de Carlos Alberto, hasta pública de 26 jul. 2023, URL: Hasta Pública — Câmara Municipal do Porto.

Imprensa histórica e imprensa contemporânea

A República, «Horrivel Porto: Os urinoes e as latrinas», Porto, 5 ago. 1890.

Jornal do Porto, Porto, 21 jun. 1872, p. 2.

O Comércio do Porto, Porto, 28 maio 1873.

O Comércio do Porto, Porto, 2 jul. 1882.

O Comércio do Porto, Porto, 12 mar. 1943.

O Pirolito, n.º 8, Porto, 14 mar. 1931, *Hemeroteca Digital de Lisboa*, URL: PDF digitalizado de O Pirolito, n.º 8. A Hemeroteca disponibiliza efetivamente este n.º 8 em PDF.

O Primeiro de Janeiro, Porto, 10 jul. 1886.

O Primeiro de Janeiro, Porto, 12 jul. 1886.

COELHO, Mariana, «Ervilha. O novo bar do Porto tem cocktails a 3€, sangrias de vinho do Porto e tábuas perfeitas para partilhar», *MAGG*, 10 out. 2023, URL: MAGG — Ervilha.

CORREIA PINTO, Mariana, «O adeus ao "Quiosque do Piorio" ou o sonho (im)possível de uma outra cidade», *P3 / Público*, 30 maio 2018, URL: Público — O adeus ao Quiosque do Piorio. O endereço é também reproduzido em bibliografia académica posterior.

Diário de Notícias, «Abstenção vai diminuir, diz Rio», 25 set. 2005, URL: Diário de Notícias — Abstenção vai diminuir, diz Rio.

FARINHA, Ricardo, «O quiosque japonês está de volta ao Porto», *NiT*, 29 jan. 2018, URL: NiT — O quiosque japonês está de volta ao Porto.

PACHECO PEREIRA, José, «A cidade do Porto não tem piorio?», *Público*, 2 jun. 2018.

Público, «"Quiosque do piorio" demolido e espaço público sem futuro anunciado», 16 out. 2019, URL: Público — Quiosque do Piorio demolido. O endereço original é recuperável em registos do artigo.

RIBEIRO, Amanda, «Worst Tours: mudar um quiosque como quem muda o mundo», *P3 / Público*, 16 out. 2016, URL: Público — Worst Tours: mudar um quiosque como quem muda o mundo. O endereço original está também registado em bibliografia académica.

Fontes institucionais

ÁGORA – CULTURA E DESPORTO DO PORTO, *Ágora Porto*. URL: https://www.agoraporto.pt/.

ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, *Águas e Energia do Porto*. URL: https://aguasdoporto.pt/.

ÁGUAS E ENERGIA DO PORTO, EM, *Porto Water City*. URL: https://portowatercity.aguasdoporto.pt/.

ANACOM, *Rede postal e oferta de serviços dos CTT – Correios de Portugal em 2024*, 2025. URL: https://anacom.pt/render.jsp?contentId=1809248.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS JARDINS HISTÓRICOS, *Jardins Históricos*, recurso «Jardim da Cordoaria / Jardim João Chagas». URL: https://jardinshistoricos.pt/ad/822.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Ambiente Porto*. URL: https://ambiente.cm-porto.pt/.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Porto.* URL: https://www.porto.pt/.

CASA SÃO ROQUE – CENTRO DE ARTE, *Casa São Roque*, recursos «Casa» e «Jardim». URL: https://casasroque.art/.

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, *CTT*, site institucional; *Relatório Integrado 2024*; *Relatório Integrado 2025*; *Relatório Integrado do 1.º Semestre de 2025*. URL: https://www.ctt.pt/; relatórios disponíveis em https://www.ctt.pt/grupo-ctt/sustentabilidade/estrategia-e-principios/relatorios-e-indices.

GO PORTO – GESTÃO E OBRAS DO PORTO, EM, *GO Porto*. URL: https://www.goporto.pt/.

INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, *Infraestruturas de Portugal*, recurso «Ponte Luiz I». URL: https://servicos.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/node/6542.

JUNTA DE FREGUESIA DE PARANHOS, *Toponímia e Códigos Postais*. URL: https://jfparanhos-porto.pt/pt/pages/toponimia.

NPISA PORTO, «Balneários», informação relativa à rede de balneários e à Casa Social do Largo do Viriato. URL: https://sites.google.com/view/eixo6-npisa-porto/balne%C3%A1rios.

OPEN HOUSE PORTO, *Open House Porto 2024*, recurso «Lavadouros, Sanitários e Balneários de S. Nicolau». URL: https://2024.openhouseporto.com/places/52-lavadouros-sao-nicolau/.

PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P., *Ulysses – Pesquisa de Património Imóvel*. URL: https://imovel2.patrimoniocultural.gov.pt/.

SERENO, Isabel; LEÃO, Miguel; COSTA, Patrícia, «Ponte de D. Luís», *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, 2005. URL: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5548.

UNIVERSIDADE DO PORTO, *Memória U.Porto*, recurso «Jardim de João Chagas (Jardim da Cordoaria)». URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=edif%C3%ADcio+da+reitoria+-+campo+dos+m%C3%A1rtires+da+p%C3%A1tria+-+lado+sul%3A+jardim+de+jo%C3%A3o+chagas.

Recursos digitais e projetos de investigação

BELEZA, Vitorino; FERNANDES, Sofia, *O Porto e a água*. URL: https://oportoeagua.blogspot.com/.

CONCEIÇÃO, Américo; GOMES, Simão, *Porto de Antanho*. URL: https://portodeantanho.blogspot.com/.

DOHNÁLEK, Petr Adam, *Wikimedia Commons*, recursos iconográficos relativos aos urinóis públicos da Calçada do Ouro e do Largo de António Calém. URL: https://commons.wikimedia.org/.

GOOGLE STREET VIEW, imagens históricas da Rua do Infante D. Henrique, Porto, relativas aos anos de 2009, 2023 e 2024. URL: https://www.google.com/maps/.

PACHECO PEREIRA, José, *Ephemera – Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira*, documentação relativa ao Quiosque do Piorio. URL: https://ephemerajpp.com/.

SILVA, Gabriel, *Porto Antigo*. URL: https://portoantigo.wordpress.com/.

SOUSA, Manuel de, *Porto d'Honra*. URL: https://www.portodhonra.com/.

TEIXEIRA DA SILVA, A. J., *SelvagemTexas*. URL: https://04031957.blogspot.com/.

COLEÇÃO «PORTO DESAPARECIDO» / LE TEMPS PERDU, coleção de postais e fotografias históricas do Porto.

Lista de imagens:

Figura 1 — Camille Pissarro, The Boulevard Montmartre at Night, 1897. Autoria: Camille Pissarro. Fonte da reprodução: The National Gallery, Londres, inv. NG4119. URL: https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/camille-pissarro-the-boulevard-montmartre-at-night

Figura 2 — Artur Pastor, Lavadeiras no rio Douro, 1969. Fotografia: Artur Pastor. Fonte: Arquivo Fotográfico Artur Pastor. URL: https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=3968916&type=PCD

Figura 3 — Lavadouro de Arca d'Água, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 4 — Coreto do Jardim do Marquês de Pombal, Porto, c. 1900. Autor não identificado. Postal ilustrado; edição histórica identificada na própria imagem. URL: https://www.portosecretspots.com/post/historia-praça-marquês

Figura 5 — Henri Cartier-Bresson, La Fontaine, Miragaia, Porto, 1955. Fotografia: Henri Cartier-Bresson. © Henri Cartier-Bresson / Magnum Photos.

Figura 6 — Lavadouro do Ouro e Fonte do Félix, Porto, 1939. Autor não identificado. URL: https://portowatercity.aguasdoporto.pt/pt/galerias/arquivo/

Figura 7 — Lavadouro de Arca d'Água, Porto, 1940. Autor não identificado. Fonte: arquivo histórico da Águas e Energia do Porto. https://portowatercity.aguasdoporto.pt/pt/galerias/arquivo/

Figura 8 — Lavadouro da Granja, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 9 — Quiosque na Calçada da Vandoma, junto à Sé do Porto, durante as demolições, c. 1939–1940. Platão Mendes Fonte: Arquivo Municipal do Porto/GISA.

Figura 10 — Quiosque do Sebastião, Praça da Liberdade, Porto, 1912. Fotograma do filme 'Panoramas do Porto'. URL: https://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=1066&type=Imagem

Figura 11 — Reconstrução da Fonte de Mouzinho da Silveira, Porto, 1966. Autor não identificado. URL: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1087603604644024&set=a.935918136479239

Figura 12 — Quiosque na Praça de Carlos Alberto, Porto, início do século XX. Autor não identificado. Postal ilustrado histórico. Fonte: Arquivo Municipal do Porto/Gisa.

Figura 13 — Fonte do Rio da Bica e lavadouros, Foz do Douro, Porto, 1909. J. Bahia Junior. Fonte: José da Silva Ferreira Bahia Júnior, Contribuição para a hygiene do Porto, 1909.

Figura 14 — Fonte das Fontainhas, Porto, c. 1910. Foto Alvão. URL: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Porto,_Domingos_Alvão_29_%289289458855%29.jpg

Figura 15 — Cabine telefónica no Largo da Cividade, durante as demolições para a abertura da Avenida D. Afonso Henriques, Porto, 1949. Autor não identificado. Fonte: Arquivo Municipal do Porto / GISA.

Figura 16 — Marco postal junto aos Clérigos, Porto, c. 1950. Autor não identificado. Fonte: Arquivo fotográfico histórico do Porto.

Figura 17 — Urinol público no Largo de S. Bento, Porto, c. 1900. Autor não identificado. Postal/fotografia histórica. Fonte: Arquivo Municipal do Porto/GISA.

Figura 18 — Fonte e utilização quotidiana da Praça da Ribeira, Porto, c. 1900. Autor não identificado. Fotografia/postal histórico. Fonte: Arquivo Municipal do Porto/GISA

Figura 19 — Conjunto de micro-arquiteturas registadas no levantamento de 2026. Fotografias da autora ©

Figura 20 — Fonte da Vila Parda, Rua do Bonjardim, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 21 — Fonte das Fontainhas, Alameda das Fontainhas, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 22 — Fonte da Igreja de Campanhã, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 23 — Fonte de Azevedo de Campanhã, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 24 — Fonte da Colher, Miragaia, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 25 — Fonte das Virtudes, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 26 — Bica da Fonte de Cedofeita, Parque das Águas, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 27 — Fonte do Ribeirinho ou dos Ablativos, Parque das Águas, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 28 — Fonte de São Sebastião ou Fonte da Rua Escura, Largo do Dr. Pedro Vitorino, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 29 — Chafariz do Anjo São Miguel, Calçada de D. Pedro Pitões, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 30 — Chafariz do Campo Pequeno, Largo da Maternidade, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 31 — Fonte do Largo Actor Dias, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 32 — Chafariz do Jardim de São Lázaro, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 33 — Chafariz do Passeio Alegre, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 34 — Fonte do Prado do Repouso, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 35 — Fonte da Cadeia ou Fonte da Porta do Olival, Largo Amor de Perdição, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 36 — Fonte da Praça da Ribeira, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 37 — Fonte do Mercado Ferreira Borges, atual Fonte das Senhoras ou das Ninfas, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 38 — Fonte de Noêda, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 39 — Fonte do Caco, Azenha do Vilar, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 40 — Fonte da Cantareira, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 41 — Fonte de Bonjóia, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 42 — Fonte do Bom Sucesso, Porto, 1940. Guilherme Bomfim Barreiros. Fonte: Arquivo Municipal do Porto.

Figura 43 — Fonte dos Leões, Praça de Gomes Teixeira, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 44 — Fontanário do Largo do Terreirinho, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 45 — Fontanário no final da Travessa do Campo Rou, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 46 — Fontanário na Travessa Augusto Lessa, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 47 — Fontanário do Jardim de São Sebastião, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 48 — Fontanário das Escadas dos Guindais, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 49 — Fontanário do Largo de Mompilher, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 50 — Fontanário do Largo Alberto Pimentel, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 51 — Fontanário da Rua Poente da Colónia Dr. Manuel Laranjeira, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 52 — Fontanário do Cais da Ribeira, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 53 — Fontanário da Rua da Corticeira, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 54 — Fontanário entre a Travessa das Cruzes e a Rua das Cruzes, Ramalde, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 55 — Fontanário junto ao Lavadouro de Ramalde, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 56 — Fontanário no cruzamento da Rua de Montebelo com a Rua do Sacramento, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 57 — Fontanário entre a Praça de Liége e a Rua do Teatro, Foz do Douro, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 58 — Fontanário da Sociedade Protectora dos Animais na praça Carlos Alberto, Porto, A. Fontes, 1908, pág. 101

Figura 59 — Fontanário da Sociedade Protectora dos Animais, Parque da Pasteleira, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 60 — Bebedouro público nos jardins da Cordoaria, Porto, 1908. A. Fontes, 1908, pág. 103

Figura 61 — Bebedouro do Palácio de Cristal, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 62 — Fontanário junto ao Lavadouro da Presa de Contumil, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 63 — Lavadouro de Miragaia / Tomás Gonzaga, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 64 — Lavadouro das Fontainhas, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 65 — Lavadouro da Presa Velha, Formiga, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 66 — Lavadouro de Noêda, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 67 — Lavadouro de Contumil, Travessa da Fonte, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 68 — Presa de Contumil ou Tanque de Contumil, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 69 — Lavadouro da Granja, Campanhã, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 70 — Vestígios do Lavadouro do Outeiro, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 71 — Lavadouro da Travessa ou Augusto Lessa, Paranhos, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 72 — Lavadouro da Arca d'Água, Paranhos, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 73 — Lavadouro dos Moinhos, Massarelos, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 74 — Lavadouro da Azenha do Vilar ou Bicas de Vilar, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 75 — Fonte Nova do Bicalho e tanque do antigo lavadouro, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 76 — Lavadouro de Ramalde e fontanário junto ao acesso, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 77 — Vestígios do Lavadouro das Virtudes, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 78 — Lavadouro de Miragaia / Tomás Gonzaga, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 79 — Lavadouro de Sant'Ana, Sé, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 80 — Entrada do Lavadouro da Ervilha, Rua de Corte Real, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 81 — Interior do Lavadouro da Ervilha, Foz do Douro, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 82 — Lugar do antigo Lavadouro da Agra, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 83 — Interior dos Sanitários Públicos do Jardim do Passeio Alegre, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 84 — Sanitários Públicos do Jardim do Passeio Alegre, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 85 — Sanitário da Picaria, Largo de Mompilher, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 86 — Sanitários e Balneário da Praia dos Ingleses, Foz do Douro, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 87 — Urinol público na Praça da Ribeira, Porto, 1910 Ch. Chusseau Flaviens. Fonte: Porto de Antanho.

Figura 88 — Sanitários da Ribeira, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 89 — Coreto do Jardim de São Lázaro, com acesso aos sanitários no embasamento, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 90 — Quiosque da Praça Carlos Alberto, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 91 — Quiosque no Largo de Amor de Perdição, Porto, início do século XX. Fotografia Guedes. Fonte: Arquivo Municipal do Porto

Figura 92 — Quiosque da Praça Carlos Alberto, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 93 — Quiosque Art Déco da Praça do Marquês de Pombal, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 94 — Quiosque do Serviço de Transportes Colectivos do Porto, Praça da Liberdade, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 95 — Pormenor do quiosque do Serviço de Transportes Colectivos do Porto, Praça da Liberdade, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 96 — Réplica contemporânea do modelo do antigo quiosque da Praça de Mouzinho de Albuquerque, Avenida dos Aliados, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 97 — Réplica contemporânea do modelo do antigo quiosque da Praça de Mouzinho de Albuquerque, Rua das Flores, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 98 — Quiosque original da Praça de Mouzinho de Albuquerque, Porto, 1989. Autor não identificado. Fonte: Arquivo Municipal do Porto / GISA.

Figura 99 — Réplica contemporânea do modelo do antigo quiosque da Praça de Mouzinho de Albuquerque, Praça da Liberdade, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 100 — Chalet Suíço do Passeio Alegre, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 101 — Quiosque no Campo dos Mártires da Pátria, junto à antiga Cadeia da Relação, Porto, c. 1915. Aurélio da Paz dos Reis. Fotografia/postal histórico.

Figura 102 — Quiosque no Campo dos Mártires da Pátria, junto à antiga Cadeia da Relação, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 103 — Cabine telefónica pública no Largo de Mompilher, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 104 — Cabine telefónica e quiosque na Rua de Saraiva de Carvalho, Batalha, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 105 — Cabine telefónica na Avenida dos Aliados, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 106 — Cabine telefónica na Avenida dos Aliados, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 107 — Cabine telefónica na Praça da Liberdade, Porto, 1945. Autor não identificado. URL: https://www.ernstkers.nl/blog/belgas/

Figura 108 — Cabine telefónica na Praça da Liberdade, Porto, 1970. Autor não identificado. Fonte: Porto de Antanho.

Figura 109 — Cabine telefónica no Jardim da Praça do Marquês de Pombal, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 110 — Telefone público no interior da cabine do Jardim do Marquês, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 111 — Cabines telefónicas na Praça do Infante D. Henrique, Porto, 2026. Fotografias da autora ©

Figura 112 — Cabines telefónicas na Praça do Infante D. Henrique, Porto, 2026. Fotografias da autora ©

Figura 113 — Cabine telefónica na Avenida D. Afonso Henriques, Porto, 2019. Fonte: Google Street View. © Google.

Figura 114 — Local anteriormente ocupado pela cabine telefónica na Avenida D. Afonso Henriques, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 115 — Pormenor do Coreto do Jardim de São Lázaro, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 116 — Concha Acústica dos Jardins do Palácio de Cristal, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 117 — Coreto do Jardim da Cordoaria, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 118 — Coreto do Jardim de Arca d'Água, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 119 — Coreto do Jardim de São Lázaro, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 120 — Coreto do Jardim do Passeio Alegre, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 121 — Pavilhão-miradouro do Parque de São Roque, atualmente utilizado como coreto, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 122 — Projeto de pavilhão temporário para a Praça de D. Pedro, atual Praça da Liberdade, Porto, 1882. Projeto: Tomás Augusto Soller. URL: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArtePortuguesa/N07/N07_master/ArtePortuguesaN7.pdf

Figura 123 — Estruturas temporárias das Comemorações Henriquinas na Praça do Infante D. Henrique, Porto, 1894. Autor da imagem não identificado. URL: https://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2014/05/comemoracoes-henriquinas-de-1894-porto.html

Figura 124 — Pormenor de marco postal cilíndrico tradicional junto à Biblioteca Municipal do Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 125 — Marco postal junto à Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 126 — Marco postal na Rua de São Roque da Lameira, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 127 — Marco postal na Praça do Campo Grande, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 128 — Marco postal junto à Fonte da Vilarinha, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 129 — Caixa postal mural em Miragaia, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 130 — Marco postal na Rua do Passeio Alegre com intervenção gráfica comemorativa dos 200 anos da Vista Alegre, Porto, intervenção de 2024, 2026. Fotografia da autora © Intervenção gráfica promovida pelos CTT – Correios de Portugal / Vista Alegre.

Figura 131 — Pormenores de diferentes famílias de micro-arquiteturas registadas no levantamento, Porto, 2026. Fotografias da autora ©

Figura 132 — Lavadouros de Bonjóia sob a Via de Cintura Interna, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 133 — Fonte de Bonjóia, coluna comemorativa e estruturas de lavagem, Bonjóia, Porto, 1908. Autor não identificado. Fonte: arquivo histórico / documentação da Águas e Energia do Porto.

Figura 134 — Aspeto da Fonte de Bonjóia e de um chafariz municipal, Porto, 1963. Autor não identificado. Fonte: Arquivo Municipal do Porto/GISA.

Figura 135 — Fonte de Bonjóia, Porto, 1980. Autor não identificado. Fonte: Arquivo Municipal do Porto/GISA.

Figura 136 — Lavadouros de Bonjóia sob a Via de Cintura Interna, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 137 — Pormenor dos lavadouros de Bonjóia sob a Via de Cintura Interna, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 138 — Fonte de Bonjóia, estruturas de lavagem e aqueduto, Porto, 1908. Autor não identificado. Fonte: arquivo histórico / Águas e Energia do Porto.

Figura 139 — Fonte de Bonjóia ou Fonte da Senhora de Campanhã, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 140 — Fonte da Praia do Ouro, Rua do Ouro, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 141 — Fonte da Praia do Ouro e antigo lavadouro, Porto, início do século XX. J. Bahia Júnior, 1908, p.89.

Figura 142 — Fonte da Praia do Ouro no espaço público requalificado, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 143 — Fonte da Praia do Ouro, Rua do Ouro, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 144 — Fonte da Praia do Ouro, pormenor do espaldar e acesso à antiga mina, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 145 — Envolvente da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Avenida Rodrigues de Freitas, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 146 — Biblioteca Pública Municipal do Porto e marco postal, c. 1900. Fotografia: Photo Guedes. URL: https://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2014/07/urinol-da-academia-de-bellas-artes-porto.html

Figura 147 — Biblioteca Pública Municipal do Porto, com quiosque e urinol, c. 1905. Fotografia: Emílio Biel. URL: https://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2014/07/urinol-da-academia-de-bellas-artes-porto.html

Figura 148 — Biblioteca Pública Municipal do Porto, com quiosque e marco postal, c. 1945–1950. Fotografia: Casa Alvão. Fonte: Monumentos.gov/SIPA FOTO 00664330.

Figura 149 — Cabine telefónica e quiosque junto à Biblioteca Pública Municipal do Porto, década de 1990. Marco Gelehrter Ricca Gonçalves. Fonte: Arquivo Municipal do Porto / GISA, «Obras exteriores na Biblioteca Pública, destacando-se uma cabine telefónica e um Quiosque. Na Avenida Rodrigues de Freitas».

Figura 150 — Quiosque do Piorio durante a utilização pelas Worst Tours, Porto, 2016. Fotografia documental associada às Worst Tours. Fonte: P3 / Público / documentação do projeto Worst Tours.

Figura 151 — Demolição do Quiosque do Piorio, Porto, 16 out. 2019. Nelson Garrido. Fonte: Público, «"Quiosque do piorio" demolido e espaço público sem futuro anunciado», 16 out. 2019.

Figura 152 — Marco postal e escultura atual junto à Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 153 — Coreto da Praça do Marquês de Pombal, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 154 — Coreto da Praça do Marquês de Pombal, Porto, c. 1900. Autor não identificado. Postal ilustrado histórico. URL: https://www.facebook.com/PortoDesaparecido/posts/praça-do-marquês-de-pombal-c1900

Figura 155 — Coreto da Praça do Marquês de Pombal, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 156 — Acesso ao antigo espaço sanitário no embasamento do Coreto do Marquês, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 157 — Pormenor das escadas e da estrutura metálica e cobertura do Coreto do Marquês, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 158 — Vista do Coreto do Marquês de Pombal sob a fonte luminosa, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 159 — Largo de Mompilher e micro-arquiteturas existentes, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 160 — Largo de Mompilher e quiosque, Porto, década de 1950. Autor não identificado. URL: https://www.portugallook.pt/2025/12/08/nossa-senhora-da-conceicao/

Figura 161 — Largo de Mompilher, Porto, década de 1980. Autor não identificado. Fonte: Arquivo Municipal do Porto/GISA.

Figura 162 — Largo de Mompilher, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 163 — Cabine telefónica do Largo de Mompilher e interior da cabine, respetivamente, Porto, 2026. Fotografias da autora ©

Figura 164 — Fontanário do Largo de Mompilher, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 165 — Sanitário da Picaria, sob as Escadas do Pinheiro, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 166 — Quiosque do Largo de Mompilher, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 167 — Largo António Calém, antigo local do urinol público, Porto, 2026. Fotografia da autora ©

Figura 168 — Urinol público do Largo António Calém, Porto, 2006. José Serafim Pereira. Fonte documental histórica do Largo António Calém; URL: https://www.facebook.com/groups/161483877735595/posts/2099121987305098/

Figura 169 — Urinol público do Largo António Calém, Porto, 2009. Fotografia: António Ribeiro. Imagem originalmente publicada no Facebook; publicação entretanto indisponível. Reprodução a partir de cópia conservada no arquivo da autora.

Figura 170 — Antigo local do urinol público do Largo António Calém, Porto, 2026. Fotografia da autora ©